



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GABRIEL PANSARDI RUIZ

**CONTROLE DA INFORMAÇÃO E CENSURA NO GOVERNO  
TEMER (2016-2018):  
ESTUDO DE CASO A PARTIR DE ENTREVISTAS COM  
JORNALISTAS DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO  
(EBC)**

---

Londrina  
2021

GABRIEL PANSARDI RUIZ

**CONTROLE DA INFORMAÇÃO E CENSURA NO GOVERNO  
TEMER (2016-2018):  
ESTUDO DE CASO A PARTIR DE ENTREVISTAS COM  
JORNALISTAS DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO  
(EBC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Neme Buzalaf.

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ruiz, Gabriel Pansardi.

CONTROLE DA INFORMAÇÃO E CENSURA NO GOVERNO TEMER (2016-2018): : ESTUDO DE CASO A PARTIR DE ENTREVISTAS COM JORNALISTAS DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC) / Gabriel Pansardi Ruiz. - Londrina, 2021.  
191 f. : il.

Orientador: Márcia Neme Buzalaf.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. censura - Tese. 2. empresa brasil de comunicação - Tese. 3. governo temer - Tese. 4. jornalismo - Tese. I. Buzalaf, Márcia Neme. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

GABRIEL PANSARDI RUIZ

**CONTROLE DA INFORMAÇÃO E CENSURA NO GOVERNO  
TEMER (2016-2018):  
ESTUDO DE CASO A PARTIR DE ENTREVISTAS COM  
JORNALISTAS DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO  
(EBC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Neme Buzalaf  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Cristina Costa  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Manoel Bastos Dourado  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 22 de janeiro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar aos meus amigos mais próximos, camisas 10 do meu time, pilares da minha vida e que seguraram de perto todas as barras de 2020; agradeço também a minha família, especialmente à minha falecida mãe Nice e ao meu pai Maurício e meus irmãos, Lucas e Flávia, que amo tanto; e ainda minha vó materna, Maria, que se despediu de nós enquanto esse trabalho estava em curso.

Agradeço às fontes entrevistadas nesta pesquisa, pela confiança, disposição e cuidados; e em especial à Akemi Nitahara, sempre prestativa, disposta e tirando todas as dúvidas, de forma rápida e com muita organização; à Clarice Basso, por acreditar na pesquisa, pelo incentivo e total confiança; e à Carol Barreto, que me abriu portas e confiou importantes dados. Sem essas pessoas tão importantes essa pesquisa jamais teria acontecido.

Agradeço à orientadora-e-amiga maravilhosa Profa. Dra. Márcia Neme Buzalaf pelas parcerias, amparos, conversas, acolhimentos, trocas e toda a orientação desse trabalho árduo. Uma verdadeira parceira em todas as etapas dessa pesquisa.

Agradeço aos colegas de turma, especialmente Júlio, André, Will, Gabriel, Adriana, Mariana, Mafê, Isabela e a Gina, que me deu uma força enorme com a metodologia desta dissertação.

Ao corpo docente do Programa de Mestrado da UEL, em especial aos professores: Manoel Bastos, Sílvio Demetrio, Rodolfo, André Azevedo e Rozinaldo Miani.

Agradeço também meus colegas e professores do Departamento de Publicidade e Propaganda da faculdade Pitágoras de Londrina/PR; sobretudo à minha amiga e coordenadora Renata Frigeri, por tantas conversas, ideias, impulsos e trocas, que contribuíram decisivamente para esta pesquisa.

Dedico esse trabalho à minha mãe, professora Eunice Pansardi, que fez sua passagem em maio de 2020, durante a execução desta pesquisa; a você querida mãe, que me preparou muito bem para a vida, me ensinou a me divertir e me inspirou a também ser professor, essa profissão que é nossa. Meu amor incondicional e eterno.

Ruiz, Gabriel Pansardi. **Controle da informação e censura no governo Temer (2016-2018)**: estudo de caso a partir de entrevistas com jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre.

## RESUMO

Com a ascensão de Michel Temer (MDB) à presidência do Brasil em 2016, uma de suas medidas iniciais foi a alteração do estatuto de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Nesse quadro de mudanças após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), pretende-se identificar ocorrências de censura jornalística nos veículos da EBC, além de possíveis mecanismos censórios presentes na rotina de trabalho das redações da TV Brasil, da Rádio Nacional e da Agência Brasil. Para isso, faz-se necessário compreender a estrutura e funcionamento da EBC (BUCCI, 2015; VALENTE, 2009a; 2009b); estudar os veículos de comunicação pública no Brasil (BUCCI, 2015; FILHO, 2000; 2018); e o modo de funcionamento da censura no contexto após a promulgação da Constituição de 1988 (COSTA, 2017; 2018; MATTOS, 2005; ABRAMO, 2016). Como método, utiliza-se entrevistas em profundidade coletadas diretamente com 10 jornalistas ligados à EBC. Os resultados apontam para a manipulação de informações noticiosas e de práticas censórias, como a interdição de termos específicos e autocensura, até a remoção completa de conteúdos críticos à figura do ex-presidente Temer.

**Palavras-chave:** censura; EBC; comunicação pública; Michel Temer.

Ruiz, Gabriel Pansardi. **Information control and censorship in the Temer government (2016-2018)**: case study based on interviews with journalists from Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Dissertation presented to the Master's Program in Communication at the State University of Londrina, as a mandatory requirement for obtaining a Master's degree.

## **ABSTRACT**

With the rise of Michel Temer (MDB) to the presidency of the Brasil in 2016, one of his initial measures was to change the creation statute of Empresa Brasil de Comunicação (EBC). In this context of changes after the overthrow of Dilma Rousseff (PT), this research intends to identify occurrences of journalistic censorship in EBC's channels, and what are the possible censorship mechanisms present in the work routine of the professionals who they work on TV Brasil, Rádio Nacional and Agência Brasil. Therefore, it is necessary to understand the structure and functioning of the EBC (BUCCI, 2015; VALENTE, 2009a; 2009b); to study the means of public communication in Brazil (BUCCI, 2015; FILHO, 2000; 2018); and how censorship works in the context after the promulgation of the 1988 Constitution (COSTA, 2017; 2018; MATTOS, 2005; ABRAMO, 2016). As a method, we use in-depth locations collected directly from ten journalists linked to the EBC. The results point to the escalation of a government tone in the broadcaster's vehicles and censorship practices, such as the prohibition of specific terms and self-censorship, until the complete removal of personalized content to the figure of former President Temer.

**Key words:** censorship; EBC; public communication; Michel Temer.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Capa da edição 300 de <i>O Pasquim</i> , confiscada .....	32
<b>Figura 2</b>	– Reprodução de parte de memorando do conselho curador .....	48
<b>Figura 3</b>	– Cartaz de convocação para manifestação na sede da EBC em Brasília .....	56
<b>Figura 4</b>	– Cartazes de divulgação para coleta de casos de censura .....	59
<b>Figura 5</b>	– Reprodução de <i>link</i> de matéria retirada do ar .....	71
<b>Figura 6</b>	– <i>Print</i> da reprodução da notícia da ABr pelo site da <i>Isto É</i> .....	72
<b>Figura 7</b>	– Reprodução de matéria removida da Agência Brasil .....	74
<b>Figura 9</b>	– Reprodução de vídeo com Doralyce no programa <i>Repórter Rio</i> .....	79
<b>Figura 10</b>	– Concentração da greve geral em São Paulo.....	91
<b>Figura 11</b>	– Troca de e-mails de chefias da Agência Brasil sobre assassinato de Marielle Franco.....	102
<b>Figura 12</b>	– Orientação de pauta sobre cobertura de evento no Rio.....	104
<b>Figura 13</b>	– Reprodução de postagem na página Ceticismo Político .....	105
<b>Figura 14</b>	– Protesto de empregados da Agência Brasil em Brasília .....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais
Acerp	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AI-2	Ato Institucional Número 2
AI-5	Ato Institucional Número 5
ABr	Agência Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FSP	Folha de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
OBCOM-USP	Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo
OESP	O Estado de S. Paulo
PF	Polícia Federal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
Radiobrás	Empresa Brasileira de Comunicação
Sigab	Serviço de Informação de Gabinete
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC)</b> .....	14
1.1 A ESTRUTURA E OS VEÍCULOS .....	15
1.2 MODELO DE GESTÃO.....	17
<b>2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E OS GOVERNOS: A CENSURA E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO PÓS-1988</b> .....	20
2.1 PROSELITISMO NAS EMISSORAS PÚBLICAS: UMA TRADIÇÃO.....	20
2.2 CENSURA E CONTROLE DA INFORMAÇÃO: VEÍCULOS PÚBLICOS NO SÉCULO XX.....	22
2.3 A CENSURA À IMPRENSA NA CONTEMPORANEIDADE.....	31
2.3.1 Traços e Características da Censura no Atual Contexto .....	33
2.3.2 Relações entre Censura e Manipulação da Informação .....	37
2.3.4 A Autocensura .....	39
2.3.5 A Censura Jornalística no Contexto da Internet .....	41
<b>3 A EBC NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018): CONTEXTO POLÍTICO E MUDANÇAS</b> .....	44
3.1 A EBC DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	44
3.2 AS MUDANÇAS NA EBC APÓS O IMPEACHMENT .....	52
<b>4 CONTROLE E CENSURA: O JORNALISMO DA EBC NO GOVERNO TEMER</b> .....	61
4.1 O QUADRO GERAL DE CENSURA NA EBC DE TEMER .....	64
4.2 A EXCLUSÃO INTEGRAL DE MATÉRIAS DA AGÊNCIA BRASIL.....	70
4.3 “PRIMEIRAMENTE, FORA TEMER!” E O JORNALISMO DA TV BRASIL .....	77
4.4 A CENSURA AO CARNAVAL 2017 E A PROIBIÇÃO DA EXPRESSÃO FORA TEMER .....	83
4.5 NAS ONDAS RADIOFÔNICAS DA CENSURA: O SILENCIAMENTO DAS GREVES E MANIFESTAÇÕES CONTRA AS REFORMAS.....	90

4.6	“MENOS MATÉRIAS DA VEREADORA”: A COBERTURA DO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO NA AGÊNCIA BRASIL FOI CENSURADA? .....	101
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>126</b>
	APÊNDICE 1 – ENTREVISTA CLARICE BASSO .....	126
	APÊNDICE 2 – ENTREVISTA AKEMI NITAHARA.....	137
	APÊNDICE 3 – ENTREVISTA IVAN RICHARD .....	150
	APÊNDICE 4 – ENTREVISTA ELIANE GONÇALVES.....	158
	APÊNDICE 5 – ENTREVISTA MARIANA MARTINS .....	162
	APÊNDICE 6 – ENTREVISTA CAROLINA BARRETO .....	171
	APÊNDICE 7 – ENTREVISTA ISABELA VIEIRA .....	174
	APÊNDICE 8 – ENTREVISTA MÁRCIO RIBEIRO GARONI.....	183
	APÊNDICE 9 – ENTREVISTA VALENTINA SOARES .....	187
	APÊNDICE 10 – ENTREVISTA DÉCIO TRUJILO.....	189

## INTRODUÇÃO

Este projeto começou a ser idealizado após o meu contato com rumores de censura nos veículos da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, em 2016, quando eu ainda atuava diariamente na Mídia NINJA<sup>1</sup>. Em 2017, ano de elaboração da etapa prévia deste projeto de pesquisa, surgiram reflexões, entre elas, algumas que se tornaram centrais no desenvolvimento desta pesquisa: de que modo a censura jornalística pode ocorrer, em um contexto do Estado Democrático de Direito no Brasil? De que forma isso se daria nas redações se essa censura se tornou ilegal nas páginas da Constituição?

O trabalho de pesquisa então estava apenas começando e inúmeras dificuldades se apresentaram, especialmente no início do mestrado, em 2018. Pois, como já alertava Costa (2017), existe uma dificuldade eminente de se estudar o objeto da censura no atual contexto. Na fase inicial da pesquisa houve, inclusive, discordâncias para encontrar referências e fontes que tratam do assunto com foco na contemporaneidade. Em diversos momentos, deparou-se com encruzilhadas e questões dúbias: isso é censura ou se trata de outro evento? Determinado fato pode realmente ser classificado como ato censório ou não?

Estas angústias, dúvidas e complexidades da investigação percorreram todas as etapas da pesquisa, porém, começaram a ser dissipadas e distinguidas a partir do contato com as obras publicadas pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom)<sup>2</sup>, ligado à Universidade de São Paulo (USP).

No processo de aprendizado e de pesquisa, descobrimos – orientando e orientadora – que era necessário compreender a censura no período posterior à promulgação da Constituição de 1988; sem, no entanto, deixar de observar o trajeto histórico da censura aos veículos de comunicação no Brasil. Também

---

1 Participei do coletivo Fora do Eixo, que idealizou, construiu e gere a Mídia NINJA, entre 2009 e 2016. Atuei como produtor, reporter e editor na Mídia NINJA desde a sua criação, no início de 2013 até 2016, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

<sup>2</sup> Oficializado em 2012 e com sede na Escola de Comunicações e Artes da USP, o Obcom é um núcleo interdisciplinar de apoio à pesquisa que se dedica ao estudo da liberdade de expressão e da censura nas artes e nos meios de comunicação. É coordenado pela professora Cristina Costa. Disponível em: <http://obcom.nap.usp.br/>. Acesso: 12/10/2020.

era preciso olhar criticamente para a gestão dos veículos públicos de comunicação do país, que em geral, segundo Bucci (2015), têm suas biografias marcadas por uma recorrente prática proselitista e patrimonialista. Pois bem, para fugir de perspectivas dualistas e seguindo os apontamentos de Cristina Costa (2017), de que a censura na atualidade deve ser estudada a partir de uma compreensão aprofundada do contexto político, é que me debrucei sobre o recorte temporal desta pesquisa: o governo de Michel Temer, o qual se estende entre maio de 2016 e dezembro de 2018, após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Comento a seguir brevemente, de forma introdutória para começarmos a nos ambientar.

Um dos momentos mais marcantes que cercam os acontecimentos sobre o processo de *impeachment* de Rousseff ocorreu em 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados em Brasília. Na sessão, deputados favoráveis à saída da ex-presidente justificaram-se evocando Deus ao menos 59 vezes<sup>3</sup>, bradaram contra a corrupção e pelo bem da família brasileira, com recados dedicados a seus filhos, netos e familiares em geral<sup>4</sup>. O então deputado federal Marcelo Álvaro Antônio (PR-MG) e ex-chefe da pasta de Turismo do governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), chegou a voltar à tribuna, quatro deputados após sua fala, para mandar um abraço ao filho.

Ainda outro parlamentar avolumou a fila que reverenciou Deus, as famílias brasileiras e fez história: o então deputado federal Jair Bolsonaro e atual presidente da República que, na ocasião, clamou pela memória do ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército (de 1970 a 1974), da ditadura militar (1964-1985), Carlos Alberto Brilhante Ustra, “o pavor de Dilma

---

<sup>3</sup> Além de Deus, os parlamentares mencionaram 65 vezes a palavra corrupção. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/deputados-citaram-%E2%80%9Cdeus%E2%80%9D-59-vezes-na-votacao-do-impeachment/>. Acesso em: 17.10.2020.

<sup>4</sup> Levantamento realizado pelo G1, que analisou o discurso de todos os parlamentares durante a votação, contabilizou 50 menções a Deus nas falas dos deputados federais (o equivalente a quase 10% da Casa); a palavra família foi registrada mais de 110 vezes. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html/>. Acesso: 13.jul.2020.

Rousseff<sup>5</sup>. A sessão foi presidida pelo ex-deputado Eduardo Cunha (MDB), então presidente da Câmara, um dos principais articuladores do *impeachment*, afastado pelo Superior Tribunal Federal (STF) 18 dias depois do impedimento da petista e condenado em março de 2017 a 15 anos de prisão.

Após a aprovação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, na manhã de 12 de maio de 2016, depois de 20 horas de sessão, o Senado confirmou a decisão do Congresso, resultando no afastamento de Rousseff por 180 dias até a conclusão do processo.

A partir de então, o vice-presidente Michel Temer, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu de forma interina a presidência da República até 31 de agosto do mesmo ano, quando o Senado aprovou o *impeachment* e Rousseff deixou o cargo definitivamente. Portanto, o recorte desta pesquisa se dá justamente a partir da entrada de Temer na presidência, desde o período interino, até o fim do mandato, em 31 de dezembro de 2018.

Pois bem, uma vez no governo, Michel Temer, ainda durante a fase interina, implementou uma série de mudanças em setores diversos do país, como nas áreas da saúde, educação, cultura e na comunicação pública, esta última evidenciada por meio da EBC. Conforme será apresentado no terceiro capítulo, a EBC sofreu várias sanções do novo governo, que pela primeira vez desde a sua estruturação, alteraram o seu estatuto originário.

Neste quadro de mudanças na EBC, delimita-se a pergunta-guia desta pesquisa: quais são os possíveis mecanismos de controle da informação jornalística e de censura presentes nos principais veículos da EBC – a Rádio Nacional, a TV Brasil e a Agência Brasil –, durante o governo Temer?

Partindo-se então deste pressuposto e para investigar a questão, a pesquisa estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta um estudo introdutório sobre a EBC com base em Valente (2009a; 2009b; 2009c; 2009d) e Bucci (et al, 2012; 2015; 2018); a abordagem se volta para uma breve pesquisa sobre a trajetória da EBC, seu modo de organização, estruturas internas, forma de organização e características dos veículos que a integram.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/dilma-confessa-medo-de-ustrator-torturador-que-dava-choque-na-vagina-das-mulheres-obama-tem-minoria-no-congresso-e-nem-por-isso-tomou-golpe-diz-ela.html>. Acesso em: 13.jul.2020.

Nesta etapa, objetiva-se reunir dados para compreender a estrutura da EBC e seu modo de funcionamento.

O segundo capítulo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e se divide em duas partes. Na primeira, realiza-se um estudo específico sobre a comunicação pública no Brasil a partir da tradição proselitista dos veículos públicos brasileiros, isto é, o corrente e histórico manuseio particular das emissoras por parte dos governos, motivado por interesses partidários e eleitoreiros. Nesta fase da pesquisa, recorre-se aos estudos de Bucci (2015), Costella (1970; 2007), Marques de Melo (2007), Filho (2000) e Mattos (2005).

Em seguida, na segunda parte do capítulo, apresenta-se um estudo bibliográfico sobre as características da censura à imprensa no contexto após a validação da Constituição de 1988. Neste cenário, apesar da proibição da censura à imprensa estar garantida nas linhas da Constituição, a antiga prática não foi aniquilada dos meios de informação: adquiriu novos contornos e formas. Esta é, pois, a tese defendida por autores como Costa (2017; 2018), Mattos (2005), Medina (2002), Kucinski (1998; 2002), Abramo (2016) e Dines (2010).

O capítulo terceiro objetiva estudar as mudanças ocorridas na EBC após a entrada de Temer na Presidência da República. Nesta etapa, o intuito é observar e perceber de que modo as alterações estruturais na companhia podem ter afetado a rotina jornalística das redações dos canais da EBC. Por isso, o estudo esmiúça e delimita duas modificações no estatuto de fundação da empresa. Como base para o desenvolvimento destes estudos, utiliza-se obras de autores como Filho (2018), Bucci (2015), Ruiz (2017), Milanez (2016), Freixo e Rodrigues (2016), além de documentos produzidos pela Comissão de empregados da EBC (2018a). Com o objetivo de contextualizar o período de recorte desta dissertação, o capítulo será essencial para a compreensão sobre o que se passou na EBC no processo de transição dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer.

Por fim, o último capítulo possui como foco a análise qualitativa de entrevistas, colhidas com 10 jornalistas que trabalham ou já trabalharam nos veículos da EBC, no intervalo sublinhado (2016-2018). Enquanto instrumento

metodológico, utiliza-se entrevistas quali semiestruturadas, segundo Marconi e Lakatos (2010), a fim de se investigar a hipótese levantada, cruzando os depoimentos com as teorias estudadas. A escolha deste método se dá, pois a entrevista quali semiestruturada se dirige em busca de aspectos subjetivos e de assuntos mais específicos, auxiliando tanto na reconstrução de vida do sujeito quanto dos fatos passados. Conforme Marconi e Lakatos (2008), trata-se de um modo pertinente de explorar um assunto amplamente. Ademais, de acordo com Flick (2004), as entrevistas do tipo semiestruturada são utilizadas como subsídios para a compreensão de um conceito subjetivo a respeito do objeto da pesquisa, como neste caso a censura jornalística na contemporaneidade.

De ordem prática, uma vez que as fontes entrevistadas residem em cidades distantes, não sendo possível e financeiramente viável fazer viagens para coleta de material, a maior parte das entrevistas foram realizadas por e-mail e *Whatsapp*; e, inicialmente, com pelo menos um jornalista de cada veículo escolhido: TV Brasil, Rádio Nacional e Agência Brasil. O objetivo é levantar e identificar fatos classificados pelos jornalistas como censura e analisá-los a partir dos critérios elencados por Costa (2017), para identificar situações de censura na contemporaneidade, dada a complexidade do atual período, em que “está cada vez mais difícil delimitar esse objeto de pesquisa que se mescla arditosamente a outros fenômenos – batalhas judiciais, à classificação indicativa [...], à disputa ideológica, à defesa dos direitos humanos” (COSTA, 2017, p. 20). Assim, os dados indicados pelas fontes são ainda analisados com base nos estudos de Mattos (2005), Abramo (2016) e Dines (2010). As entrevistas são apresentadas na íntegra na seção Apêndice como forma de registro histórico e para eventuais consultas de dados.

Por fim, complementarmente à análise qualitativa das entrevistas, somam-se evidências e dados adicionais que auxiliam na investigação e na descrição das práticas de censura, como por exemplo, notas publicadas pelo coletivo de trabalhadores organizados da EBC, documentos veiculados pela imprensa, registros da ouvidoria da EBC, arquivos pessoais das fontes, entre outros.



## 1. A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC)

A Constituição Federal de 1988 prevê o sistema público de comunicação como um complemento ao modelo estatal e ao privado. No entanto, ainda é comum que a sociedade e governos registrem dificuldades no entendimento do papel de cada vertente. É consenso, porém, para pesquisadores como Laurindo Leal Filho (2016), Eugênio Bucci<sup>6</sup> (2010a; 2015) e Jonas Valente (2009a; 2009d), que a comunicação pública contribui para o avanço democrático e, sobretudo, para uma maior pluralidade e independência midiática, em benefício dos cidadãos.

Como comunicação pública e seu uso nesta dissertação, entende-se especificamente a definição de Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) em *Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas*. Ao tratar de emissora pública, adota-se o sentido discutido nesta referência, na qual se identificam uma série de características:

1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes (BUCCI et al, 2012, p. 9).

Visando dar início ao projeto de comunicação pública no país, concebeu-se a Empresa Brasil de Comunicação, criada em outubro de 2007, por meio da Medida Provisória 398, que vigorou por alguns meses até ser transformada na Lei nº 11.652<sup>7</sup>, de 7 de abril de 2008. Segundo Bucci (2015), a lei promoveu a fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), integrando suas estruturas, recursos humanos e serviços. A Radiobrás era detentora de duas emissoras de televisão, a TV Nacional, um canal aberto no Distrito Federal, e o NBR, um canal vinculado ao poder executivo, transmitido via cabo; de quatro emissoras

---

<sup>6</sup> O professor Eugênio Bucci foi presidente da Radiobrás entre 2003 e 2007, no primeiro governo Lula. Como o autor deixa claro no livro *O Estado de Narciso* (2015), sua visão é parcial acerca do tema.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm). Acesso: 06.jan.2020.

de rádio; da Agência Brasil, produtora de conteúdo disponível para todo o país e da Radioagência Nacional, responsável por distribuir notícias de rádio pela internet. A Acerp controlava a TVE carioca, a TVE-Maranhão e a Rádio MEC. A EBC passou então a englobar todas essas emissoras, mas de modo distinto. A NBR, por exemplo, assim como o programa *A Voz do Brasil*, ambos canais institucionais do governo, possuem seus conteúdos produzidos pela EBC como uma prestação de serviço, por meio da EBC Serviços.

### 1.1 A ESTRUTURA E OS VEÍCULOS

Após a fusão da Radiobrás e da Acerp, originaram-se emissoras distintas, todas de origem pública: a TV Brasil; a NBR, que segue como um canal institucional do governo; oito estações de rádio: Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, Brasília (AM e FM), Rio de Janeiro (AM) e rádios MEC do Rio de Janeiro (AM e FM) e Brasília (AM); além da Agência Brasil e da Radioagência Nacional, as quais mantiveram seus nomes e função. Em 2011, foi lançado também o Portal da EBC, que produz conteúdo com foco de distribuição na internet.

A Agência Brasil (ABr), de acordo com Luz e Nitahara (2019a), originou-se vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da Ditadura Vargas e passou, nos anos seguintes, por diversas modificações e nomes. Durante a gestão de Eugênio Bucci como presidente da Radiobrás, entre 2003 e 2007, ocorreu uma mudança de foco da comunicação governamental para comunicação pública, tornando-se a Agência Brasil uma fonte de informação para outros veículos: “De vez em quando, uma chamada da Agência Brasil ganhava reprodução imediata na primeira página dos mais importantes sites jornalísticos do país” (LUZ e NITAHARA, 2019a, p. 98 *apud* BUCCI, 2008, p. 34). Entre os anos de 2012 e 2016, a ABr ampliou o quadro de correspondentes em outros países e no interior nacional, cobrindo diretamente capitais, como Manaus, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza. Em 2013 o site da Agência ganhou versões em inglês e espanhol.

A Rádio Nacional carioca também foi incorporada pela ditadura varguista em 1940. Seu foco no período era difundir a ideologia do Estado Novo (JAMBEIRO et al. 2004 *apud* VALENTE, 2009b).

Por outro lado, as rádios da EBC, no geral, mantêm o perfil de conteúdos educativos, com enfoque na difusão de cultura regional, nacional e internacional. Além disso, temos outras características:

A Rádio Nacional FM de Brasília atende o Distrito Federal com música nacional, jornalismo e serviços. A Nacional AM Brasília tem programação musical reduzida, priorizando o jornalismo e serviços. Já a Rádio Nacional da Amazônia opera em ondas curtas e se concentra na população da Amazônia Legal, em especial os habitantes das regiões mais afastadas. A emissora da Mesorregional do Alto Solimões foi implantada com o objetivo de oferecer um serviço de perfil marcadamente local em uma região de fronteira onde há forte presença de rádios de outros países (VALENTE, 2009b, p. 276).

A EBC estima que em 2016 a audiência das rádios foi de nove mil ouvintes por minuto<sup>8</sup>, com exceção das rádios Nacional da Amazônia e do Alto Solimões, não mensuradas nestas aferições.

A TV Brasil, por sua vez, criada para ser o primeiro canal de televisão efetivamente público do país (VALENTE, 2009a), tornou-se o carro chefe da EBC (BUCCI, 2015). Sua origem remete à junção da TVE carioca e da TVE maranhense com a TV Nacional de Brasília. A programação abrange conteúdos jornalísticos e programas culturais. A Lei de criação da EBC estabeleceu ainda a obrigatoriedade de transmissão do canal pelas operadoras de TV por assinatura em todos os seus pacotes e planos.

Para Luz e Nitahara (2019), no contexto de avanços da comunicação pública do ponto de vista plural e democrático, a TV Brasil:

É o único canal aberto no país a oferecer conteúdo infantil permanente em sua programação e é um dos que mais exhibe cinema nacional. Veiculou novela e desenho só com personagens negros; teve o primeiro programa direcionado ao público LGBT da TV aberta; oferta jornal em libras, programa de música clássica, debate sobre a mídia e espaço para artes da periferia. Teve bons índices de audiência com a transmissão da Série C do Campeonato Brasileiro

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/veiculos/radio-mec>. Acesso em: 12 mar.2020.

de Futebol e com o Desfile das Campeãs do Carnaval do Rio de Janeiro. No corpo funcional, o quadro da empresa passou de cerca de 800 funcionários da Radiobrás para 2.500 na EBC, majoritariamente aprovados em concurso público a partir de 2011 (LUZ e NITAHARA, 2019, p. 3).

Complementarmente, de acordo com Bucci (2015), em comparação com a antecessora Radiobrás, a EBC tornou-se mais eficiente, gerou economia de recursos, aumentou a qualidade dos programas televisivos e ganhou um orçamento maior. Para o autor, o resultado significou a estruturação da EBC, detendo o comando de rádios, TVs e agências, no formato de uma empresa pública federal, base para um até então inédito sistema público de radiodifusão no país.

## 1.2 MODELO DE GESTÃO

Em sua origem, a estrutura da EBC funcionava ligada diretamente à Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), aspecto considerado por Bucci (2010b) como um equívoco, uma vez que pode deixar a empresa à mercê dos interesses do Planalto. A natureza jurídica da EBC, portanto, é estatal. De acordo com a Lei de criação da empresa, existiam outras quatro instâncias internas de gestão: o conselho curador, o conselho de administração, o conselho fiscal e a diretoria executiva.

O conselho curador, grosso modo, é o mecanismo de contato com a sociedade e suas atribuições são:

(1) deliberar sobre “diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação” proposta pela Diretoria Executiva da EBC, (2) zelar pelo cumprimento dos princípios da Empresa, (3) opinar sobre qualquer matéria relacionada aos objetivos e princípios da EBC, (4) deliberar sobre o planejamento anual proposto pela Diretoria Executiva e sobre a linha editorial proposta pela instância, (5) emitir, em deliberação com quórum de aprovação da maioria absoluta de seus membros, “voto de desconfiança” aos membros da Diretoria Executiva, (6) aprovar o regimento interno, (7) acompanhar a eleição do representante dos trabalhadores, (8) coordenar a consulta pública “para a renovação de sua composição” no que tange aos membros oriundos da sociedade civil e (9) encaminhar ao Conselho de Comunicação Social suas deliberações (VALENTE, 2009d, p. 146).

A estrutura deste conselho era composto originalmente por 22 integrantes, sendo 15 da sociedade civil e quatro representantes dos ministérios do Governo Federal, todos indicados pelo presidente da República; os outros três membros eram indicados pela Câmara dos Deputados, Senado e um pelos trabalhadores da empresa. Ou seja, significava um espaço de elo entre a sociedade e a empresa.

No entanto, desde o dia 2 de setembro de 2016, com as mudanças impostas à EBC por meio da Medida Provisória 744/2016, uma das primeiras ações do governo Temer após o afastamento definitivo de Rousseff, o conselho curador foi extinto. Para não perdermos o foco, a exclusão do conselho será mais explorado adiante no capítulo 3.

Ainda que o conselho curador tenha sido extinto, para Bucci (2015), o quadro de participação social da EBC já nasceu reduzido; por outro lado, conforme Valente (2009d), o conselho curador tinha os membros da sociedade indicados pelo Presidente da República, o que acarretou em ausência de representantes de classes subalternas na configuração de participantes de sua primeira gestão. Conseqüentemente, formou-se um conselho sem representatividade e fomento popular, capaz de trazer de forma mais ampla os interesses da sociedade.

Já o conselho de administração, por sua vez, exerce um papel de gestor e delibera sobre o financiamento e gerenciamento dos recursos físicos e humanos da EBC. Conforme explica Valente (2009b), esse conselho é composto por cinco membros: o presidente, indicado pelo governo; o diretor-presidente da companhia, apontado pela presidência da República; além de outras três indicações realizadas pelos Ministérios do Planejamento, das Comunicações e Secom.

O conselho fiscal responde pela execução financeira e formado por três membros escolhidos pelo presidente da República, sendo um deles necessariamente integrante do Tesouro Nacional.

Ademais, a estrutura organizacional da empresa contava então com um diretor-presidente, além de titulares de cinco diretorias, os quais compõe a

diretoria executiva, responsável pela programação e conteúdo, jornalismo, administrativo-financeira, questões jurídicas e de serviços.

De modo complementar, Valente (2009b, p. 278) indica que outras duas superintendências integram o quadro institucional: “uma de rádios, que administra as estações da empresa; e uma de rede, responsável pela montagem da relação contratual de cessão e repasse de conteúdos com outras emissoras”.

Além disso, a Lei que criou a EBC projetou também uma ouvidoria, cuja função é:

Exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e radiouvintes referentes à programação (VALENTE, 2009b, p. 281).

Assim, um ouvidor-geral e três ouvidores adjuntos fazem parte desse setor. Cada um dos ouvidores adjuntos tem mandato de dois anos e respondem especificamente pela Agência Brasil, TV Brasil e emissoras de rádio. Após a instalação da ouvidoria, adotou-se o formato de boletins mensais e um anual, voltado para o público externo. Esse esquema funcionou até 2017, quando a ouvidoria passou por mudanças durante o governo Temer, conforme será explicado no capítulo 3.

A seguir, antes de estudar as mudanças implementadas na EBC no recorte histórico desta pesquisa (2016-2018), o estudo se voltará para um necessário entendimento sobre o controle historicamente exercido pelos governos do país, submetendo a linha editorial e o jornalismo de emissoras públicas, mantendo-as potencialmente submissas aos seus interesses particulares.

## **2. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E OS GOVERNOS: A CENSURA E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO PÓS-1988**

Este capítulo se divide em duas partes. A primeira examina a relação histórica dos veículos de informação ligados ao Estado, a qual, segundo Bucci (2015), desde o início do século XIX predomina no país uma lógica de controle dos meios de comunicação públicos por parte dos governos. Para o autor, esse sistema dita os proselitismos: a chapa-branca e as meias verdades, que omitem do público o que se deseja acobertar. Tal postura vale-se por vezes do artifício da censura, que se intensifica no século XX, no contexto das ditaduras, conforme será apresentado adiante.

Já na segunda parte deste capítulo, investiga-se a censura inerente à atividade jornalística no quadro do Estado Democrático de Direito, após a promulgação da Constituição de 1988, com seus aspectos próprios. Entende-se que a censura, outrora institucional e deliberada pelo Estado, adquire novas formas e se apresenta sob novos traços.

Estes dois temas centrais, assim, apresentam-se como subsídios e complementos ao problema desta pesquisa.

### **2.1 PROSELITISMO NAS EMISSORAS PÚBLICAS: UMA TRADIÇÃO**

Para Mattos (2005), o controle da informação no Brasil possui vínculo direto com o poder do Estado. No âmbito da comunicação pública, o patrimonialismo define essa relação. Ao tratar do tema, Bucci (2015, p. 138) assim descreve o patrimonialismo: “quando o equipamento público é posto a serviço da vaidade particular dos que mandam”. É a sua hipótese para o que denomina de Estado de Narciso, cujas benesses e olhares de quem está no governo obedecem à lógica da vaidade: a comunicação serve somente a si mesmo e é agendada para a serventia da casa, voltando-se aos interesses particulares. É assim que o autor interpela a relação histórica da comunicação pública no Brasil com o Estado, dentro de uma tradição longeva.

Neste sentido, remete-se aqui ao início do século XIX. Segundo Antônio Costella (1970), os prelos e demais equipamentos necessários para a instalação da Imprensa Régia no Brasil foram trazidos a bordo da nau *Medusa*,

na circunstância de fuga da Família Real de Portugal para a Colônia brasileira. A Imprensa Régia foi inaugurada em 13 de maio de 1808, no Rio de Janeiro, então sede da Metrópole.

A novidade e o início de materiais impressos vieram acompanhados de uma imediata censura prévia e estatal por parte dos portugueses, após pouco mais de um mês de seu funcionamento. De acordo com Costella (2007, p. 37), o “Aviso ministerial de 24 de junho de 1808, determinou à direção da gráfica total vigilância sobre o que se imprimisse, e, em 27 de setembro imediato, um Decreto de D. João nomeou uma comissão de censores régios”. Foi assim que se deu o controle e a interferência da Coroa nos primeiros papéis impressos no país, ainda na condição de colônia.

Costella (1970) afirma também que cabia aos censores vetar quaisquer publicações que pudessem soar desgostosas à Corte, notavelmente as relacionadas à religião, ao governo e aos bons costumes. De forma complementar a Costella, José Marques de Melo (2007) aponta que, ideologicamente, o Estado português mediu e restringiu o que a população deveria ou não ter acesso, para, entre outros, manter o território submisso na condição de colônia, ainda que fossem poucos os letrados nessa época.

Por outro lado, junto à censura governamental, para promover e propagandear as ações do Estado, Bucci (2015) indica que uma ordem expressa da família real deu origem ao jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, convertido depois em *Diário Oficial da União*, também neste mesmo período, em setembro de 1808. Segundo o autor, o periódico foi totalmente servil à Coroa.

Desde a criação da Imprensa Régia e da *Gazeta do Rio de Janeiro* já se passou muito tempo, mas o controle exercido pelo Estado potencialmente parece prosperar. Como sintetiza Sérgio Mattos (2012, p. 105), “Todos os períodos governamentais da história brasileira têm sido marcados por atentados contra a liberdade de expressão e tentativas de se controlar a distribuição da informação e influenciar na produção de conteúdos”. Para o autor, – seja no campo privado ou público – historicamente o Estado exerce uma forte influência no desenvolvimento dos veículos de comunicação de

massa, por meio de recursos para controlar a informação, em regimes civis ou militares. Mattos (2005) elenca que entre as técnicas mais comuns de controle executadas pelo Estado estão, entre outras: ações judiciais, leis, pressões políticas e econômicas, ameaças e censura policial.

## 2.2 CENSURA E CONTROLE DA INFORMAÇÃO: VEÍCULOS PÚBLICOS NO SÉCULO XX

Embora não pertença especificamente ao recorte desta pesquisa, cuja afeição se dá no contexto pós-1988, com a retomada da democracia e o advento do Estado Democrático de Direito, vale observar brevemente a relação dos veículos estatais com aqueles que se apoderaram do poder, notadamente nas ditaduras do século passado. Trata-se de um trecho importante que reafirma a compreensão do comportamento patrimonialista para com a comunicação pública. Para Bucci (2015), a crença, distorcida, desde sempre, é a de que a estrutura está a serviço do governo da vez.

No século XX, no contexto de surgimento e desenrolar de regimes totalitários na Europa, os veículos de massa são vistos como estratégicos: armados para influenciar a opinião pública conquistando-a a seu favor. No Brasil, nesse período, essa influência inspira e é levada a cabo, com o aperfeiçoamento dos procedimentos de controle.

Órgãos censórios e com a função de propagandear os feitos dos partidos e governos se desenvolveram, constituindo-se acoplados à estrutura do Estado. Há dois momentos em que essa configuração ocorreu de modo evidente, quando recrudescer o autoritarismo e a repressão na tomada de poder: na ditadura varguista e na ditadura civil-militar (1964-1985). É nesse ensejo que se observa o aumento e a profissionalização dos instrumentos censórios, com encarregados, departamentos e funcionários para desempenhar especificamente a função, além de recursos próprios, às custas da sociedade.

Segundo Silvana Goulart (1990), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é um exemplo cabal dessa questão no Estado Novo: mirou tanto na promoção dos ditames do governo, como para submeter rédeas aos

veículos, de modo institucionalizado. A autora explica que, com caráter de super ministério, o DIP não só produziu métodos diversos de propaganda – em que cartilhas, marchas, festividades e uma série de outros artifícios são operacionalizadas com recurso estatal para exaltar a imagem de Vargas e dos valores de sua gestão –, bem como desenvolveu de modo sistemático o controle da informação noticiosa.

O controle era realizado a partir da Divisão de Imprensa, a qual competia, entre outros, o exercício da censura e o controle de jornais (GOULART, 1990). Adicionalmente, de acordo com Goulart (1990), a Ditadura Vargas, inclusive, tomou para si e estatizou um dos mais conhecidos jornais do país: *O Estado de S.Paulo*, da família Mesquita. Também obrigou os periódicos a publicar informações do governo, que enfatizavam as realizações varguistas, sem possibilidade de alterações em seu conteúdo. Os comandos, no entanto, de Vargas na comunicação pública se originam ainda antes da guinada autoritária para o estado-novista.

Como ferramenta para ecoar a autopromoção, dessa vez nas ondas do rádio, o presidente Vargas criou a *Voz do Brasil*, em 1935, na época batizada de *Programa Nacional*. Três anos depois, contextualiza Bucci (2015), mudou de nome para *A Hora do Brasil* e foi neste mesmo ano, em 1938, que se tornou obrigatório para todas as emissoras. Já sob a alcunha da ditadura Vargas, o programa de 60 minutos transmitia as realizações e também a ausência delas, preenchidas com as intencionalidades do governo. Em 1962, por fim, Senado e Câmara conquistam seus alqueires no programa, momento em que ganhou o batismo de *Voz do Brasil*.

Para o autor, quem procura compreender a matriz e o DNA de toda a comunicação pública praticada no país não tem outro local para encontrá-los senão na *Voz do Brasil*. “Ela está inteira na alma e no corpo dessa inacreditável ilha de anacronismo do rádio brasileiro” (BUCCI, 2015, p. 138); o autor sintetiza que a *Voz* se trata da redundante receita que atravessa décadas: o uso particular e com naturalidade de toda a estrutura do programa, das antenas, microfones, empregados, retransmissores e estúdios etc, em detrimento de sua função pública.

Mesmo na última década, sob ares de democracia, o proselitismo da *Voz do Brasil* persiste e afirma a sua vocação a serviço da vaidade partidária, em prol de interesses eleitoreiros, colocando-se inclusive acima da lei. De acordo com Bucci (2015), a legislação atual não permite à postulantes a cargos eletivos obter espaços ou dispor de tratamento privilegiado durante a eleição nos canais de radiodifusão, como forma de equilibrar a disputa democrática. A súmula de junho de 2010 do Tribunal Superior Eleitoral (STF) diz que é:

“Terminantemente vetado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção (...). O objetivo da regra era justo. Tratava-se de evitar que o uso dos meios de comunicação pudesse desequilibrar ou distorcer a formação livre da vontade do eleitor” (BUCCI, 2015, p. 144).

Contudo, naquele ano, os parlamentares que já tinham cadeira, levaram vantagem sobre os demais: puderam contar com um extra na corrida eleitoral, ou melhor, com a ajuda da *Voz do Brasil*. “Dessa forma, o mais antigo programa de rádio do Brasil serve para preservar os interesses corporativos dos parlamentares que já estão no exercício do cargo” (BUCCI, 2015, p. 145). Essa lógica permanece, para o autor, independente da tendência dos governos, seja de esquerda ou de direita.

E por falar em perspectiva temporal radiofônica, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro – a mesma incorporada à EBC em 2007 a partir de sua criação, como estudado no capítulo 1 – parece seguir uma cartilha semelhante, com potencial de submissão aos interesses de quem está no Executivo. Filho (2000) explica que no início da década de 1930, encampada pelo presidente Getúlio Vargas, a emissora, apesar de estatal, adota o modelo de uma empresa privada, com a inserção de anúncios publicitários. Com isso, o seu perfil passa a obedecer, mesmo sendo controlada pelo Estado, aos ditames do mercado; e ambos desinteressados em uma programação de elevado nível cultural. Nesse caso, para o autor, foge duplamente de seu papel enquanto emissora pública, que deveria zelar-se da benesse pública, guiando-se sem a interferência do Estado e dos anunciantes.

Na década de 1960, com o golpe militar de 1964, Inimá Simões (2000) aponta que a Rádio Nacional ficou à mercê dos militares e se torna submissa ao temperamento de quem está sentado no poder. A interferência na rádio carioca se soma a situações outras, neste período, que gravaram profundas marcas em emissoras da esfera pública. Simões (2000, p. 68) registra que na Rádio Nacional “dezenas de funcionários, técnicos e artistas da estatura de Mário Lago foram demitidos a partir de denúncias anônimas ou denunciação explícita”.

Mas não foram apenas demissões, a emissora, no primeiro dia do golpe civil-militar em abril de 1964, virou alvo da escolta de tanques de guerra. Segundo Iara Moura:

O diretor da Rádio Nacional foi informado pelo telefone da chegada de dois tanques de guerra que apontavam os canhões para os transmissores da Rádio Nacional, acompanhados por cerca de 100 soldados armados. Assim que se instalou, o presidente Castelo Branco demitiu 39 funcionários da Rádio Nacional sem qualquer processo. (...) A partir da madrugada do dia 30 de março para o dia 1º de abril de 1964, os veículos públicos, privados, comunitários, educativos e alternativos eram alvos a serem neutralizados pelo Serviço de Inteligência dos militares (MOURA, 2016, p.16-17).

Após a instalação do Golpe de Estado em 1964 e no decorrer do regime militar, Maria Aparecida Aquino (1999) explica que além das formas de repressão e de censura legalizada praticada contra a imprensa comercial e a alternativa, antes mesmo de valer o AI-5, os veículos do Estado (e, portanto, públicos) foram controlados de modo a propagandear a ordem e os valores escolhidos em consonância com os ideais do governo. A lógica proselitista, portanto, parecer persistir ao longo das últimas décadas.

Por outro lado e de modo mais amplo e histórico, Bucci (2018) aponta como sendo uma tradição dos governantes, o comportamento de distorcer a função social de uma emissora ligada ao Poder Executivo, em geral submetendo-a. Ele afirma:

A tradição é perversa: instituições públicas que operam a comunicação social, sejam elas empresas estatais, fundações ou departamentos ligados diretamente ao governo, vêm atuando como pequenas máquinas de propaganda a serviço das autoridades do

Poder Executivo. Criadas ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos 1950, essas instituições pouco ou nada tiveram de compromisso com o direito à informação do cidadão. Em lugar de informar, dedicam-se a tentar formar a opinião pública segundo os moldes que interessam ao governo da temporada (BUCCI, 2018, p. 99).

Nesse quadro, em 19 de junho de 1969, dezenove anos depois da inauguração do primeiro canal de televisão do país, pode-se falar pela primeira vez em um modelo alternativo ao comercial, com a criação das emissoras de rádio e TV Cultura de São Paulo, da Fundação Padre Anchieta. Baseado no modelo inglês de gestão e inspirado na BBC de Londres, Filho (2000) explica que foi implementado um conselho curador da Fundação, formado por representantes da sociedade paulistana, advindos da iniciativa privada e pública. Esse conselho atua, nas palavras de Filho (2000, p. 159), como “a principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras”. O conselho possui então um papel estratégico, portanto, entre outros, de garantir a função pública das emissoras ligados ao Estado.

Já conforme avalia Bucci (2010b), a TV Cultura é a emissora pública mais influente e a mais independente do país; mesmo assim o autor compreende que há aguda incisão do governo paulista na escolha dos conselheiros do conselho curador, fazendo prevalecer por vezes a posição governista.

Por sua vez, Filho (2000) indica que ao longo da trajetória das emissoras da Fundação Padre Anchieta, houve tentativas de intervenção por parte dos governos, mesmo com o impedimento legal. A fase da ditadura após 1964 é identificada como o momento mais crônico:

Deve-se ressaltar que os momentos mais críticos podem ser localizados com clareza durante os governos estaduais nomeados pela ditadura. É quando se tenta fazer das emissoras públicas órgãos estaduais (...). Muitas vezes durante a liberação de recursos durante a ditadura esteve condicionada à propaganda oficial presente nos programas de entretenimento e, principalmente, no telejornalismo. A veiculação de matérias obrigatórias, impostas pelo governador nomeado, era uma constante na programação (FILHO, 2000, p. 160-161).

Pode-se dizer, a partir da indicação destes autores que, indiretamente, a ditadura articulou a seu favor a primeira TV pública nacional. Percebe-se com essa sequência de exemplos – da televisão ao rádio – que o poder instalado no Estado age como se fosse o proprietário das emissoras, na lógica mercantil, privada. É esta, pois, a crença, distorcida da função das emissoras públicas, como evidencia Bucci (2015); a lógica na verdade deveria ser outra: “as rádios e as emissoras estatais precisam se pautar pelos princípios constitucionais da moralidade, da legalidade e da impessoalidade; não podem ser usadas como instrumentos de propaganda governista” (BUCCI, 2015, p. 76). Nesta perspectiva, tal premissa vale para toda e qualquer emissora desta natureza, a exemplo da EBC e outras tantas. Como é financiada com dinheiro público deve prestar serviços à população, sem ocultar informações ou manter autopromoção. Porém, conforme resume Bucci (2015), o hábito do controle habita cada meio de comunicação público.

A título de exemplos outros que revelam a persistência de tal modo de pensar e de agir sobre as emissoras públicas nacionais, avançando algumas décadas, já no limiar do século XX e XXI, há registros de mais casos de ingerência política.

A TVE do Rio de Janeiro – incorporada à EBC quando a empresa foi criada, como estudado no capítulo 1 –, por exemplo, carrega em sua trajetória situação emblemática ocorrida em maio de 2000, de como a ausência de autonomia pode ser constrangedora ao veículo, que se torna vulnerável diante dos humores do governo de plantão:

O melhor exemplo para distinguir a emissora estatal da pública foi a censura imposta pelo secretário de Comunicação do governo federal, Andrea Matarazzo, à entrevista concedida pelo líder do MST João Pedro Stedile, na primeira semana de maio de 2000. Ela foi veiculada pela TV Cultura de São Paulo e impedida de ir ao ar pelas TVs Educativas do Rio e Nacional de Brasília (FILHO, 2000, p. 162).

Tem-se neste exemplo um ato de censura prévia evidente, a partir de uma interferência direta na programação, impedindo determinado conteúdo de ser transmitido para o público. O conteúdo deixa de ser veiculado pois fere os interesses particulares de quem está no governo do Estado. São exemplos que

mostram que, não apenas há comprometimento com a autonomia, como distorcem o papel dos veículos, os quais “não passam de serviços oficiais de informação dos governos estaduais a que estão subordinadas” (FILHO, 2000, p.161).

Acerca das TVs educativas, como a TVE carioca citada anteriormente, Valente (2009a) explica que as emissoras foram criadas em 1967, por meio do Decreto-Lei 236, estabelecendo seu caráter sem fins comerciais, com a proibição de patrocínios ou verbas publicitárias, voltando-se para programas educativos de formatos distintos, como conferências, debates, aulas, entre outros. O autor ressalta que nessa época, a linha editorial da produção de notícias já operava dentro dessa lógica de submissão da linha editorial aos governos:

Desde então houve a criação de um sistema de emissoras educativas comandadas pelo governo federal (por meio da criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e, posteriormente, pelo nascimento da TVE) e pelos governos estaduais, bem como pelas universidades federais. A quase totalidade dos Estados criou a sua emissora, que passou a combinar conteúdos educativos [...], alguma programação cultural e **jornalismo geralmente subordinado aos gabinetes dos governadores** (VALENTE, 2009a, p. 43, grifo meu).

Portanto, tanto Bucci (2015), como Filho (2000) e também Valente (2009a) reforçam a tese de subordinação das emissoras diante dos governantes da vez, invertendo a sua atuação. Mas, tais autores não são os únicos. Perspectiva semelhante traz Liana Milanez (2016); para a autora, além de subordinadas, as emissoras hoje concebidas como públicas - “e que já foram nomeadas de ‘educativas’ e ‘educativas e culturais’ - padecem de um mal que persiste desde seus primórdios: o da descontinuidade” (MILANEZ, 2016, p. 7). Segundo Milanez, autora dos livros *TVE Brasil – cenas de uma história* e *Rádio MEC: Herança de um sonho*, entre as ações que materializam essa descontinuidade, desde os anos de 1960, estão as mudanças de gestores, de linhas editoriais de programação e de maneiras de gestão. Para a autora:

[...] as sucessivas trocas de dirigentes, com suas equipes que ocupam cargos de governo e iniciam suas ações muito mais atentas ao serviço governamental do que à preocupação social como instituições públicas. Numa espécie de ciclo recorrente, a substituição de equipes governamentais tende a responder a interesses de governo em detrimento aos interesses de Estado (MILANEZ, 2016, p. 7).

De modo geral, esta trajetória recorrente citada pela autora, de modificações nestas três esferas elencadas, é potencialmente o que ocorreu na EBC no momento de transição dos governos Dilma e Temer, durante o processo de *impeachment* e também posteriormente, assunto que será aprofundado no capítulo 3.

Fechado o parêntese das televisões educativas, abre-se outro: fatos em que veículos públicos se submetem às pressões e vontades dos governos estaduais. Nesse caso, aliás, o exemplo vem de casa, é o que ocorreu na Agência Brasil, em 2018.

O jornalista e ex-gerente de pautas da Agência Brasil, sucursal de São Paulo<sup>9</sup>, Décio Trujilo, em entrevista para esta pesquisa, afirma que foi demitido por pressão do governo do Estado paulista, em fevereiro de 2018, ano de eleição para cargos majoritários. Vale a pena acompanhar o seu relato:

Minha demissão deveu-se ao fato de uma matéria nossa ter desagradado o então secretário de Recursos Hídricos de São Paulo e presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga. Era um texto que falava sobre os riscos de o estado sofrer nova crise hídrica. Por meio de seu chefe de comunicação, Braga, membro do primeiro escalão do governo tucano de São Paulo, queixou-se minha chefia, pessoa ligada ao tucanato paulista. Foi-me, então, exigido, que punisse a repórter autora da matéria, que não tinha erro algum. Como me recusei a puni-la, fui demitido. Como disse, foi um problema restrito a São Paulo, pois recebi solidariedade dos chefes de Brasília, que lamentaram minha saída (...) Meu caso foi pontual por ter incomodado o governo paulista, que pressionou o superintendente de São Paulo, alinhado com o PSDB local. (TRUJILLO, 2020).

---

<sup>9</sup> Décio Trujilo começou a trabalhar na EBC em julho de 2017 e atuou desde então como chefe (oficialmente gerente) da sucursal da Agência Brasil em São Paulo até 28 de fevereiro de 2018, quando foi demitido por pressão política, conforme seu relato. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo entre 1990 e 1993 e participou do Conselho Editorial do Sindicato desde agosto de 2019. Trujilo é uma das dez fontes desta pesquisa e a íntegra de sua entrevista, assim como as outras, está na seção Anexos.

Este último exemplo potencialmente conecta a EBC a história de veículos públicos antecessores, entre outros, em relação ao aspecto da autonomia. Observa-se, portanto, que a EBC e seus canais não são casos isolados no país, estão dentro do processo histórico do desenvolvimento das emissoras públicas. Segundo Bucci (2018), essa característica histórica de submissão e modo de operar a partir dos interesses particulares de quem está no poder é tão aceita internamente que estava assimilada na rotina de trabalho dos jornalistas, durante a sua experiência de gestão na Radiobrás. O autor afirma que era natural para os próprios funcionários que a comunicação da emissora deveria ser subserviente ao governo.

Entretanto, no intervalo entre 2003 e 2007, como Bucci (2018) afirma, durante a sua gestão na presidência da instituição, no primeiro governo Lula (2003-2007), o autor indica que essa lógica passa por certa ruptura, oriunda de disputas com o governo em busca de autonomia e de um jornalismo não enviesado.

Segundo

ele:

A empresa foi direcionada para realizar uma comunicação a serviço da cidadania, não mais para a promoção da boa imagem de governantes. Esse vício original, o de fazer a promoção de autoridades, originado nos tempos da Ditadura Militar, muitas vezes resultava em notícias distorcidas e na sonegação de informações. Com seu novo modelo de comunicação, a empresa foi se tornando apartidária. Essa reorientação não implicou rupturas de natureza jurídica ou estatutária. Observamos, ao contrário, que as práticas anteriores, de dar às instalações da empresa um uso de propaganda ou promoção do governo, estas sim é que constituíam um desvio (BUCCI, 2018, p. 104).

Ainda que essa citada coerência tenha sido de algum modo herdada pela EBC, não significa que, nesse quesito, possa haver retrocessos. O próprio Bucci (2015) alerta para o aspecto frágil desta autonomia, suscetível ao governo da vez.

É potencialmente possível, por fim, como já destacado, a partir dos estudos de Filho (2000) e Bucci (2015; 2018) e do testemunho de Trujilo (2020), como fonte desta dissertação – evidenciados neste subcapítulo –, estabelecer uma linha histórica de recorrentes interferências, comandos e

formas de vigilância e de controle para manter o domínio sobre o conteúdo produzido pelas emissoras públicas.

É, portanto, dentro deste contexto histórico que as mudanças, até então inéditas, realizadas na estrutura da EBC durante o governo Temer, são compreendidas neste estudo. Todavia, para que a afirmação não fique vaga e não se desvie o foco deste trecho do trabalho, o assunto será retomado no capítulo 3.2.

### 2.3 A CENSURA À IMPRENSA NA CONTEMPORANEIDADE

Para além da discussão acerca da historicidade das recorrentes interferências dos governos nas emissoras públicas, é complementar investigar como funciona o controle da informação e a censura na rotina jornalística, dentro da atual conjuntura, ou seja, após a retomada da democracia.

Apesar da proibição da censura institucional, com a promulgação da Constituição de 1988, é consenso para estudiosos da área como Costa (2017; 2018), Dines (2010), Kucinski (1998), Medina (2002) e Mattos (2005) que a censura à atividade jornalística não foi extinta. Antes, contudo, de discutir o pensamento dos autores citados, apresenta-se uma perspectiva histórica, do momento de transição da ditadura militar para a democracia, com o intuito de compreender origens e raízes de algumas idiosincrasias do atual período em relação à censura da imprensa.

**Figura 1 – Capa da edição 300 de *O Pasquim*, confiscada**



Fonte: BUZALAF (2009).

Um dos periódicos que mais sofreu com a censura, marcado por fazer críticas ao regime militar, seus apoiadores e ao costume conservador da época, *O Pasquim*, fundado em junho de 1969, permaneceu sob censura prévia entre junho de 1970 e março de 1975 (BUZALAF, 2009).

A edição de número 300, de março de 1975 (Figura 1), a primeira após o fim da censura prévia, foi apreendida nas bancas pela polícia. No editorial da edição, intitulado “Sem Censura”, Millôr Fernandez, então editor, encerra o texto dizendo que “sem censura não quer dizer com liberdade”. Ele se refere aos embates que brotaram internamente à redação naquele contexto, especialmente o dilema de que se a suposta liberdade concedida pelos militares deveria ser ou não usada pelos jornalistas; e de que forma.

Achincalhariam o governo ou seguiriam uma linha mais branda para evitar possíveis prejuízos financeiros e/ou transtornos de ordem político-econômica?

Ao relatar o episódio, Beatriz Kushnir (2004, p.19) indica que o periódico estava diante de um teste: “os anos de censura prévia vividos até então, formaram, nas redações, jornalistas adestrados e, portanto, autocensurados?” Essa reflexão de Kushnir parece apropriada para encontrar um fio da meada ou mesmo lançar ainda mais questões no que tange a compreensão sobre como funcionam as adversidades de uma redação em tal contexto; e ainda visualizar possíveis amarras que silenciam ou omitem determinados assuntos, na conjuntura pós-1988. Esse é, aliás, um tema central para esta pesquisa.

Como já dito, além de extinguir oficialmente a censura estatal, a Constituição de 1988 impediu a criação de dispositivos legais que restringem a liberdade de informação jornalística. É neste arranjo que se encerra a censura policialesca e o antigo Serviço de Censura da Polícia Federal. A extinção de tais órgãos, porém, não se traduziu diretamente no desaparecimento da censura, que encontrou outras formas de se estruturar no interior das redações. Em particular, como este estudo explora, também está presente a censura jornalística na comunicação pública, já que a forma de organização das redações dos veículos da EBC são muito semelhantes aos canais de comunicação privados; e também porque no Brasil, como visto no capítulo 2.1, há uma grande confusão do que é público e do que é privado, desaguando em proselitismos, que ora se valem de mecanismos de censura para atender a interesses partidários e/ou particulares, conforme esta dissertação discute no capítulo 4.

### 2.3.1 Traços e características da censura no atual contexto

De modo geral, Sérgio Mattos (2012) aponta que no quadro atual, pós-1988, sobrevivem incontáveis mecanismos de controle da informação, seja oriundo do fluxo de distribuição ou do estancamento de conteúdos. Conforme exprime, “o jornalismo brasileiro não pode ainda comemorar ou declarar que vive em clima de completa liberdade devido às inúmeras iniciativas que visam impor a censura aos veículos e profissionais de comunicação” (MATTOS, 2012,

p. 101). Complementarmente, aponta ainda que são inúmeras as censuras e pressões para restringir as informações; e que as artimanhas se tornaram sutis e complexas. Apesar dessa nova perspectiva e mudanças, resume: “A censura pode mudar de intensidade e alterar seus instrumentos, mas continua sendo censura” (MATTOS, 2012, p. 102).

O que ajuda na compreensão desta mudança das características da censura na contemporaneidade é a perspectiva histórica. Após a Constituição de 1988 entrar em vigor, não há mais, institucionalmente, a figura central do Estado como censor, com o emprego explícito e deliberado de uma política de censura, como identificado nos anos de regime militar, entre 1964 e 1985. Neste período, a censura jornalística poderia ser identificada por meio de marcas típicas e mais claras, como carimbos, rasuras, adesivos, rabiscos ou bilhetinhos. Já no período vigente, a censura se torna complexa e adquire um estado rarefeito, sendo caracterizada por Costa (2017), como uma censura que não deixa rastros, vestígios, digitais. De outro lado, recursos censórios manifestam-se, já no final do século passado e neste início de século XXI, de maneira múltipla, tanto na esfera pública, como na privada, diferente daquela praticada anteriormente no quadro das ditaduras, em que aparecia de forma institucionalizada.

Neste contexto, a compreensão, para Costa (2017, p. 15), é que a “censura não foi, de forma nenhuma, eliminada da sociedade, mas se transformou de serviço público em iniciativas indiretas, plurais e capilarizadas que recriam e atualizam a cultura da censura”. No raciocínio da pesquisadora, essa cultura da censura apresenta-se de forma difusa, dispersa e indireta, substituindo antigos atos e recursos censórios típicos da primeira metade do século XX: a chamada censura clássica, aquela burocratizada, legitimada pelo Estado e que deixou vestígios materiais. Segundo a autora, a censura clássica também se caracteriza por interditar “a produção simbólica (...), sob ameaça de punição dos produtores, em nome da estabilidade e da ordem social” (COSTA, 2018, p. 15).

Se no período do regime militar a censura apresentava estes aspectos, de que modo então se apresenta na contemporaneidade? Percebe-se que a

cada novo tempo a censura se acomoda, penetra e atua de distintos modos; se perpetua, ganhando combustível e substituindo antigos modos de agir por novos. Sendo assim, no contexto da transição para a democracia, Alberto Dines (2010, p. 126) sugere que “o censor fardado foi substituído e multiplicado pelo censor civil, togado, de batina ou de fatiota de executivo”. O autor refere-se aqui, por exemplo, a empresários que financiam ou patrocinam, por meio da publicidade, veículos de comunicação, além de juízes ou funcionários da Justiça que agem a partir de formas de censura.

Dines reforça esse aspecto com um foco específico: “No lugar de garantidor do Estado de Direito e da liberdade de expressão, o Judiciário está se tornando um dos mais ferrenhos algozes desta liberdade” (DINES, 2010, p. 131). E por falar neste tema, a censura togada é definida por Costa (2018) como aquela proveniente de decisões judiciais, determinada arbitrariamente por juízes, sem conhecimento do assunto em discussão.

Complementarmente, também Mattos (2005) traz exemplos nesta esfera judicial, como a proibição da circulação de livros, muitos deles escritos por jornalistas, além de medidas e processos que limitam e impedem a produção jornalística, inclusive em periódicos de circulação em cidades pequenas.

Por outro lado, de acordo com Bernardo Kucinski (1998), outrora vítimas, os meios de comunicação passaram, não só a candidatos a protagonista da censura, mas também como epicentros de controle social e de manipulação da realidade. O autor explica que sob o chamado período democrático, após 1988, dada a ilegalidade dos instrumentos de controle por parte do Estado, “a repressão tornou-se secundária e a mídia passou a ser procurada pelas elites dominantes como o meio principal de controle social” (KUCINSKI, 1998, p. 18). Essa idiosincrasia, segundo ele, evidencia-se pelo fato de que no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico do que informativo, voltado à produção de consenso<sup>10</sup>, previamente acordado entre as elites.

---

<sup>10</sup> No caso brasileiro, a produção de consenso está ligada às questões que as elites consideram estratégicas aos seus próprios interesses; a partir disso, usam os meios de comunicação para tentar ditar e impor suas ideias e políticas à população (KUCINSKI, 1998).

Outro fator que corrobora com essa visão de controle social, por meio da ideologia dominante, é o aspecto oligárquico do setor da comunicação. Segundo um estudo apresentado pelo Repórter Sem Fronteiras em 2018 e coordenado pelo Interozes no Brasil, nos 50 veículos e redes de comunicação mapeados de quatro segmentos (rádio, TV aberta e por assinatura, mídia impressa e portais de notícias), 71% de toda a audiência televisiva é comandada por apenas quatro emissoras: Globo, Band, Record e SBT (VILELA, 2018). O critério para a seleção dos meios considerou índices de audiência medidos por institutos de pesquisa e no potencial de influenciar a opinião pública, o chamado agendamento. Entre os dez indicadores examinados pela pesquisa, incluindo proteção legal contra concentração de audiência e de propriedade e controle político de emissoras, o Brasil apresentou um dos piores desempenhos, ficando atrás de vários países.

Com tamanha envergadura e sem espaço para a pluralidade de assuntos na mídia, os conglomerados empresariais de mídia, com seus próprios interesses políticos e econômicos, entraram na disputa pelo poder nas sociedades democráticas (LIMA, 2010). De modo que, em uma dinâmica de mundo globalizado e inserido na lógica neoliberal, esses conglomerados, atuam como oligarquias, sendo dominados por pequenos grupos privados, que passam também a “controlar cada vez mais o que vemos, ouvimos e lemos” (LIMA, 2010, p. 104). Assim, especialmente no limiar do século XX, grande parte de toda a informação transmitida obedece à visão de mundo oriunda desses grupos. Nessa reflexão, Lima (2010, p. 105) afirma que a censura “também está sendo privatizada”, isto é, são os próprios veículos privados que praticam a censura, ao priorizar certos assuntos, renegar outros e moldar qual viés vai ser noticiado. Dentro desta lógica, as empresas agem como censores de assuntos que ferem os interesses dos proprietários.

Este tipo de manipulação ou controle editorial da informação é chamado por Maria Aparecida de Aquino (2002, p. 515) de censura empresarial: “(...) uma espécie de censura que costuma não deixar marcas (...) montada a partir dos interesses agrupados no interior dos diferentes periódicos”. Tem-se, então, deste modo, uma das características centrais da censura contemporânea: a

falta de rastros e a ação movida por interesses ideológicos, comerciais e/ou particulares. Esses interesses podem variar de acordo com a postura dos donos dos jornais e/ou de seus anunciantes, aspecto definidor da linha editorial dos veículos que seleciona quais assuntos devem ou não chegar para o público e com qual abordagem.

Para Aquino (2002, p. 515-516), “esse tipo de censura (...) existe em qualquer momento, com maior ou menor intensidade, dependendo da correlação de forças no interior do órgão de divulgação ou das circunstâncias vivenciadas em dada situação”. A autora faz uma distinção conceitual desta censura em relação ao que chama de censura política, isto é, aquela praticada pelo Estado, por meio de seus órgãos com ou sem o uso da violência.

### 2.3.2 Relações entre censura e manipulação da informação

Na rotina da produção jornalística, o controle do que é ou não relevante, do que pode ser considerado jornalístico ou não e se transformar em pauta, possui algumas características, interligadas e interdependentes. Em *Padrões de manipulação na grande imprensa*, o jornalista e professor Perseu Abramo (2016) compreende que a manipulação da realidade pela imprensa ocorre de múltiplas e variadas formas e obedece a um padrão geral, que gira em torno da maioria da produção noticiosa, ora com maior, ora com menor intensidade.

Segundo seu pressuposto, ao produzirem notícias, os donos das empresas são os responsáveis pela manipulação da realidade. Isso ocorre a partir da delimitação de quatro padrões gerais de manipulação para toda a grande imprensa e um específico para a televisão, que cabe também ao radiojornalismo. O primeiro deles é o da ocultação que, segundo Abramo:

É o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação. Isto é, no “momento” das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta (ABRAMO, 2016, p. 40).

Decisivo, esse padrão é diretamente responsável pelo desconhecimento do público sobre certos assuntos por meio da imprensa. São criadas realidades artificiais, uma vez que o fato real foi eliminado da realidade e inexistente.

O segundo padrão é o da fragmentação, que acontece, sobretudo, na fase de busca e elaboração da informação, no momento de sua apresentação e na edição. A fragmentação dá-se da seguinte maneira:

O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e a descontextualização. (...) Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido, em particularidades, ou aspectos do fato, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público. Novamente, os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, e que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão. A descontextualização é uma decorrência da seleção de aspectos. Isolados como particularidades de um fato, o dado, a informação, a declaração, perdem todo o seu significado original e real, para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original (ABRAMO, 2016, p. 42-43).

Já o terceiro padrão é o da inversão. Abramo (2016, p. 43) explica que a inversão, embora incorra na formatação da pauta, possui “seu reinado por excelência no momento da preparação e apresentação final, ou da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias”. Basicamente, este padrão reordena e, principalmente, troca o lugar das partes que compõe uma informação e sua importância, invertendo sua lógica. Há várias formas de inversão, como por exemplo, deixar questões agudas e importantes em segundo plano; e constituir de maneira consciente uma opinião, a do jornal, como se fosse notícia.

O quarto padrão, da indução, é, em resumo, uma combinação de todos os outros padrões e desagua na tentativa de induzir o público a um entendimento da realidade fora do contexto original. De acordo com Abramo:

A hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada. É isso que chamo de padrão de

indução (...) o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja (ABRAMO, 2016, p. 49).

Complementarmente aos preceitos de Abramo, Alberto Dines (*apud* Mattos, 2005) também enxerga a manipulação noticiosa como um dos recursos para controlar a informação, sendo, para ele, uma das novas formas de censura. Dines (*apud* Mattos, 2005, p. 42), explana que “omissão também faz parte da atividade censória, pois quando o jornalista omite uma notícia ele pratica censura”. Ao trazer esta abordagem, Mattos (2005, p. 43) reforça essa acepção: “Omissão é autocensura, que por sua vez se caracteriza como extensão da própria censura”.

Desse modo, entendemos que a hipótese de Abramo (2016), destacada por Dines (2010), Mattos (2005) e Fígaro e Nonato (2016), na prática rotineira jornalística, ao omitir fragmentos, temas, aspectos dos fatos, inculcando abordagens e frações do real, constituem-se como formas de censura. Como esta pesquisa procura evidenciar, tal mecanismo de censura é identificado, inclusive, no contexto da Empresa Brasil de Comunicação no período após o *impeachment* de Dilma Rousseff, na medida em que estimula e se utiliza do expediente da autocensura e da manipulação consciente para distorcer ou excluir assuntos considerados impertinentes ao governo de Michel Temer, como ver-se-á no capítulo 4, por meio de exemplos e situações ocorridas na EBC e narradas por jornalistas entrevistados para esta dissertação.

#### 2.3.4 A autocensura

O conceito de padrão de manipulação de Abramo (2016) é compreendido por Roseli Fígaro e Cláudia Nonato (2016, p. 9) como “modos de praticar a autocensura e tentativas de controlar os meios de comunicação, seja por meios econômicos, políticos, ou mesmo pela falta de ética do profissional”. As pesquisadoras se debruçaram sobre como a autocensura se estrutura no dia a dia de trabalho dos jornalistas; para elas, essa modalidade censória pode ser identificada no jornalismo tanto na omissão quanto na manipulação dos fatos por um profissional ou veículo. A autocensura se configura, portanto,

como um dos mecanismos de censura presentes nas redações, no contexto após 1988. Mas, o que é exatamente autocensura, como esta se caracteriza?

Para Bernardo Kucinski (1998), a autocensura é uma herança autoritária, uma marca deixada pelo regime militar, incorporada ao *ethos* do jornalista brasileiro no período seguinte. Assim como as reflexões elucidadas por Kushnir (2004), desencadeadas na redação de *O Pasquim*, que aparecem no editorial da edição 300, citada na abertura do capítulo 2, depois da convivência junto à engrenagem da autocensura, teria o profissional jornalista se habituado a conviver com ela?

A hipótese de Kucinski (1998, p. 51) é que esse convívio prolongado “pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destacam a compulsão pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura”. O mecanismo é assim descrito pelo pesquisador:

A autocensura é a supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. (...) A autocensura, em primeiro lugar suprime a própria informação de que a informação está sendo controlada. Não deixa cicatrizes. Por isso o lugar da censura na história da repressão ao pensamento e à informação durante o regime militar acabou soterrada pelos episódios menos frequentes, porém mais espetaculares de censura exógena, fechamento de jornais e prisões de jornalistas (KUCINSKI, 1998, p. 51-52).

Justamente por camuflar em si mesma a informação de que dados estão sendo suprimidos é que a autocensura se torna difícil de ser caracterizada e se confunde com procedimentos da produção noticiosa. De todos os mecanismos utilizados na ditadura civil-militar, a autocensura ganhou sobrevida; por isso mesmo é considerada por Kucinski (1998) como mais nociva do que a censura exercida pelo Estado, pois faz do jornalista, ao mesmo tempo, objeto e agente da repressão. A partir deste entendimento, a autocensura tem como consequências: a produção de consenso e cumpre o papel de desinformar o leitor (KUCINSKI, 1998).

Visão complementar traz a jornalista e professora Cremilda Medina (2002) sobre o assunto, da qual ressaltamos dois aspectos. O primeiro, de que

a autocensura é corrosiva e, no entendimento da autora representa “a afirmação do conservadorismo nas rotinas profissionais que não dão margem à rebeldia” (2002: 428). O segundo ponto refere-se ao exercício de poder dos funcionários, dentro da lógica de estrutura dos ambientes das redações, hierarquizado e autoritário.

A partir de sua experiência como repórter e como editora em *OESP*, ao se deparar com fontes supostamente censuradas e com proibições aleatórias sobre algo que não poderia ser veiculado, a jornalista tratava de investigar diretamente com o proprietário, no caso, Júlio de Mesquita Neto:

Verificava, espantada que não existia a ordem vertical e que, numa simples e desarmada argumentação (...) desfazia-se o cerceamento à informação. Foram inúmeras situações em que se confirmava que o tal mando repassado a intermediários era, na voz popular, mais realista do que o rei (MEDINA, 2002, p. 429).

Por isso, não raras vezes existe a dificuldade de se identificar e seguir o rastro da origem das proibições, por vezes, até impossível. Situações como estas narradas por Medina (2002), aparecem, inclusive, nos estudos do capítulo 4, quando analisa-se eventos ocorridos em canais da EBC.

### 2.3.5 A censura jornalística no contexto da internet

Ao inserirmos a perspectiva conjectural de uma sociedade altamente conectada, repleta de inúmeras tecnologias, em que a velocidade da informação é quase instantânea e o fluxo informacional ocorre ininterruptamente, a distinção da censura se torna ainda mais complexa.

Nesse quadro, mobilizações sociais percorrem o mundo em minutos, impulsionadas pelas redes sociais, que aproximam ativistas, causas e funcionam como plataforma para ecoar, mobilizar e espriar manifestações diversas. Esse fenômeno serve, muitas vezes, para fazer pressão sobre atores políticos e autoridades, a fim de que se posicionem ou tomem medidas, pressionados por organizações ou movimentos sociais (COSTA, 2017). Podem expressar ainda anseios da opinião pública.

No entanto, apesar do otimismo em relação à possível potência das redes criadas no âmbito da internet de autores como Manoel Castells (2013), no Brasil, para Dines (2010, p. 130-131), “As novas plataformas e as novas tecnologias não representaram qualquer melhoria na oxigenação do sistema midiático. O poder interno continua centralizado, monolítico, impermeável ao pluralismo”. A afirmação situa-se no contexto em que o jornalista foi cerceado várias vezes, entre 1999 e fevereiro de 2010, em diferentes veículos, como a *Folha* e o *Portal iG*; neste último, um dos artigos de Dines foi vetado e sua participação foi suspensa depois de seis anos.

Nesse mesmo contexto, torna-se cada vez mais arduo detectar atos de censura, pois estes se embaralham rotineiramente, por exemplo, com conflitos judiciais, disputas ideológicas, assédio moral, entre outros. Costa (2017) atenta para o fato de que não é incomum identificar confusões e usos inapropriados sobre censura, principalmente expressados por jornalistas e comunicadores, que generalizam seu significado, confundindo-a com abusos de poder, agressões aos direitos humanos, protestos.

Inclusive, ataques morais recebidos por jornalistas no ambiente das redes sociais, ameaças, bem como invasão de suas contas de celular, que poderiam coibir a continuidade de certas pautas, não se configuram enquanto censura (RUIZ, 2019). Na verdade, como alerta Costa (2017, p.19), são violações aos direitos humanos; “a diferença é sutil, mas existe”, principalmente porque o público não é privado do conteúdo, embora a toxidade e virulência das investidas possam, em certas ocasiões, inevitavelmente, promover autocensura.

A censura passa então a ser interpretada a partir do processo de transformações profundas que marcam o início do presente século:

A esse contexto censório chamamos de Pós-censura, pois resulta, como outros fenômenos sociais e comunicacionais, das mudanças ocorridas no mundo, no final do século XX, que transformaram a sociedade instituída e vivida na Modernidade. Assim, se a Modernidade, com a expansão da República e o desenvolvimento dos meios de comunicação, criou a chamada Censura Clássica, realizada por órgãos estatais, na defesa ideológica dos Estados Nacionais republicanos ou constitucionais, na Pós-Modernidade o desejo de

interdição se manifesta em procedimentos diversos, plurais, indiretos, tanto públicos como privados (COSTA, 2018, p. 20).

Assim, no esforço de compreensão do modo de funcionamento da censura na contemporaneidade e no exercício de estabelecer um método para identificá-la, Costa (2017) delimita oito aspectos que a caracterizam. O primeiro deles, primordial, indica que a censura é “um ato que visa alterar, modificar, silenciar, interditar manifestações de produção simbólica (...)” (COSTA, 2017, p. 20). Além deste item, outros traços ainda servem de baliza:

Esse ato tende a fazer com que o público, a quem a obra se destina, seja privado de seu conteúdo, contrariando o desejado por seu(s) autor(es); (...) Quando um jornalista é impedido de publicar ideias diferentes das da direção da empresa a qual trabalha (editorial), o jornal está impedindo que tais interpretações dos fatos se divulguem ao público leitor (...) A censura atua de forma a inibir certos conteúdos, sua menção ou defesa, sua discussão, buscando apagar interpretações da realidade não oportunas a certos grupos. Tende também a promover a autocensura. Isso significa que a principal motivação do ato censório e que o caracteriza é seu cunho ideológico (...) A censura sempre explicita a interpretação de mundo que se torna inconveniente, indesejável e que se deseja silenciar (...) O mais importante: o mundo que os atos censórios dizem defender não existe (...) A censura, onde quer que se manifeste, é sempre política, tem a ver com o exercício do poder (COSTA, 2017, p. 21).

As interdições no período seguinte à Constituição de 1988 se apresentam, portanto, de maneira complexa e pontual, não se caracterizando como ação sistemática, rotineira e frequentemente perpetrada pelo Estado, a exemplo do modelo predominante no século XX. O Estado, aliás, neste novo momento, tem seu papel esvaziado, cabendo a outros atores sociais desempenhar tal função, como as empresas de comunicação que atuam em nome da defesa da liberdade de imprensa, acatando para si esta bandeira, quando, na verdade, estão em busca de uma liberdade de empresa, de seus interesses e projetos particulares (LIMA, 2010).

Nesse íterim, Costa (2017, p. 22) propõe: “Estudar a censura, hoje, exige o aprofundamento em cada etapa do processo, o que resulta em um estudo de caso, no qual se analisam conjunturas e contingências”. É precisamente nesses termos sublinhados pela autora que esta pesquisa se desenvolve, pois investiga a censura e o controle da informação na EBC,

considerando sua trajetória, a relação com os governos, a conjuntura política do período estudado, bem como testemunhos de quem trabalha ou já atuou no dia a dia da companhia.

Vale frisar, por fim, que não pretendemos esgotar aqui o estudo sobre os mecanismos e modos de ação da censura nesta conjuntura. O tema volta a ser discutido intrínseco às análises desta pesquisa, no capítulo 4.

### **3. A EBC NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018): CONTEXTO POLÍTICO E MUDANÇAS**

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff, com a ascensão de Michel Temer à presidência, ocorreram mudanças no curso de políticas públicas do país, em áreas distintas, como na saúde, na cultura e na educação. A esfera da comunicação também foi atingida e sofreu sanções, segundo Filho (2018) tornando-se uma das “primeiras vítimas” do *impeachment*.

Com a entrada de Michel Temer, a EBC sofreu modificações no período interino do ex-presidente (maio a agosto de 2016), quando Rousseff foi temporariamente afastada do cargo, por decisão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril; e também a partir de setembro daquele ano, quando o Temer ocupou o posto da presidência em definitivo.

Dado o contexto, este capítulo investiga as interferências que modificaram a estrutura original da EBC, pois é a partir desta conjuntura que potencialmente se agravam as denúncias e queixas de controle da informação e censura no interior das redações da Agência Brasil, Rádio Nacional e TV Brasil.

#### **3.1 A EBC DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Em 12 de maio, o Senado decidiu afastar Rousseff temporariamente do cargo, fase em que Temer ocupa a presidência de modo interino, até o fim de agosto. O mês de maio, aliás, é emblemático para as acirradas disputas políticas entre PT e MDB, que se materializam em torno da EBC, com o vaivém de diretores-presidentes indicados por cada partido e até uma tentativa de

vetar a palavra “presidenta” dos noticiários da empresa, assuntos que serão abordados mais adiante.

Como já apontado anteriormente, compreende-se o processo de *impeachment* como um Golpe de Estado, em acordo com as ideias de Freixo e Rodrigues (2016) e Jinkings (2016). A intenção não é esmiuçar e esgotar essa discussão, dada sua complexidade, mas apontar tal perspectiva, por isso trata-se dela a seguir.

Freixo e Rodrigues (2016) defendem a existência de um novo tipo de Golpe de Estado, que assola países da América Latina e que não ocorre por meio da ação direta das Forças Armadas, mas a partir de uma articulação realizada por outros órgãos do Estado, como o Poder Judiciário e/ou o parlamento.

Essa concepção é a mesma utilizada por Rodrigues e Kalil (2016), os autores indicam que a tese é baseada no trabalho do pesquisador Pérez-Liñán:

A tese principal de Pérez-Liñán é a de que após os processos de redemocratização na América Latina, a partir da segunda metade da década de 1980, o “*impeachment* presidencial emergiu como o mais poderoso instrumento para remover presidentes ‘indesejáveis’ sem destruir a ordem constitucional (Rodrigues e Kalil, 2016, p. 78 apud Pérez-Liñán, 2007).

A compreensão histórica de Liñán, segundo Rodrigues e Kalil (2016), é a de que no período seguinte a Guerra Fria, os Golpes de Estado conduzidos por militares com o apoio das elites econômicas e classes médias perdeu legitimidade, abrindo espaço para remover presidentes impopulares do exercício de suas atribuições por meio do arranjo da própria democracia. Nesse sentido:

Os processos de *impeachment* começaram a emergir quando crises econômicas foram somadas à difusão de denúncias sobre corrupção, num cenário de certa abertura para a rearticulação de movimentos sociais e da imprensa e diante da manutenção das idiosincrasias do presidencialismo latino-americano ainda dominado pelas elites políticas nacionais, temerosos da ascensão das classes populares e refém das barganhas e conchavos tradicionais (FREIXO e KALIL, 2016, p. 78).

Esta descrição potencialmente se aproxima com o que se passou no cenário político do Brasil em 2016. Em razão de sua tese, Pérez-Liñán foi entrevistado por alguns jornais brasileiros e, em 9 de maio de 2016, já durante a fase interina de Michel Temer na presidência da República, o pesquisador falou para o jornal *OESP*:

Quando o *impeachment* se justifica exclusivamente em um crime cometido pelo presidente, então o *impeachment* fortalece a democracia porque mostra que o Congresso pode controlar o Executivo e que não há impunidade. Mas por outro lado, quando o *impeachment* é simplesmente um ato simbólico do Congresso para sacrificar o presidente, em consonância com a opinião pública, porque o presidente é impopular, então creio que nesses casos o *impeachment* abre um ciclo de instabilidade que não termina com a saída do presidente (FREIXO e KALIL, 2016, p. 79).

No ensejo de *impeachment* de Rousseff em 2016, observa-se, segundo Freixo e Kalil (2016), que o afastamento da ex-presidente foi articulado como um golpe sem a participação direta das Forças Armadas e amparado pela opinião pública, por setores mais conservadores da sociedade, por parte expressiva do Judiciário, pelo Congresso Nacional e pelos maiores grupos de mídia do país. De acordo com os autores:

O golpe levado a cabo em 2016 no Brasil faz parte dessa nova geração de *coups d'Etat*. A articulação entre setores do judiciário e forças políticas conservadoras representadas no parlamento, contando com forte apoio midiático, derrubaram um governo democraticamente eleito, utilizando uma argumentação jurídica, técnica e política bastante frágil, que foi questionada e desconstruída por alguns dos mais brilhantes juristas e economistas do país, que se posicionaram em defesa da presidente afastada durante a farsa que foi o julgamento do Senado (FREIXO e RODRIGUES, 2016, p. 12).

Seguindo esse raciocínio, na caracterização de um golpe de novos moldes, os autores indicam que em 2016 houve uma aparente neutralidade das Forças Armadas no processo de *impeachment*, e identificam a entrega da Medalha do Pacificador – a mais alta honraria do Exército brasileiro – ao então juiz Sérgio Moro, em 25 de agosto de 2016, às vésperas do julgamento de Rousseff pelo Senado (que ocorreu em 31 de agosto), como talvez a mais explícita iniciativa visível por parte dos militares. Para os autores, esse

movimento pode ser interpretado “como sinais de uma discreta tomada de posição por parte das Forças Armadas (FREIXO e RODRIGUES, 2016, p. 13). Além disso, para Rodrigues e Kalil (2016, p. 94), a inexistência direta das Forças Armadas e de militares nas ruas, “não significa ausência de violência, como demonstrou a forte repressão às manifestações contra o governo Temer exercida pelas polícias militares estaduais desde o período de interinidade”.

Por outro lado, interessante notar que naquele momento em 2016 quando a obra organizada por Freixo e Rodrigues (2016) foi editada, ainda não tinha vindo à público as mensagens trocadas entre os procuradores da Lava-Jato e o então juiz Sérgio Moro<sup>11</sup>, revelando uma colaboração mútua e proibida no processo de investigação do PT. Em 2016, alguns intelectuais e setores da sociedade falavam em uma possível interferência do Judiciário como partícipe ativo da articulação para retirar Rousseff da presidência, mas não havia provas nesse sentido. A publicação das conversas pelo site *The Intercept Brasil* em 2019, por outro lado, tornou cristalino o que até então era apenas uma hipótese: a existência de uma colaboração articulada entre entes do Judiciário brasileiro para o *impeachment* de Dilma Rousseff e do PT.

Além da movimentação dos militares da reserva nesta circunstância apontada pelos autores, tema que aliás merece ser melhor estudado, e do conluio articulado entre o Legislativo e o Judiciário com apoio de veículos de imprensa, soma-se outro elemento que corrobora com a tese de golpe em 2016 no Brasil: as primeiras decisões políticas de Temer no comando da Presidência, ainda na fase interina. Segundo Freixo e Rodrigues (2016):

Os primeiros movimentos do governo interino deixam claros os interesses econômicos, políticos e sociais por trás do Golpe, quando esse se propõe a implementar um programa de governo composto de medidas impopulares – privatização de serviços públicos como creches e hospitais, congelamento dos investimentos em saúde e educação, reforma da previdência com o aumento da idade mínima para aposentadoria, cobrança de mensalidades em universidades públicas, retirada de direitos trabalhistas, dentre outros – e que dificilmente teria sido sufragado pelo voto popular, caso tivesse sido

---

<sup>11</sup> O veículo *The Intercept Brasil* teve acesso à chats de conversas entre o juiz Sérgio Moro e integrantes e ex-integrantes da Operação Lava-Jato e publicou o material em junho de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>. Acesso em: 16.10.2020.

submetido a um amplo debate nacional ao longo de uma campanha eleitoral.

Portanto, se o afastamento de Dilma Rousseff utilizando-se de técnicas, forte atuação do judiciário e manobras parlamentares, por si só, já caracteriza um golpe no novo sentido do termo, o conteúdo das propostas do governo do novo presidente Michel Temer – polêmicas e sem chancela eleitoral – só serve para evidenciar ainda mais o seu caráter golpista (...) Por esses motivos, a destituição de Dilma Rousseff nos obriga a repensar a noção de Golpe de Estado (FREIXO e RODRIGUES, 2016, p. 14).

Desse modo, como os autores apontam, baseando-se em Pérez Liñán, a compreensão, portanto, das mudanças e dos fatos em torno da EBC não se dá de maneira isolada nesta pesquisa, situa-se dentro desta nova perspectiva de Golpe de Estado.

Uma vez feito este aporte, retoma-se então a discussão sobre a EBC durante e depois do processo de *impeachment*.

Ainda nos primeiros dias de governo interino, em 17 de maio de 2016, Michel Temer assinou a exoneração do então presidente-diretor da EBC, Ricardo Melo, que havia assumido o cargo no terceiro dia do mês, indicado por Rousseff. De acordo com o estatuto da EBC, o presidente interino não poderia interferir deste modo, uma vez que, Melo teria até maio de 2020 para exercer o seu mandato, ou seja, um período de quatro anos a contar da data da nomeação.

Com a demissão forçada, no dia seguinte foi escolhido para a função o jornalista Laerte Rímoli, ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, indicado diretamente por Eduardo Cunha, e ex-coordenador de comunicação da campanha de Aécio Neves, no pleito presidencial de 2014. Assim que assumiu a EBC, Rímoli rescindiu contratos com empresas de profissionais que prestavam serviços à EBC, como Maria Tereza Cruvinel, Paulo Markun, Emir Sader, Paulo Moreira Leite, entre outros<sup>12</sup>, e dispensou parcerias que não oneravam financeiramente a EBC, como ocorreu com a TV dos Trabalhadores (TVT), cuja relação era apenas de troca de conhecimentos e tecnologias.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1818056-ebc-rescinde-contrato-com-sete-jornalistas-e-comentaristas.shtml>. Acesso em: 16.10.2020.

No dia 30 seguinte, os repórteres de canaas da EBC são comunicados de que não podem mais se referir à Dilma Rousseff como presidenta, apenas como presidente. Conforme explica a jornalista Akemi Nitahara da Agência Brasil, em entrevista para esta pesquisa:

A flexão de gênero é uma solicitação de Dilma desde que tomou posse em 2011 e os veículos da EBC, respondendo a uma norma interna de que os citados/entrevistados tem prerrogativa para definir como preferem ser apresentados, sempre usaram essa terminologia. Boa parte dos textos que mantiveram a expressão “Presidenta” foram alterados após publicação (NITAHARA, 2017).

A alteração da flexão de gênero chegou, portanto, sem maiores explicações e contrariando normas internas do jornalismo da EBC no trato de autoridades. Em decorrência, o conselho curador encaminhou um memorando à direção e à secretaria-executiva da EBC no dia 7 de junho, reforçando a orientação correta para o uso de “presidenta”, a qual deveria seguir a preferência da própria fonte (Figura 2).

### **Figura 2 – Reprodução de parte de memorando do conselho curador**

**Prezado Diretor-Presidente,**

Cumprimentado-o cordialmente, o Conselho Curador reafirma a orientação para que veículos da EBC utilizem o termo presidenta ao se referir à presidenta da República afastada Dilma Rousseff, assim como outras mulheres em cargos de presidência que se autodenominam desta forma, incluindo a presidenta deste Conselho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**RITA FREIRE**  
Presidenta do Conselho Curador da EBC

**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

As demissões de profissionais prestadores de serviço, a retirada de Melo e a entrada de Rímoli na direção da EBC, bem como o ato de modificar a forma de se referir a Rousseff podem ser entendidos como os primeiros sinais de submissão da empresa ao novo governo.

A partir de setembro, com as alterações trazidas pela Medida Provisória 744/2016, que modificou o estatuto da EBC, conforme veremos mais adiante, Melo foi exonerado em definitivo e Rímoli estabeleceu-se por 20 meses à frente da EBC. Sua gestão foi marcada, entre outros, pela divulgação de dados duvidosos sobre a empresa, segundo artigo<sup>13</sup> de Gessio Passos, empregado da EBC, à época atuando no Portal da EBC e como diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF). Outro material de Gessio, publicado pelo site *Congresso em Foco*<sup>14</sup> desmente uma notícia do site *O Valor*, de que Rímoli teria “zerado o déficit” da EBC, contra argumentando a partir de dados e gráficos diversos.

Ainda em maio, 11 dias após a primeira posse ministerial de Temer, no dia 23, (já com Rímoli na presidência da EBC), as gravações de um telefonema entre Romero Jucá e Sérgio Machado, então presidente da Transpetro, foram publicadas pela *Folha*<sup>15</sup>. Na conversa, ambos confabulam maneiras de escapar do cerco da Operação Lava-Jato e tratam de uma resolução para “estancar a sangria”, ou seja, parar as investigações, referindo-se às denúncias de corrupção da Operação. Jucá também sugere um grande acordo nacional com o Supremo, “com a mídia, com tudo” e propõe “tirar a Dilma” da presidência e “colocar o Michel”, nas palavras do ex-ministro, como forma de solucionar uma iminente crise republicana decorrente das denúncias.

Como não poderia ser diferente, dado o teor das conversas, a publicação da *FSP* incendiou a imprensa e se tornou o principal acontecimento midiático daquele dia. O fato, no entanto, foi inicialmente ignorado nos veículos da EBC: demorou horas para ser noticiado. Em razão disso, a ouvidoria da

---

<sup>13</sup> Texto disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/a-verdade-sobrea-gestao-ruinosa-de-laerte-rimoli-na-ebc/>. Acesso: 05.nov.2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/rimoli-deixa-a-ebc-e-manipula-dados-para-encobrir-desastre-de-sua-gestao/>. Acesso: 08.nov.2019.

<sup>15</sup> “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava-Jato”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso: 09.jul.2018.

EBC, sob o comando de Joseti Marques, produziu uma crítica que detalha o longo caminho percorrido pela notícia até ser veiculada:

A notícia mais impactante e mais importante desde o afastamento da presidente Dilma Rousseff foi a divulgação da conversa telefônica entre o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. A Folha de S. Paulo deu a notícia em primeira mão em seu site, por volta das 2h00 da madrugada. Foi a pauta do dia para toda a imprensa. No entanto, a edição de segunda-feira, 23, do Repórter Brasil, – radiojornal veiculado das 7h00 às 7h45 praticamente ignorou o assunto, cometendo uma falha já apontada pela Ouvidoria, que é reproduzir, sem sequer uma atualização, matérias veiculadas no dia anterior. No caso dessa edição, a matéria velha era de sexta-feira e exibia a entrevista coletiva dos ministros do Planejamento, Romero Jucá, e do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Foi uma longa matéria, falando sobre a revisão da meta fiscal para o ano, como se o fato do dia não tivesse acontecido. Mais adiante, no mesmo jornal, Romero Jucá voltou a ser notícia. E mais uma vez, como personagem de entrevista de sexta-feira. Informou-se que a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro do Planejamento tinha sido autorizado pelo ministro Marco Aurélio Mello, do STF. A medida foi tomada em um inquérito que investiga suspeita de fraude no repasse de emendas parlamentares. Damos a defesa na íntegra de Jucá, exatamente a mesma matéria que já tinha sido veiculada na sexta-feira, ou seja, três dias antes. E nada sobre o grande assunto do dia. O boletim Nacional Informa, a cada hora cheia, igualmente ignorou o assunto nas edições de 8h00, 9h00, 10h00 e 11h00. Somente no jornal Repórter Nacional (das 12h00 às 12h30) e de maneira muito ligeira é que a notícia foi tratada. Tocando na questão secundariamente, uma vez que o assunto principal era outro, diz a repórter: “E neste momento, o ministro do Planejamento dá uma coletiva de imprensa sobre denúncias do jornal Folha de S. Paulo de que o ministro tentaria barrar a Operação Lava Jato. Segundo ele, ele (sic) afirmou agora há pouco que apoia a Operação Lava Jato e disse que não tem nada a temer. E afirmou ainda que não é demérito ser investigado, que o demérito é ser culpado de alguma coisa. Isto porque Jucá é alvo de inquérito que o investiga... no âmbito da Operação Lava Jato”. Ou seja, a matéria veiculou a defesa do ministro sem a necessária contextualização para que o ouvinte compreendesse minimamente qual era o assunto e o que estava acontecendo (MARQUES, 2016, p. 28).

Neste caso, tem-se o retardamento da publicação da notícia como forma de omitir e poupar críticas a integrantes do governo. Trata-se de uma estratégia de manipulação apontada por Abramo (2016) para omitir ou tirar o destaque de certos fatos pré-determinados, o que na visão de Mattos (2005), é censura. Conforme identificado por uma das fontes desta pesquisa, a jornalista Valentina Soares (2020), como será estudado no capítulo 4, frequentemente esse tipo de

estratégia era utilizado pelas chefias para, segundo ela, censurar ou impedir temas de serem noticiados.

Apesar das rápidas mudanças introduzidas na EBC em menos de um mês, houve uma reviravolta. Em 01 de junho de 2016, por força de uma liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli, Ricardo Melo tornou a exercer o cargo de diretor-presidente da EBC, permanecendo até o dia 8 de setembro do mesmo ano, ou seja, até alguns dias depois da consolidação do *impeachment* pelo Senado.

Após a saída permanente de Rousseff em agosto de 2016, o governo de Temer consolida as mudanças e intervenções na EBC por meio de uma Medida Provisória, conforme abordaremos no capítulo a seguir.

### 3.2. AS MUDANÇAS NA EBC APÓS O *IMPEACHMENT*

Inicialmente este capítulo descreve as mudanças na EBC por meio da Medida Provisória 744/2016 e em seguida destaca duas dessas alterações, vistas como cruciais para o agravamento da censura à repórteres e da tentativa de controlar o que era noticiado nos veículos da EBC. Para compreender o tema da censura na EBC durante a gestão de Temer na Presidência da República é relevante primeiro contextualizar o que se passou na empresa tão logo o ex-presidente ocupou o cargo.

Menos de 24 horas após Michel Temer ser empossado em absoluto, a Medida Provisória<sup>16</sup> 744/2016 foi aprovada, à 1h30 da madrugada de 2 de setembro de 2016, alterando o estatuto de criação da Empresa Brasil de Comunicação. A MP começou a valer imediatamente e foi assinada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (MDB), pois Temer cumpria agenda internacional, na China.

Dentre as modificações estruturais decorrentes da MP 744/2016, destacam-se dois pontos, o primeiro deles, o cargo de presidente-diretor da empresa deixou de ser fixo, de quatro anos, podendo o titular da função ser

---

<sup>16</sup> De acordo com o site oficial da Câmara Legislativa, uma Medida Provisória (MP) “é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, **em casos de relevância e urgência**” (grifo nosso). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso: 04.jul.2018.

demitido a qualquer momento pelo Presidente da República. Pela lei originária da EBC, de 2008, o diretor-presidente só poderia deixar o cargo de duas maneiras: caso pedisse demissão ou após duas advertências indicadas pelo conselho da empresa. Para Filho (2018), esse dispositivo do estatuto da EBC era uma forma de evitar a submissão da gestão da estatal às trocas de governos: “Com o golpe isso também acabou. A empresa passou a ser mais uma estatal, operando como emissora oficial do governo” (FILHO, 2018, p. 27). E, em segundo lugar, a extinção do conselho curador da EBC, cujas características e consequências abordaremos logo adiante.

Para assegurar as imposições da MP 744/2016, em dois de março de 2017, como justificativa do governo de conferir à EBC “maior flexibilidade e eficiência de gestão da EBC”<sup>17</sup>, a MP 744/2016 foi convertida na Lei 13.417/2017, alterando de vez o seu estatuto, que passou a ser vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República e não mais à Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Sendo assim, é importante entender que o conselho curador é visto, na visão de Bucci (2015), como o principal componente da empresa que impulsionava o caráter público da EBC, funcionando como elo no contato com os interesses da sociedade:

O conselho curador traz um arejamento que não existia em uma estatal incumbida de prestar serviços de comunicação social (...). Tem poder para, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, emitir voto de desconfiança à diretoria ou a um de seus diretores, o que já é um alento (BUCCI, 2015, p. 115).

O autor complementa afirmando que se não tinha poder deliberativo, o alento é que o conselho curador operava como um instrumento que, não raras vezes, produzia alertas, advertências, reflexões e indicava descumprimentos de regras por parte do governo, registrados em cada nova reunião.

Para Jonas Valente (2009c), é justamente uma maior participação da população no sistema da EBC, como desempenhavam os conselheiros

---

<sup>17</sup> Matéria da Agência Brasil apresenta os vetos de Michel Temer à Lei, além de aspas da presidência para justificar a sanção da lei: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/temer-sanciona-lei-que-reestrutura-ebc>. Acesso: 08.jul.2018.

curadores, que cumpriria o papel pilar de fortalecer a sua independência, no jornalismo ou no entretenimento, tanto em relação aos governos, como em relação ao mercado.

Segundo Filho (2018), a aniquilação do conselho curador e de seus conselheiros, na prática, promoveu a supressão da peculiaridade pública da EBC, uma vez que esse conselho era um dos elementos que favorecia a autonomia e o controle social da EBC. De acordo com o autor:

Mas o mais importante estava na sua composição, que respeitava a diversidade geográfica e dava espaço às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios. Era um microcosmo da sociedade brasileira influenciando em temas, pautas e enfoques de programas e reportagens produzidos pela EBC. Uma das primeiras medidas do golpe foi simplesmente acabar com o Conselho (FILHO, 2018, p. 27).

Sendo assim, esta pesquisa identifica e compreende que a MP 744/2016, publicada em menos de 24 horas após a efetivação do *impeachment* de Dilma Rousseff, abriu caminho constitucional para o desmantelamento do caráter público da EBC, ao destituir as estruturas da empresa que sedimentavam esse aspecto.

Como estudado no capítulo 1, era papel deste conselho também acompanhar e produzir críticas sobre a linha editorial do jornalismo da companhia. O conselho curador não operava meramente como um órgão consultivo, mas possuía formas de atuação direta nos rumos da empresa (COUTINHO e VIEIRA, 2016); sendo, portanto, um instrumento de participação da sociedade na gestão da empresa pública de comunicação, diferenciando-se de canais meramente estatais, controlados exclusivamente por governos ou poderes públicos.

Desprovido desse espaço após a publicação da MP, um dos entraves encontrados por parte dos jornalistas da empresa foi um vazio, sem ter onde e para quem recorrer em situações de abusos, como linha editorial governista e possíveis casos de censura. Até por isso, nesta época, o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF) encabeçou diversas denúncias e publicizou as reclamações dos jornalistas questionando, por exemplo, a

ausência dos protestos contra Michel Temer nos canais da EBC durante a cobertura oficial do Carnaval de 2017, conforme veremos no capítulo 4.

Várias outras entidades, além do SJPDF, como elencado (RUIZ, 2017), manifestaram-se publicamente em relação à aprovação da MP, como a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), com associados em 17 estados do país, e um grupo de trabalho ligado à Intercom<sup>18</sup>. Também o Ministério Público Federal (MPF) produziu um parecer técnico<sup>19</sup> e declarou na época que a MP 744/2016 era inconstitucional. Os integrantes do MPF afirmam que a medida enfraqueceu a autonomia na formulação da linha editorial e da programação da emissora, deixando-a mais vulnerável em face do mercado e do Poder Executivo. O documento aponta para a possibilidade da existência de censura política, ideológica e artística, tanto pela definição da linha editorial e da programação na perspectiva dos interesses dos governantes, quanto pelo silenciamento de vozes que ousam divergir do governo.

Neste contexto, dezenas de organizações e grupos diversos já estavam articulados em torno da Frente de Defesa da EBC e da Comunicação Pública<sup>20</sup> desde maio de 2016 e divulgaram um manifesto<sup>21</sup>, no mesmo dia da publicação da MP, em setembro. Vale a pena retomar um trecho do texto sobre o que se destacou naquele momento:

A MP ataca frontalmente o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação ao extinguir os principais mecanismos que o garantiam: a existência de um Conselho Curador composto por maioria da sociedade civil. [...] Em diversos momentos, o Conselho questionou frontalmente a gestão e o Planalto em defesa de uma orientação

---

18 A Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – é uma instituição sem fins lucrativos, destinada ao fomento e à troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais atuantes no mercado. Trata-se do maior congresso de comunicação científica do país.

<sup>19</sup> A nota técnica está disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas-de-atuacao/comunicacao-social/saiba-mais/legislacao-1/nota-tecnica-07-2016-pfdc-mpf>. Acesso: 07.jul.2017.

<sup>20</sup> Rede criada em maio de 2016, com o objetivo de noticiar e denunciar o desmonte em torno da EBC e fortalecer a comunicação pública no Brasil. (FRENTE DE DEFESA DA EBC E DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA, 2016). Disponível em: <https://www.facebook.com/emdefesadaEBC>. Acesso: 01.jul.2017.

<sup>21</sup> “Entidades repudiam MP que destrói caráter público da EBC”. A íntegra do conteúdo do manifesto está disponível em: <https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/posts/1667541700229824:0>. Acesso: 01.jul.2017.

editorial equilibrada e isenta. [...] a destruição do Conselho Curador e do mandato mostra que proteger a empresa de ingerências não é o objetivo da MP, mas exatamente o contrário: subordinar a empresa aos ditames do Palácio do Planalto (ENTIDADES..., 2016).

**Figura 3 – Cartaz de convocação para manifestação na sede da EBC em Brasília**



**Fonte:** Frente de Defesa da EBC (2016).

No mesmo dia, no período da tarde, a Frente de Defesa organizou um ato em Brasília<sup>22</sup>, na porta da sede da EBC, cujo chamamento defendia a comunicação pública e o conselho curador, extinto pela MP (Figura 3). Ou seja, assim que a MP foi publicada, houve manifestações de grupos distintos destacando especialmente a extinção do conselho curador da Empresa.

A assinatura da MP 744/2016 e sua conversão posterior em Lei denota o caráter frágil de autonomia da EBC. Esse fator já era apontado por trabalhadores da EBC e por pesquisadores da área. No meio acadêmico, Bucci

<sup>22</sup>

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/photos/a.1609786936005301/1667472200236774/?type=3&theater/> Acesso em: 31.mar.2020.

(2015)<sup>23</sup> e Milanez (2016) tratam do tema alertando que a qualquer momento a autonomia da Empresa poderia ser atingida, mediante os humores do governo da vez. Bucci chega a apontar o que poderia ocorrer com os rumos da independência editorial da EBC:

A presidência da República tem, se quiser, meios para constrangê-la, pressioná-la, enquadrá-la. A empresa e os serviços que tem por missão prestar à sociedade estão sujeitos aos humores (ou interesses) de quem está no poder (BUCCI, 2015, p.114).

Por sua vez, trabalhadores da EBC discutiram o tema da autonomia em eventos internos da própria Empresa, organizados pelos empregados, conforme o documento final do Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva<sup>24</sup>, ocorrido em Brasília, em agosto de 2015. No documento, em um dos três eixos<sup>25</sup>, acerca da autonomia, identifica-se, por exemplo, que o vínculo com o governo era problemático, visto como um entrave para a liberdade e independência editorial do jornalismo.

Desse modo, suscetível ao poder e ao fisiologismo de cada nova gestão, a EBC sofreu interferências do governo de Michel Temer, que atingiu o topo da hierarquia da EBC, ainda em maio de 2016, conforme já estudado. É importante sublinhar que, apesar das até então inéditas mudanças no funcionamento da EBC e do caráter das ações, a dificuldade de veicular conteúdos divergentes ideologicamente aos interesses da presidência da República, ao longo da recente história da estatal, não é uma peculiaridade do governo Temer (BUCCI, 2015; MILANEZ, 2016; BASSO, 2017).

Em gestões anteriores, quando a linha tênue da comunicação governamental avançava a fronteira da comunicação pública, o conselho curador reagia, registrava advertências, assegurando minimamente o trabalho jornalístico. Por isso, demarca-se aqui que a extinção do conselho curador é

---

<sup>23</sup> Especialmente no capítulo que trata da TV Brasil em “O Estado de Narciso”. Op. Cit.

<sup>24</sup> O evento foi realizado com participação de funcionários da EBC, membros do conselho curador, entre outras pessoas e organizações da sociedade. O documento está disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf>. Acesso: 06.jul.2018.

<sup>25</sup> Os eixos são: “Autonomia e Vinculação”, “Financiamento e Sustentabilidade”, “Gestão de Conteúdo e Participação Social”.

uma forma de censura, ao silenciar e extinguir um espaço legítimo do fomento e diálogo de vozes dissonantes no interior da EBC. Como visto, o conselho curador abrigava reflexões sobre o papel da EBC em relação ao teor jornalístico e sua linha editorial, mantendo vivos os necessários debates para o avanço da comunicação pública. Ao desmontar o conselho e destituir seus integrantes, censurava-se qualquer possibilidade de registrar críticas, desvios e eventuais abusos do governo ou mesmo oriundos da própria direção da empresa.

Por sua vez, o novo governo acreditava trilhar o caminho correto sobre a EBC, pois, na visão deste, a TV Brasil, por exemplo, estava sendo usada em benefício do PT e era preciso “despolitizar” a sua programação<sup>26</sup>. Apesar de Temer falar em “despolitização”, o que se observou foi uma escalada para a submissão da companhia aos interesses governistas. Mesmo após a saída do diretor-presidente alinhado com o governo, Laerte Rímoli, em 2 de maio de 2018, e a nomeação do diplomata Alexandre Guido Lopes Parola, que trabalhava como porta-voz de Temer desde setembro de 2016, para o cargo de diretor-presidente da EBC, a gestão permaneceu alinhada aos interesses da Presidência da República, além de outras mudanças impostas.

Em abril de 2018, momento em que a substituição foi anunciada, vários sindicatos e a comissão de empregados da EBC assinaram uma nota de repúdio<sup>27</sup> ao diplomata. Parola se manteve por poucos meses, até 15 de outubro, apesar da expectativa de sua permanência até o final do mandato de Temer. Foi sob sua gestão que ocorreram também polêmicas na condução da ouvidoria da companhia, quando Cristiane Samarco, ex-diretora geral, foi nomeada para chefiar o setor. A indicação foi criticada pela comissão de empregados da EBC, que divulgou ainda em caráter de denúncia<sup>28</sup> a expulsão

---

<sup>26</sup> Em maio de 2016, período de intensas disputas políticas em torno da empresa, esse era um dos ângulos pelo qual a EBC era vista por Temer, como se pode notar na reportagem de O Estado de S. Paulo: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-demitir-ricardo-melo--temer-prepara-mp-para-mudar-regras-de-nomeacao-na-ebc,1000052210>. Acesso: 03.nov.2019.

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3631-nota-de-repudio-a-indicacao-de-alexandre-parola-para-presidencia-da-ebc>. Acesso: 08.nov.2019.

<sup>28</sup> A denúncia está registrada nesta postagem do blog da comissão de empregados da EBC, que fala ainda sobre assédio a trabalhadores:

de três funcionárias da ouvidoria, uma delas integrante da comissão de empregados da EBC, sem maiores explicações. No texto disponível no blog da comissão, publicado em 5 de setembro, fala-se em assédio e perseguição:

As três colegas alvo do assédio da Direção da EBC estão sendo perseguidas por terem liderado, em junho deste ano, movimento que resultou na denúncia contra a ex-ouvidora interina Edit Silva na Comissão de Ética da empresa. Na denúncia, atualmente sob análise da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, empregados lotados na Ouvidoria relatam diversos casos de abuso de autoridade, assédio moral e vários outros ataques aos empregados do setor. (...) Ontem (4), após as colegas serem comunicadas que estavam expulsas da Ouvidoria e transferidas para outro setor sem qualquer diálogo, a Comissão de Empregados e o representante dos empregados no Conselho de Administração (Consad), Edvaldo Cuaio, procuraram o chefe de Assessoria da Presidência, João Ernesto Cristófolo, que deu versão conflitante à dada pelo gerente de RH. Fica muito clara a posição de convivência, por parte da empresa, com a continuidade do assédio e retaliação sofrida pelos colegas da Ouvidoria. (...) A indicação de Christiane Samarco trouxe perplexidade e espanto aos trabalhadores. A Ouvidoria deve ser chefiada por uma pessoa com perfil independente e técnico. Samarco claramente não se enquadra no requisito de independência. A indicação vai garantir a ela dois anos de estabilidade no cargo (COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018a).

Além dos indícios de aparelhamento da ouvidoria, em junho de 2018, o segundo mês de Parola como diretor-presidente, a comissão de empregados divulgou uma nota de repúdio sobre uso político da EBC<sup>29</sup>. No documento há críticas sobre três notícias da Agência Brasil: a) uma matéria especulativa sobre uma suposta saída do ex-Ministro da Cultura, Sérgio Sá; b) outra de tom favorável à Reforma Trabalhista e por fim, c) um editorial publicado na ABr, visto como algo inédito na história do veículo, acerca da escolha do novo presidente da Petrobras. Segundo o posicionamento da comissão<sup>30</sup> e de fato, tais conteúdos ferem o manual de jornalismo da EBC (BEIRÃO, 2013).

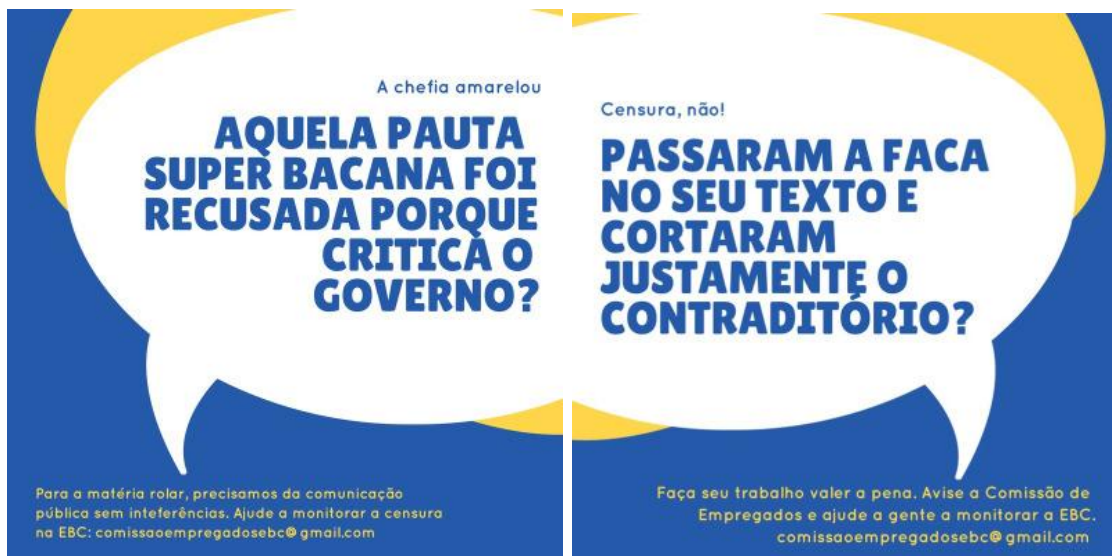
---

<https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/2018/09/05/ebc-afrenta-justica-e-mantem-assedio-a-trabalhadores/>. Acesso: 08.nov.2019.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/2018/06/13/nota-de-repudio-uso-politico-da-agencia-brasil/>. Acesso: 08.nov.2019.

<sup>30</sup> O manual está disponível em: [http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/manual\\_de\\_jornalismo\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf). Op. Cit.

**Figura 4 – Cartazes de divulgação para coleta de casos de censura**



**Fonte:** COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC (2018b).

Ainda no mesmo mês de junho foi lançado pela primeira vez na trajetória da empresa um questionário on-line e uma campanha (Figura 4) para mapear e registrar situações de censura ocorridas com trabalhadores da EBC. Articulado por um grupo de membros da comissão de empregados com apoio de sindicatos e trabalhadores da EBC, os dados poderiam ser enviados de modo sigiloso e tinham como objetivo:

Reunir material que possa dar subsídio à construção de dossiês da censura e governismo na EBC, que deverão circular tanto internamente, junto aos trabalhadores e direção da empresa, quanto externamente, em denúncia a entidades e ao Ministério Público (COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018b).

Em agosto de 2018, é divulgado o resultado do questionário contra a censura, em formato de dossiê, o qual será explorado no capítulo 4.

Como se evidencia, na gestão de Parola, as queixas por parte dos funcionários sobre uso político da EBC e de censura se mantém. Com a saída de Alexandre Parola, Luiz Antônio Ferreira é o último diretor-presidente da EBC da era Temer, que assumiu o cargo já no calor das eleições de 2018.

De fato, com as consequências geradas a partir da MP 744, posteriormente convertida em Lei, a estrutura da EBC sofreu um retrocesso histórico, afastando-se de sua missão inicial, de produzir comunicação pública.

É emblemático também, além de inédita, a criação de um mapeamento de situações de censura por parte dos funcionários envolvidos diretamente com a produção jornalística da empresa. Dado esse contexto, investiga-se a seguir o modo pelo qual estabeleceram-se expedientes de controle e de censura na rotina jornalística dos principais canais da EBC.

#### **4. CONTROLE E CENSURA: O JORNALISMO DA EBC NO GOVERNO TEMER**

As alterações implementadas por Michel Temer na EBC – conforme estudado no capítulo 3 –, primeiro em maio na fase interina do governo e depois, já com Temer empossado no Executivo em definitivo, a partir de setembro de 2016 –, impactaram a estrutura da empresa: com a aniquilação de espaços democráticos, a exemplo do conselho curador, setor responsável, entre outros, por promover debates, tratar de situações de censura e denunciar tentativas de aparelhamento ideológico. Assim, o caráter deste estudo não é o de denúncia, embora o teor das entrevistas traga esta possibilidade.

Partindo então deste cenário, retoma-se a pergunta guia deste trabalho: quais são os mecanismos de controle da informação jornalística e de censura presentes nos principais veículos da EBC, durante o governo Temer?

Para compreender e esmiuçar o tema, esta pesquisa entrevistou dez jornalistas de três veículos da companhia<sup>31</sup>: Rádio Nacional, TV Brasil e Agência Brasil. Para isso, utilizou-se como metodologia a técnica da entrevista aprofundada, por se tratar de uma abordagem que aproxima entrevistado e entrevistador, possibilitando assim uma melhor compreensão a respeito dos mecanismos de censura nas redações dos veículos da EBC. A entrevista aprofundada consiste em uma estrutura não rígida e as questões partem à priori de um roteiro inicialmente planejado, mas sem a necessidade de ser seguido à risca. Em geral, trata-se de uma primeira abordagem formal explicativa que posteriormente desencadeia uma conversa informal

---

<sup>31</sup> O critério para a escolha dos veículos se deu a partir de conversas informais com os jornalistas entrevistados e funcionários da EBC, em especial Akemi Nitahara, Eliane Gonçalves e Clarice Basso, que indicaram a importância de tais canais para a EBC. E ainda a partir dos estudos de Bucci (2015) e Valente (2009b), que demarcam a relevância destes veículos, especialmente a Agência Brasil e a TV Brasil.

posteriormente. Desta maneira, “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar amplamente uma questão” (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Assim, buscou-se realizar entrevistas em profundidade com trabalhadores que se dispuseram a falar sobre o tema da censura, e a partir dos relatos realizar uma análise qualitativa do material. Isso se justifica nesta dissertação, pois, como enfatiza Costa (2017), na contemporaneidade, a censura não possui mais uma logomarca, um carimbo ou um processo burocrático como no passado, ela se mantém de modo sutil e muitas vezes disfarçada de assédio moral, pressão econômica e atitudes políticas de iniciativa do Estado. Nessa perspectiva, para identificar a censura no atual contexto: “precisamos lançar mão de recursos interpretativos que nos permitam evidenciar a intenção de silenciamento da oposição política, da crítica e da denúncia ideológica” (COSTA, 2017, p. 22).

Pois bem, inicialmente, no embrião desta pesquisa, idealizou-se entrevistar dois profissionais de cada um dos três veículos; no entanto, no decorrer do trabalho, a rede de contatos ampliou-se, com a sugestão de outras fontes, possibilitando aprofundar de modo significativo as investigações acerca do tema central. No total, portanto, são dez entrevistas com jornalistas ligados à EBC, que atuam ou atuaram em posições hierárquicas distintas.

Uma dessas entrevistas é apresentada em *off*, por meio da criação de um nome fictício<sup>32</sup>, condição dada pela própria fonte, amedrontada com a possibilidade de perseguições, retaliações e até de uma demissão.

As entrevistas ocorreram em momentos distintos da pesquisa: na fase de elaboração do pré-projeto e na fase avançada da dissertação, entre junho de 2017 e janeiro de 2020. Há de se notar que as perguntas das entrevistas, em grande parte, se diferenciam. Isso decorre do próprio processo da pesquisa e de seu método de profundidade semiestruturada, uma vez que na etapa inicial, em 2017, as entrevistas foram importantes para o aprofundamento das temáticas envolvidas. Já a partir de 2019, após leituras e estudos teóricos

---

<sup>32</sup> Trata-se da entrevista com Valentina Soares, cujo trecho já aparece no próximo subcapítulo e está disponível na íntegra na seção Anexos da pesquisa.

sobre a censura no atual contexto, observam-se questões mais direcionadas e objetivas.

Somam-se, por fim, às entrevistas, como complemento desta investigação, uma série de dados outros, como: imagens produzidas pelo autor e arquivos das fontes, notas de sindicatos, boletins da ouvidoria da EBC, matérias de jornais e, em especial, o já citado dossiê sobre censura na EBC, construído por funcionários da empresa, cuja base de dados é inédita e esta pesquisa teve acesso direto. Entre outros fatores, estabeleceu-se esse procedimento epistemológico, por meio das entrevistas em profundidade com a soma de outros materiais coletados, pois os estudos sobre censura na atualidade “sugerem a criação de nossos próprios arquivos de análise, numa época em que toda a informação se torna efêmera, temporária, privada e fugaz” (COSTA, 2017, p. 16).

Com base então nas entrevistas e demais dados, objetiva-se traçar neste capítulo 4 um estudo sobre o controle da informação na EBC. O esforço da investigação se direciona para qualificar o teor reportado pelos jornalistas, com o intuito de conhecer e desvendar de que modo o controle da informação foi executado, quais recursos foram utilizados, a partir de fatos selecionados qualitativamente. Os testemunhos são, portanto, o pilar desta dissertação.

Ademais, é importante destacar que, para além dos instrumentos de controle identificados, é possível denotar outros assuntos relacionados, que não são o foco deste trabalho, mas merecem atenção por sua gravidade, a exemplo de assédio moral, perseguição política, retaliações e punições. Sobre tais temas chama a atenção o relato de Isabela Vieira (2019), em especial, também disponível na íntegra na seção Anexos desta pesquisa.

A seguir, apresenta-se um panorama inicial sobre o controle da informação no ambiente das redações da EBC, a partir da entrada de Michel Temer como chefe do Executivo. São testemunhos que introduzem o tema central desta dissertação e traçam um quadro do jornalismo da EBC nesta fase, entre 2016 e 2018. Os capítulos subsequentes, por sua vez, tratam de fatos específicos, com análises realizadas a partir de trechos das entrevistas, e

que contém situações de censura ocorridas diretamente com as fontes entrevistadas.

#### 4.1 O QUADRO DE CENSURA NA EBC DE TEMER

Cruzando-se o teor de testemunhos de algumas das entrevistas e observando as estratégias para manipular as informações veiculadas nos canais da EBC, é possível esboçar uma espécie de quadro geral, em que é perceptível um padrão de censura. Obviamente, é preciso deixar claro, como em todo e qualquer padrão, ora aparece com maior intensidade e ora em menor grau; essa última característica referente à intensidade do padrão ficará mais evidente nos subcapítulos posteriores.

Nesse sentido, o relato de Valentina Soares<sup>33</sup>, por exemplo, demonstra, em três etapas, de que forma o jornalismo da EBC foi controlado no decorrer da gestão de Temer, na Agência Brasil:

Durante o governo Temer, havia primeiro o controle da pauta, de modo que temas delicados não fossem para frente. Segundo, a censura atuava na reportagem, com a priorização de outros assuntos e a sobrecarga do repórter, de modo que ele não consiga fechar a matéria delicada. Terceiro, na edição, com cortes, demora excessiva para editar um material (o factual acaba ficando desinteressante se sai 4, 5 horas depois, por exemplo), matéria que não sai enquanto não vir a resposta do governo (e nunca vem), etc. Há ainda a forma mais escancarada, que é quando a matéria sobe para a chefia daquela redação. [...] Tivemos orientações, também, em como retratar manifestações, por exemplo (SOARES, 2020).

Este trecho da fala de Soares (2020) retrata de que modo a censura aconteceu, com a supressão consciente de determinados assuntos, além de estratégias diferentes de censura.

Observa-se que esse testemunho coincide com pelo menos dois dos padrões de manipulação da imprensa descritos por Perseu Abramo (2016) – e examinados no capítulo 2 desta pesquisa –: o controle da pauta como padrão de ocultação, impedindo certos temas de serem pautados, ou seja, de entrarem

---

<sup>33</sup> Valentina Soares é o nome fictício de uma jornalista, trabalhadora da EBC que integra a diretoria de jornalismo da empresa e já atuou na Agência Brasil e em outro veículo como repórter. Soares pediu para não ser identificada. A entrevista foi realizada por *Whatsapp* nos dias 10 e 11 de janeiro de 2020.

no noticiário; ou controlando-se o seu enfoque para não ferir ideais e questões previamente demarcadas, consideradas desinteressantes; e o segundo, o padrão de fragmentação, que ocorre no processo de edição jornalístico e, portanto, no espaço de trabalho de instâncias hierárquicas superiores da rotina jornalística. No raciocínio de Abramo (2016), este segundo padrão apontado realiza a função de remover determinados aspectos do real, tendo como consequência a desarticulação da compreensão dos fatos, retirando-os do contexto original e alijando o público. Nesse sentido, também como estudado no capítulo 2, Mattos (2005), entende que esse tipo de manipulação se trata de censura, ao impedir que determinado assunto seja noticiado.

Complementarmente, a remoção de certas partes de um conteúdo, segundo Costa (2017), é uma das características do ato censório: “A censura atua de forma a inibir certos conteúdos, sua menção ou defesa, sua discussão, buscando apagar interpretações da realidade não oportunas a certos grupos” (COSTA, 2017, p. 21). Demarca-se aqui, portanto, uma das estratégias de censura no período estudado, baseada na manipulação de dados e cujo mecanismo se dá a partir da edição noticiosa ou da construção da pauta, de modo a banir o que não é de interesse.

Ainda sobre o trecho anterior do relato de Soares, enxergam-se estratégias adicionais de controle da informação, também demarcadas por Abramo (2016) e ressaltadas por Mattos (2005), como forma de censura na contemporaneidade: atrasar a divulgação de matérias para perderem a atualidade – fator essencial para o jornalismo desde sempre – tornando-as desinteressantes.

Segundo relato do repórter da Agência Brasil, da sucursal de Brasília, Ivan Richard, em entrevista para esta pesquisa, nas gestões anteriores esta não era uma prática corrente, explica o jornalista que a notícia era publicada em tempo e depois se produzia outra matéria ou nota com a versão do governo: “Quando era um fato muito evidente, você dava [a informação] (...), dizia, o governo não respondeu, não se manifestou ainda. Hoje em dia [a notícia sem a posição do governo] não sai de jeito nenhum” (RICHARD, 2017).

Complementarmente ao testemunho de Soares, a entrevista de Márcio Ribeiro Garoni<sup>34</sup> (2020), que trabalha como editor de textos da TV Brasil em São Paulo, fala em estratégias discretas para interditar certas informações e não correrem o risco de serem taxadas como censura: “no geral era mais sutil, já vetavam [um assunto não oportuno] antes para a coisa não ficar explícita”. Esse aspecto somado aos testemunhos de Eliane Gonçalves (2017), repórter da Rádio Nacional em Brasília e de Décio Trujilo (2020), ex-gerente de pautas da ABr na capital paulista, denota outro padrão geral que aparece nos três veículos: o da existência de mecanismos censórios sutis, camuflados; e outros de maior nitidez, sem disfarces ou, nas palavras de Valentina Soares (2020), “a forma mais escancarada”. Ainda assim, são todas formas de censura. Esta característica da sutileza ficará mais evidente nos estudos específicos, nos subcapítulos posteriores.

Como observado no capítulo 1 sobre a trajetória e modo de organização da EBC, as redações dos veículos se estruturam de forma semelhante a empresas privadas de comunicação, sendo preenchidas majoritariamente por jornalistas profissionais, egressos de faculdades de todo o país e com hierarquização bem demarcada. Embora a natureza e a função dos meios de comunicação privados em comparação com a EBC sejam distintas, a atividade jornalística se aproxima: com a produção diária de conteúdo voltada a canais e públicos variados; e, principalmente, baseado em hierarquias e cargos de lealdade ao poder. Desse modo, é possível afirmar que as técnicas utilizadas pelas emissoras privadas para manipular e controlar notícias, estão também presentes na EBC, a seu modo.

Outro relato panorâmico que demonstra as engrenagens da censura e como esta se movimenta no interior das redações da EBC é a descrição do jornalista e ex-gerente de pautas da Agência Brasil de São Paulo, Décio Trujilo:

---

<sup>34</sup> Márcio Ribeiro Garoni é jornalista e está desde 2012 da EBC, trabalhando sempre na TV Brasil em São Paulo; passou pela chefia de reportagem e desde 2012 atua como editor de texto do jornalismo. De 2017 a 2018 fez parte da Comissão de Empregados da EBC, a qual retornou em 2019. Atualmente também está na direção da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Éramos muito pressionados para fazer pautas positivas para o governo Temer e, mais grave, desestimulados ou até proibidos de fazer reportagens negativas. Muitas vezes, matérias enviadas por nós a Brasília deixaram de ser publicadas. Era diária a prática da "orientação" do caminho que a matéria devia seguir ou mesmo ordens de abandonar pautas. No início da minha gestão, era desestimulado a cobrir manifestações de rua; com o tempo, o desestímulo virou proibição. Matérias sobre desempenho da economia (índices, desempenho de setores etc.) eram boicotadas e, quando fazíamos à revelia, não saíam, se fossem ruins para o governo. Também éramos desestimulados a fazer matérias na área da cultura popular ou sobre a luta de minorias (homofobia, racismo, questão indígena). A manutenção dessa prática, já sabemos, acaba provocando o pior dos efeitos, a autocensura (TRUJILLO, 2020).

Ao examinar a entrevista de Trujilo, na função de gerência, a última instância na estrutura hierárquica da redação da ABr antes de passar por Brasília, o mecanismo censório se torna cristalino: não há apenas o padrão de ocultação descrito por Abramo (2016), com a eliminação de um ou mais elementos no processo de definição da pauta. É notável, sobretudo, considerando-se também o lugar de fala do jornalista, a proibição gradual e expressa de tópicos específicos, definitivamente interditados, como temas considerados negativos ao governo.

Trujilo trata ainda do silenciamento de minorias, cujas pautas eram desencorajadas na sucursal paulistana da Agência Brasil, o que demonstra a ação, outra vez, do padrão de ocultação enquanto censura (MATTOS apud ABRAMO, 2016). Adicionalmente, o relato da repórter da Agência Brasil do Rio de Janeiro, Akemi Nitahara (2018), realça esse aspecto: ela afirma que a frequência desses temas foi reduzida, perdendo prioridade e espaço.

Salienta-se então que, além de uma postura contrária à de uma emissora pública, a qual deve justamente ofertar pautas e visões alternativas às das mídias comerciais ou político-partidárias (FILHO, 2016), evidencia-se o caráter ideológico como motor das obstruções, outro traço, inclusive, do padrão adquirido pelo jornalismo da Agência Brasil – que se estende aos demais veículos estudados, como demonstraremos nos capítulos seguintes – no período após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Portanto, não restam dúvidas, são ocorrências claras de censura, pois, conforme designa Costa (2017, p. 21),

“a principal motivação do ato censório e que o caracteriza é o seu cunho ideológico”.

Com base então nesses mecanismos identificados e descritos, pode-se demarcar pelo menos dois níveis de repressão: o primeiro barrando-se fatos indesejados pelo governo na rotina produtiva jornalística dos canais da EBC; e o segundo, talvez menos aparente, ao manipular a realidade por meio da censura, suprime-se os representantes das vozes dissidentes do poder, tolhidos.

Por fim, Trujilo também fala em autocensura, enunciado exprimido em outros depoimentos, como no de Isabela Vieira (2019) e Eliane Gonçalves (2017). Segundo estes relatos citados, a autocensura é percebida com maior intensidade no dia a dia de trabalho da produção noticiosa. Conforme sublinhado no capítulo 2, a autocensura é considerada uma prática herdada da ditadura militar e se apresenta no contexto pós-promulgação da Constituição de 1988, como um dos principais mecanismos censórios presente nas empresas de comunicação, vetando ou manipulando informações antes de chegarem ao público, um mecanismo que serve ao jornalismo submisso ao poder, pois é discreto e eficaz.

Nesse sentido, chama atenção mudanças nos ambientes de trabalho dos veículos após trocas de chefias na esteira da ascensão de Temer, com a entrada de um jornalista ligado à Eduardo Cunha, Laerte Rímoli, para o cargo de diretor-presidente da companhia, como visto no capítulo 3. Tanto em redações da Agência Brasil, como na TV Brasil, observa-se a dispersão de espaços de diálogo e de decisões coletivas, típicas da prática jornalística, no caso da EBC potencialmente como uma estratégia para evitar o confronto de ideias e facilitar a inserção de pautas, cuja abordagem já está pré-determinada. Na visão de Garoni (2020), em entrevista para esta pesquisa:

Existia uma cultura forte de participação aqui [na redação da TV Brasil em São Paulo], a gente se reunia para discutir os jornais, pensar as pautas coletivamente, e os processos eram mais democráticos (...). Com o governo Temer isso teve uma virada, o ambiente interno foi perdendo esse caráter mais coletivo, os espaços de reunião e discussão de pautas foi rareando, com as demandas já prontas, e sem debate do que foi feito no dia anterior (GARONI, 2020).

Já Ivan Richard (2017) articula esse assunto de forma semelhante, apesar de trabalhar em outro veículo, em outra cidade (Agência Brasil em Brasília), e de a entrevista com ambos ter ocorrida com quase três anos de diferença:

Hoje você não tem mais diálogo na redação, você não tem reunião de pauta, que eram pelo menos duas na semana, que era uma da área de política e economia e uma da área social, não estão tendo essas reuniões. E os dois chefes, tanto o primeiro depois da mudança [de governo], como esse de agora, nenhum dos dois se reuniu com a equipe como um todo né. (...) Isso é uma praxe até comum nas redações, isso às vezes acontece diariamente, lá nunca aconteceu, esse [chefe] de agora já está no terceiro mês e chegou a convocar uma reunião geral com todo mundo e aí ele percebeu que havia um clima desfavorável a ele, ele simplesmente desmarcou e foi fazendo reuniões pontuais com os repórteres, mas não para fazer o debate, mas sim para passar a determinação dele (RICHARD, 2017).

Dentro ainda deste quadro mais amplo do jornalismo da EBC durante o governo Temer, o dossiê sobre censura e governismo elaborado por trabalhadores da Comissão de Empregados da EBC – citado no fim do capítulo 3 – complementa os testemunhos vistos até aqui. O documento reúne registros de censura confeccionados por jornalistas da própria emissora, que atuam em distintos canais, registrados de modo privado, cujas temáticas mais recorrentes estão ligados à editoria de política. Um dos trechos do relatório final do dossiê diz:

Conseguimos reunir, em quatro semanas de formulário lançado, 61 denúncias de censura e governismo. Os casos aconteceram entre o mês de outubro de 2016 e a terceira semana de julho de 2018, em todos os veículos da EBC (Rádios, TV e Agência Brasil). 35 deles ocorreram no Rio de Janeiro, 14 em Brasília e 12 em São Paulo (considerando a origem do caso, já que algumas foram editadas em conjunto por Brasília). 29 das matérias censuradas ou excessivamente governistas foram feitas na Agência Brasil; 18 no radiojornalismo e 14 na TV Brasil. É importante salientar que quando falamos de matérias censuradas, estamos nos referindo não apenas à não publicação/veiculação, mas também ao corte de trechos com informações importantes ou trechos de sonoras.

Entre as matérias censuradas ou governistas, a maioria esmagadora delas - 35 - pertencem à editoria de política. De resto, são 6 de direitos humanos, 4 da editoria geral, 4 de cidade, 3 de economia, 3 de cultura, 2 de ciência, 1 de meio ambiente, 1 de educação, 1 de segurança e 1 de saúde. Com esse recorte das editorias às quais

pertencem as matérias censuradas e/ou governistas, ficou evidente que a grande maioria delas pertence, não por acaso, à editoria de política. É aí que a censura e o governismo se dão de modo mais explícito (TRABALHADORES..., 2018).

Conforme o relatório, a decisão para a compilação e apresentação dos dados foi realizada de forma a não expor os trabalhadores, para evitar perseguições e proteger suas identidades. No material, os registros de censura jornalística são classificados como excessivamente governistas e frutos de matérias manipuladas, uma vez que, como o próprio documento aponta, cortaram-se trechos considerados importantes, tornando o conteúdo favorável ao governo. O relatório é taxativo com o termo governismo, por entender que, assim como este estudo, não cabe a EBC praticar um tipo de jornalismo servil, chapa-branca, propagandista ao governo federal.

A seguir, as análises são divididas em pequenos capítulos e se centram em trechos das entrevistas que retratam fatos específicos classificados pelas fontes como censura. Além de uma ocorrência que, por sua relevância, notoriedade e envolve indiretamente uma das fontes da pesquisa, foi inserido: a diretriz dada ao jornalismo da Agência Brasil do Rio de Janeiro para reduzir a cobertura sobre o assassinato da socióloga e ex-vereadora Marielle Franco, em março de 2018.

#### 4.2 A EXCLUSÃO INTEGRAL DE MATÉRIAS DA AGÊNCIA BRASIL

Para ilustrar um dos mecanismos de censura, este subcapítulo analisa a exclusão de dois conteúdos publicados no site da Agência Brasil. Ambos foram integralmente apagados no fim do segundo semestre de 2016 e são de autoria de Akemi Nitahara<sup>35</sup>, repórter da ABr no Rio de Janeiro. Trata-se, entretanto, de fatos pontuais, não se configurando, pelo que este estudo investigou, como prática corriqueira no veículo, no período estudado, mas nem por isso menos

---

<sup>35</sup> Akemi Nitahara é jornalista e repórter da Agência Brasil RJ e foi integrante do conselho curador da EBC como representante da comissão de empregados em 2016. Seu mandato foi interrompido com a extinção do conselho curador, derrubado inicialmente pela MP 744/2016, de setembro. Nitahara está na EBC desde 2004 no ensejo da Radiobrás, antecessora direta da EBC. Nitahara é também mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde pesquisou a história recente da EBC, além de manter um blog atualizado com temas diversos sobre a empresa: <https://umbomconselhoebc.wordpress.com/>. Acesso: jul.2019.

importante; a sua relevância se dá, entre outros, pois foi possível recuperar as matérias excluídas e constatar o seu teor, analisando-o. A seguir, apresentam-se ambos os acontecimentos.

No apagar das luzes de 2016, no dia 30 de dezembro, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)<sup>36</sup> publicou uma carta<sup>37</sup> ao presidente Temer pedindo a nomeação imediata da candidata mais votada, Nísia Verônica Trindade Lima, no pleito interno para a presidência da instituição. Além de enfatizar a tradição da Presidência da República de sempre acatar o resultado da eleição, a carta buscou sensibilizar e rever uma decisão do Ministro da Saúde na época, Roberto Barros, que nomeou a segunda candidata com mais votos, Tania C. de Araújo-Jorge.

Várias entidades manifestaram apoio à Fiocruz e a imprensa repercutiu, criticando a posição do governo federal, a exemplo de Ancelmo Gois (2016) no jornal *O Globo*. No mesmo dia 30, o jornalista foi literal dizendo que o Ministro da Saúde de Temer, Ricardo Barros, “não é muito chegado em práticas democráticas” (GOIS, 2016).

### Figura 5 – Reprodução de *link* de matéria retirada do ar



<sup>36</sup> A instituição tem o papel de promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Dados do portal Fiocruz: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em 29.abr.2019.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/carta-ao-presidente-michel-temer-e-sociedade-brasileira>. Acesso em: 28.jan.2020.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

Por sua vez, a Agência Brasil também noticiou o assunto, com uma matéria assinada por Nitahara. O material, porém, não perdurou: foi apagado. A notícia está indisponível no site Agência Brasil, consta apenas o seu *link* original com uma mensagem de que a página não pôde ser encontrada<sup>38</sup>, como mostra a Figura 5.

### **Figura 6 – Print da reprodução da notícia da ABr pelo site da Isto É**

**GERAL**

## **Fiocruz se manifesta contra desrespeito à eleição para presidente da instituição**

Agência Brasil

30/12/16 - 18h17

Setores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) se manifestaram hoje (30) contra a notícia de que o governo não respeitaria a indicação do primeiro nome da lista tríplice para a presidência da instituição. Em novembro, a Fiocruz fez eleição interna, com participação de 4.415 servidores (82,1% do total). A pesquisadora Nísia Trindade Lima foi vencedora, com 59,7 % (2.556 votos), e a pesquisadora Tania Araújo-Jorge obteve 39,6% (1.695 votos).

**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

Outros veículos, no entanto, como a *Isto É* (Figura 6) e o site *Brasil 247*<sup>39</sup> republicaram a informação na íntegra, creditando-a à ABr.

Pois bem, examinando-se a matéria excluída a partir da sua reprodução pelos outros veículos mencionados, observa-se que o texto trata da votação que indicou o nome de Trindade Lira (como opção mais votada do pleito); aborda processos eleitorais anteriores da Fiocruz; e mostra como a notícia foi recebida pelo então presidente da Fundação, Paulo Gadelha, bem como por

<sup>38</sup> O link da matéria ainda existe, mas o conteúdo foi suprimido: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/fiocruz-se-manifesta-contradesrespeito-eleicao-para-presidente-da-instituicao>. Acesso em: 13.nov.2019.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/272861/N%C3%A3o-aceita%C3%A7%C3%A3o-de-elei%C3%A7%C3%A3o-pelo-governo-revolta-servidores-da-Fiocruz.htm>. Acesso em: 29.abr.2019.

outras instituições acadêmicas parceiras, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A posição de Gadelha na matéria é ponderada, não há críticas contundentes ao governo, o dirigente da entidade se atém à sensibilização de Temer e chega a colocar que a gestão da Fiocruz está sendo realizada “com apoio de muitas pessoas expressivas, junto ao presidente Temer” (ISTO É, 2016). Há ainda outra fonte na matéria, a do então reitor da UFRJ, Roberto Leher. Ele relembrou uma ocasião em que a indicação do governo, em 1998, não levou em consideração o pleito interno e quais foram as consequências: “prejudicou por mais de uma década a instituição, comprometendo gravemente o ensino, a pesquisa e a extensão, e cindiu a comunidade interna, o que provocou quatro anos de forte crise institucional” (ISTO É, 2016).

Como orienta o manual de Jornalismo da EBC (BEIRÃO, 2013), a repórter procurou órgãos do governo para se posicionarem, porém, não houve respostas. Após a repercussão, em 3 de janeiro de 2017, Temer voltou atrás e nomeou Nísia Trindade. Já a matéria assinada pela repórter Akemi Nitahara nunca mais voltou a ser publicada na Agência Brasil.

Por sua vez, a segunda notícia excluída do site da ABr tem também teor político e trata diretamente de duas mudanças realizadas na EBC, na gestão de Temer: a extinção do conselho curador e a demissão do ex-presidente diretor da empresa, indicado por Dilma Rousseff, Ricardo Melo. Com a chamada, “Rita Freire critica extinção de conselho da EBC; Melo recorrerá da exoneração”, a matéria ficou pouquíssimo tempo disponível.

### **Figura 7 – Reprodução de matéria removida da Agência Brasil**



**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

O conteúdo destacava críticas contundentes da jornalista Rita Freire, última a presidir o extinto conselho curador da EBC, além de contextualizar as alterações impostas à empresa. Ambas as mudanças advindas da MP 744/2016, a extinção do conselho curador e a destituição do mandato de Melo, foram duramente criticadas por entidades diversas e movimentos sociais, como indicado no capítulo 3. A matéria, inclusive, foi apagada no mesmo dia da publicação da MP 744/2016 no Diário Oficial, em 2 de setembro de 2016 e, como no primeiro caso, não está mais disponível para ser acessada pelo site da Agência Brasil<sup>40</sup>. Como demonstra a Figura 7, é possível visualizar o *link* com o título da notícia e uma mensagem de que a página não pôde ser encontrada.

### **Figura 8 – Matéria da Agência Brasil reproduzida no site da *Joven Pan***

<sup>40</sup> O link da matéria está disponível, mas não há conteúdo: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/rita-freire-critica-extincao-de-conselho-da-ebc-melo-recorrera-deCad%C3%AA>. Acesso: 13 nov.2019.

## Rita Freire critica extinção de conselho da EBC; Melo recorrerá de exoneração

Por Agência Brasil 02/09/2016 11h41



**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

Como ocorreu com a notícia sobre a eleição do representante da Fiocruz, abordada anteriormente, a matéria completa sobre as alterações no estatuto da EBC também foi apagada e igualmente reproduzida na íntegra por vários veículos, entre eles, o site da *Jovem Pan*, às 11h41, no mesmo dia 2 de setembro (Figura 8). Na publicação da *Jovem Pan* é possível identificar o tom das críticas disparadas por Rita Freire:

Ao eliminar o conselho curador está se eliminando o caráter público da comunicação pública. Está se destruindo o terceiro pilar do que a Constituição estabelece como sistema de comunicação no Brasil, que é o sistema complementar, o sistema público. Isso é muito grave. Isso mostra que nós estamos de fato vivendo um estado de exceção no país, em que as medidas são tomadas em desrespeito total ao direito das pessoas e à existência de uma sociedade democrática. Sem direito à comunicação, sem a comunicação pública, nós não temos a possibilidade de uma sociedade democrática (RITA..., 2016).

O apagamento da matéria revela o silenciamento de uma posição contrárias ao governo. São críticas, aliás, de uma perspectiva interna, de uma

representante que ocupava o cargo de presidente do conselho curador, situado na própria estrutura da EBC.

Nas duas situações, as notícias eliminadas da ABr foram reproduzidas em outros veículos, fator que comprova o relato sobre censura sofrido por Nitahara, registrado em sua entrevista para esta pesquisa. Em ambos os casos, a censura é endógena, ocorre e é praticada no interior da redação, possui motivação ideológica, alija o público de acessar o conteúdo, exclui fatos considerados impertinentes e críticos ao governo e tem relação direta com o exercício de poder. Desse modo, conforme critérios estabelecidos por Costa (2017) e vistos no capítulo 2.3.5, trata-se de censura.

Dados os casos e seus contextos, sobram algumas reflexões possíveis: de quem exatamente teria partido a orientação para a ação de censura que excluiu completamente tais matérias do site da ABr? Neste segundo caso, assim como no primeiro, não se conhece a origem da ordem ou mesmo quem executou a ação de exclusão; pode-se aferir, no entanto, que a censura não partiu do editor, uma vez que o seu teor foi editado e publicado. Assim, por exclusão de pessoas envolvidas, em entrevista, Nitahara acredita que a decisão de retirada do conteúdo pode ter sido dada pelo gerente do veículo ou pelo gerente executivo da ABr. A partir desta hipótese, trata-se de uma decisão oriunda de pessoas alocadas em cargos superiores de direção da EBC e alinhadas, como visto no capítulo 3, com as posições do novo governo. Sendo assim, conforme classificação de Costa (2017, p. 21), tem-se então um fato de censura: “Quando um jornalista é impedido de publicar ideias diferentes das da direção da empresa para a qual trabalha (editorial), o jornal está impedindo que tais interpretações dos fatos se divulguem ao público leitor”.

Ainda a decisão de censura potencialmente pode ter acontecido no ego do jornalista em sua posição superior hierárquica, imaginando que desagradava o governo – nesse caso uma autocensura, conforme estudado no capítulo 2.3.4; ou então apenas acatou-se uma ordem direta, superior. Não se conhece ao certo; o que se sabe é que o critério tem potencial fundo ideológico e com o intuito de eliminar críticas em um momento em que movimentos e

organizações ergueram-se em defesa do conselho curador e buscavam barrar as mudanças de Temer na EBC.

Ademais, uma possível explicação para esta mudança característica, de ordem histórica acerca do sujeito censor, segundo Medina (2002), significa que a repressão mudou de lugar, sendo absorvida pelo ambiente de trabalho jornalístico. A hipótese da autora é que, conforme se reduziu o autoritarismo à imprensa por parte do governo federal, no contexto de fim da ditadura, “recrudescer a rede de cerceamentos que se espalha pela redação e pelos grupos de poder da chamada sociedade civil” (MEDINA, 2002, p.429). Para a autora, mesmo em sociedades legalmente democráticas como a brasileira, uma das formas de censura se caracteriza por intermédio das disputas de interesses e de ações de forças autoritárias presentes nas redações, que variam em maior ou menor grau para cada determinado sistema político.

Em síntese, o estudo deste subcapítulo reforça, dado o contexto da internet e dado o cenário político estudado, a necessidade de pesquisadores e estudiosos do tema, de se criarem os próprios registros históricos sobre censura, como sugere Costa (2017). Soma-se isso aos fatores já citados sobre a que se tem no jornalismo contemporâneo para identificar de onde partem os vetos no interior das redações, como propõe Medina (2002). O que não se têm dúvidas, entretanto, é da potencial função da censura e do controle de dados na EBC: apagar críticas, tolher a informação do público, amenizar os fatos para o governo e praticar um jornalismo narcísico, como sugere Bucci (2015).

#### 4.3 “PRIMEIRAMENTE, FORA TEMER!” E O JORNALISMO DA TV BRASIL

Entre 2016 e 2017, a expressão “Primeiramente, Fora Temer!” foi um viral: permeou de forma recorrente atos de rua, festivais e eventos culturais, congressos, programas de TV e de internet, como entrevistas, palestras, apresentações ao vivo, entre outras situações. Como forma de protesto contra um possível *impeachment* de Dilma Rousseff, intelectuais, professores, artistas, apresentadores, muita gente evocou a frase-meme, que além de entoada, espalhou-se em inúmeras reproduções país afora: virou carimbo em

nota de dinheiro<sup>41</sup>, comanda de cafeteria<sup>42</sup>, abundou arenas dos Jogos Olímpicos e renomeou até a mais conhecida avenida de São Paulo<sup>43</sup>. Era comum também a aparição de pessoas com cartazes atrás de repórteres televisivos nas ruas, aproveitando transmissões ao vivo de emissoras de televisão.

Neste contexto, em agosto de 2016, de acordo com Rodrigues e Kalil (2016), várias manifestações foram registradas contra o ex-presidente Temer na ocasião das Olimpíadas, quando protestos invadiram as arquibancadas dos estádios brasileiros. “(...) a #ForaTemer ganhou visibilidade mundial, sendo exibida com frequência em todos os espaços nos quais as competições ocorreram, no Parque e no Boulevard Olímpico” (RODRIGUES; KALIL, 2016, p. 91). Na abertura dos Jogos Paralímpicos, em sete de setembro, quando o *impeachment* já era um fato, “as manifestações de rechaço começaram ainda no início da cerimônia, com o coro de ‘Fora Temer’ ecoando e sendo notado apesar do cuidado da transmissão televisiva em minimizá-lo” (RODRIGUES; KALIL, 2016, p. 91).

E foi justamente neste cenário que a programação da TV Brasil foi vigiada em momentos distintos, como na ocasião do 49º Festival de Cinema de Brasília. Em entrevista para este trabalho, Nitahara (2017), narra que “ficaram de olho pra não entrar imagem nem de camiseta Fora Temer passando por trás”. O Festival ocorreu entre os dias 20 e 28 de setembro de 2016, ou seja, menos de um mês após a aprovação final do *impeachment* de Dilma, sendo alvo de manifestações “Fora Temer” durante a abertura do evento<sup>44</sup>.

### **Figura 9 – Reprodução de vídeo com a cantora Doralyce no programa *Repórter Rio, na capital carioca***

---

<sup>41</sup> Notas de real ganham carimbo ‘Fora Temer’ em Brasília, disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/agora-no-brasil/post/notas-falsas-de-real-sao-distribuidas-em-manifestacao-contrao-impeachment-de-dilma.html>. Acesso: 31.jan.2020.

<sup>42</sup> Cafeteria de BH carimba comandas de clientes com Fora Temer, disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/cafeteria-de-bh-carimba-comanda-de-clientes-com-fora-temer.html>. Acesso em: 31.jan.2020.

<sup>43</sup> “Avenida Fora Temer: o dia que a Avenida Paulista Mudou de nome”, disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/segundatela/avenida-fora-temer-o-dia-que-a-avenida-paulista-mudou-de-nome/>. Acesso: 31.jan.2020.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://outline.com/cPc7rw>. Acesso em: 12/10/2020.



**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

A vigilância da TV Brasil voltaria a ter novos capítulos. Alguns meses depois deste episódio, em uma edição do telejornal *Repórter Rio*, jornal local da sucursal carioca da TV Brasil, em 26 de janeiro de 2017, a cantora pernambucana Doralyce, à direita na Figura 9, foi convidada para comentar uma série de apresentações musicais programadas para o Rio de Janeiro e conversar ao vivo sobre feminismo. De acordo com Clarice Basso<sup>45</sup>, que na época trabalhava como pauteira na TV Brasil no Rio de Janeiro e indicou a cantora como fonte para o programa jornalístico, uma das ideias de chamar Doralyce surgiu, pois no mesmo dia aconteceu um debate sobre feminismo com outras mulheres. Como a cantora estava com uma música de trabalho sobre a temática, fazia sentido a sua participação, pensou. A responsável então pelo programa acatou a sugestão de Basso e Doralyce compareceu à emissora.

Já a postos no estúdio e ao vivo, a apresentadora pergunta à Doralyce sobre a sua agenda de shows no fim de semana. Na resposta, de saída a pernambucana solta, categórica, sorrindo, “olá, boa tarde, primeiramente, Fora Temer, como já é esperado, a cultura resiste...” (CANTORA..., 2017) e

<sup>45</sup> Clarice Basso é jornalista e concursada na EBC; trabalha na Empresa desde 2012, atuando primeiro em São Paulo e posteriormente na redação da TV Brasil no Rio de Janeiro, como repórter e como pauteira. Quando esta pesquisa foi elaborada (fevereiro de 2020), Basso atuava fazendo pauta, produção e reportagem do programa *Sem Censura* da TV Brasil. Foi ainda da Comissão de Empregados em 2014 e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), em 2015 e 2019.

prosseguir falando sobre os seus shows na cidade e outros temas. No fim da conversa, a apresentadora sugere que Doralyce cante uma de suas canções e ela escolhe a faixa “Do jeito que tá”<sup>46</sup>, cuja letra diz: “teve eleição que não valeu nada, tiraram uma mulher, um bando de canalhas...”.

A participação da artista e o programa terminaram normalmente. Porém, a versão arquivada do *Repórter Rio* (CANTORA..., 2017), a mesma disponibilizada na página do programa nas redes sociais, no site da emissora e a que utilizamos neste estudo, apresenta um corte relevante: foi excluído o trecho final da música, justamente a parte em que a letra da canção faz uma crítica direta a Michel Temer, ao seu governo e ao processo de *impeachment*.

Alguns dias depois, Clarice Basso foi chamada a sós pelo gerente de pautas da sucursal para conversar, mesmo não sendo ela a responsável pela produção do quadro do programa *Repórter Rio*. Conforme sua entrevista, Basso (2017) havia apenas indicado a participação de Doralyce: uma “fonte militante”, nas palavras do seu gerente. O superior então orientou que a jornalista deveria cuidar para que a situação não se repetisse. Nesse caso, o diálogo em si não se configura como uma ordem de censura, pois não houve uma proibição explícita, veto ou supressão de conteúdo a partir da conversa, mas se trata de assédio, de uma postura intimidatória. O relato a seguir demonstra o embate:

A gente teve uma situação no estúdio de cultura, disse ele. Uma cantora que falou “primeiramente, Fora Temer” e falou umas coisas sobre política. [...] Mas a gente não pode deixar isso acontecer. Respondi: Como? E ele: foi você que marcou esse estúdio? [...] Não marquei, mas indiquei, por quê? Porque a gente tem que cuidar das pessoas que a gente chama. Eu disse, não tô te entendendo... [...] você não pode chamar as pessoas aqui pra fazer militância, não podemos deixar desvirtuar o espaço da cultura pra política. Ai eu disse, olha só, eu não estou entendendo exatamente qual é a orientação, se a gente não pode chamar militante, quer dizer que tipo assim no dia do meio-ambiente eu não posso chamar nenhuma ONG que fale sobre o meio-ambiente? [...] nem toda militância é sobre política partidária, existem mil e uma formas de tu militar [...]. Tu tá me dizendo então que não posso chamar determinados militantes? Não, eu tô dizendo que você não pode chamar pessoas que vão desvirtuar o espaço da cultura para falar contra um ou outro político, qualquer um. [...] A ordem então é: quando eu marcar alguém eu tenho que

---

<sup>46</sup> A canção está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=efeDucb9WiE>. Acesso em: 10.jul.2018.

dizer, você não pode dizer “primeiramente, Fora Temer”? Ou eu tenho que dizer você não pode falar de político nenhum? [...]

Até então, em nenhum momento eu usei a palavra censura e naquele momento ele me disse: eu não estou te censurando! Eu vivi na ditadura militar, eu sou contra a censura. Aí eu disse: mas eu não falei de censura. Aí ele ficou todo... [...]. Mas ó, pelo perfil dela [Doralyce] a gente já podia ter visto que ela ia fazer isso, olha só, ela diz que é militante. Sim, militante feminista, era um dia que a gente ia falar [sobre o assunto], achei que era apropriado, tô enganada? Mas ó, ela cantou na Ocupa MinC. Eu disse, Caetano também [se apresentou na Ocupa MinC], eu não posso marcar com Caetano? (BASSO, 2017).

Fica evidente, observando o diálogo, uma preocupação sobre a manifestação direta contra a Presidência da República e um esforço de que a conversa não se configure enquanto censura. Tanto que as orientações da reunião, por escrito, solicitadas por Basso, nunca chegaram formalmente. Se não agisse com uma postura questionadora como fez a jornalista, a conversa não teria desdobramentos e a ordenação seria apenas cumprida, inclusive futuramente, podendo incidir em outras variadas pautas, resultando em autocensuras constantes.

Por outro lado, como apontado no capítulo 1 sobre a EBC, um dos papéis de seus canais noticiosos deveria ser justamente o de abrir espaços para pautas marginalizadas pela TV comercial, artistas independentes etc.

Como discutido no subcapítulo anterior, não se conhece exatamente o sujeito censor da ação, de vetar parte do vídeo, no momento em que foi arquivado; porém, sabe-se que o corte foi realizado no momento da edição do programa, antes da transferência para a internet, após a transmissão. Do mesmo modo, desconhece-se de quem teria partido o gesto de enquadrar o protesto da cantora: do próprio gerente de pautas ou seria proveniente de uma hierarquia superior ou ainda do alto comando da empresa? Como no subcapítulo anterior, 4.2, pode-se classificar como um caso de censura, ainda que, contudo, “Nem sempre se sabe, porque os intermediários das decisões (chefias, editores, superiores imediatos) cultivam um direito implícito de mando em nome do empresário ou de outras fontes de poder do âmbito macro” (MEDINA, 2002, p.428).

A partir desta reflexão de Medina, tem-se que o jornalismo produzido diariamente está sujeito a uma espécie de comportamento em cascata,

repassado por meio de hierarquias e que obedece a comandos e diretrizes de poder que muitas vezes não se sabe a origem. Por outro lado, essa perspectiva em cascata dá o tom do controle da informação na EBC; os métodos estão colocados, sejam eles ora escancarados e proibitivos, ora sutis, como visto no subcapítulo *4.1 Padrões e o quadro geral de censura na EBC no governo Temer*. Essa mesma estratégia aparece em outros casos de cortes de informações críticas ao governo, tratados mais adiante.

A fiscalização do “Fora Temer” na TV Brasil não se restringiu à praça carioca. Em São Paulo, a situação se repetiu, conforme relatou Márcio Ribeiro Garoni (2020), em entrevista. O editor de textos narra uma situação que demonstra o quão decisivo era o controle desse tipo de manifestação espontânea na emissora e a consequência de quem a contrariasse:

Tem uma colega aqui que foi transferida pra rádio depois de uma questão assim [de protestos ao vivo contra Temer] (...) Basicamente ela era responsável por marcar os convidados de estúdio no jornal local aqui de SP, e num intervalo de duas semanas, duas convidadas diferentes disseram "Fora Temer" ao vivo. Aí tiraram ela da TV e mandaram pra rádio, como punição mesmo, pessoa indesejada (GARONI, 2020).

Coincidência ou não com as manifestações “Fora Temer” transmitidas ao vivo na TV Brasil, as participações em diversos programas da emissora passaram a ser gravadas. A nova conduta foi simplesmente transmitida em reunião com o gerente da TV da época e “ficou muito claro que era para evitar essas intervenções, que também aconteciam em outras emissoras. Mesmo alguns chefes falavam informalmente” (GARONI, 2020).

Outra coisa é que o jornal local aqui de SP [o telejornal Repórter Brasil] tinha participação em estúdio ao vivo com convidados, sobre temas diversos, e a partir de um momento essa participação começou a ser gravada. Também não havia mais *link* ao vivo no jornal, o repórter tinha que gravar um boletim e mandar com antecedência, pra evitar gente dizendo "Fora Temer" (GARONI, 2020).

Portanto, além das orientações explícitas para omitir a expressão “Fora Temer” e as manifestações diretas contra o ex-presidente, outra estratégia de controle afetou a dinâmica do jornalismo televisivo: não apenas os programas

ao vivo foram alterados, igualmente as entradas ao vivo dos repórteres, que se tornaram conteúdos gravados, nos quais é possível ter maior domínio do que será veiculado.

Uma vez que os quadros do *Repórter Rio* passaram a ser gravados (BASSO, 2017), assim como em outros programas jornalísticos da TV Brasil em São Paulo (GARONI, 2020), após as mesmas ocorrências “Fora Temer”, no mesmo período, entre janeiro e março de 2017, pode-se potencialmente estabelecer uma relação de causa e consequência. As mudanças se materializaram justamente no contexto em que o comportamento do público, expressando-se contra o ex-presidente, espalhava-se em diversos canais midiáticos e nas redes sociais, ocorrendo inclusive na programação da TV Brasil. Disso infere-se que se trata de uma potencial operação de abafamento, para amenizar, reduzir e tentar omitir os protestos. Conforme estudado no capítulo 2.3.2, esse é um exemplo de como o padrão da fragmentação e da indução (ABRAMO, 2016), juntos, se configuram enquanto censura, segundo Mattos (2005), ao retratar na informação que chega ao público apenas parte do factual, que, com efeito, descontextualiza a notícia ou mesmo a participação de uma fonte, induzindo o público a acreditar em uma realidade artificial e inverossímil.

De forma complementar, observando-se os parâmetros de Costa (2017), elencados no capítulo 2.3.5, também demarca-se uma ocorrência censória nesse caso; uma vez que se trata de uma produção simbólica (notícia), a qual circula ou repercute em um meio público (a TV Brasil), e cujas partes são interditas ou removidas com o intuito ideológico de suprimir críticas, demarcando assim o exercício de poder e alijando o público final.

#### 4.4 A CENSURA AO CARNAVAL 2017 E A PROIBIÇÃO DA EXPRESSÃO FORA TEMER

Nesta etapa da pesquisa apresenta-se uma série de depoimentos que demonstram o controle da informação na ABr e na TV Brasil, com predominância na cobertura do carnaval em 2017, mas abrangendo também outros ensejos.

Nas festividades carnavalescas de 2017 foram registrados protestos contra Michel Temer em blocos, marchinhas e festas com cartazes e dizeres “Fora Temer”, em várias cidades e capitais do país. O fato foi noticiado por veículos das mais variadas linhas, a exemplo do portal G1 (FOLIÕES..., 2017), cuja reportagem registra atos contra o presidente em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte; a manchete diz: “Foliões e blocos protestam contra o presidente Temer no carnaval pelo país”. Na TVT, a reportagem destaca: “‘Fora Temer’ marca Carnaval 2017 em todo o Brasil” (‘FORA...', 2017); na Rede Brasil Atual, que reproduz notícia do Brasil 247: o “‘Fora Temer’ é o grande grito do Carnaval 2017” (‘FORA...', 2017); na coluna da economista Laura de Carvalho (2017) na *Folha de S. Paulo*, um opinativo intitulado “‘Fora, Temer’ no Carnaval escancara impopularidade do governo” fala em “unanimidade do Fora Temer nos blocos de rua país afora”; já no site Congresso em Foco, a manchete é: “‘Fora Temer’ vira hit no carnaval nas principais cidades do país” (‘FORA...', 2017); e enquanto o jornalista Leonardo Sakamoto (2017) questiona: “Blocos gritam ‘Fora, Temer!’: O que acontece no Carnaval fica no Carnaval?”, na Globo News, uma matéria no espírito carnavalesco de três minutos e meio repercute vários protestos “Fora Temer” registrados ao vivo por cinegrafistas e repórteres, durante a cobertura de blocos de cidades como Olinda, São Paulo e Rio de Janeiro (PRESIDENTE..., 2017).

Na Agência Brasil, no entanto, foi diferente: as manifestações e cartazes em alusão ao ex-presidente foram interditados. Segundo a repórter da Agência Brasil no Rio de Janeiro, Akemi Nitahara:

Na Agência não teve nenhuma orientação [de não noticiar manifestações contrárias ao governo] para os repórteres e fotógrafos não. Simplesmente a edição cortava, tanto fotos quanto texto, qualquer menção a "Fora Temer". Eu mesma mandei foto com um cartazinho [escrito Fora Temer] de fundo e não entrou. Outros repórteres foram até mais enfáticos, teve bloco no Recife que era bem satírico e com muito Fora Temer, cortaram tudo. E sem dar nenhuma justificativa pros repórteres, ficou algo entre chefia e edição. [...] Acho que fomos o único grupo de mídia que não falou dos gritos de Fora Temer em diversos blocos de carnaval em todo o país. Nossos repórteres mandaram isso no texto e também fotos, mas não entrou nada [...] tiraram as menções ao Fora Temer de todas as matérias e das fotos no carnaval do Fora Temer (NITAHARA, 2017).

Complementarmente ao relato de Nitahara, na capital carioca, de acordo com Valentina Soares (2020), “No carnaval em 2017, os temas censurados durante o governo Temer já estavam consolidados, digamos, assim – já estávamos com problema para dar o ‘Fora Temer’, por exemplo”. Como se observa nos relatos, o protesto central contra o ex-presidente foi vetado, tanto previamente, como no processo de edição das notícias e de imagens. Além das menções diretas a Temer, outros temas foram cortados, fossem pessoas batendo painéis, a adjetivação “golpista” ou em alusão à Reforma da Previdência.

Nesta linha, Soares registra que havia de antemão orientações gerais a respeito de como as coberturas deveriam funcionar naquele carnaval: “já estávamos devidamente apresentamos aos termos que estavam sendo censurados” (SOARES, 2020). E uma das expressões visadas, era justamente a “Fora Temer”:

Um colega me avisou, quando avisei da censura da reportagem do carnaval em um grupo, que a chefia tinha orientado os editores a não deixar passar nenhum “Fora Temer”. Como eu estava longe da redação, só sabia como a ordem tinha sido dada dessa forma (SOARES, 2020).

Assim como na ABr, a ordem de não deixar passar nenhum “Fora Temer” chegou explícita para o editor de textos da TV Brasil em São Paulo, Márcio Ribeiro Garoni. Na TV em especial, segundo entrevista do jornalista, não existiu uma ordenação por escrito, ela foi passada adiante para os editores de maneira não oficial, informalmente: “O que mais lembro mesmo é naquele carnaval de 2017, que houve uma orientação explícita do gerente de jornalismo aqui em São Paulo, de prestar atenção nos cartazes e evitar mostrar ‘Fora Temer’” (GARONI, 2020). A título de comparação, neste caso específico, portanto, é possível identificar de onde partiu a ordem de estancar o assunto; diferente, por exemplo, dos casos retratados nos subcapítulos anteriores, 4.1 e 4.2 (exclusão das matérias do site da Agência Brasil).

Por sua vez, a orientação identificada por Garoni sobre a TV Brasil pode ser classificada como uma censura prévia, pois determinados termos e certos aspectos, aqueles considerados nocivos ao governo e já selecionados previamente, são impedidos de veiculação. Entretanto, na prática, como a censura é realizada e se consuma? Também de modo endógeno, ou seja, com proibições acatadas pelos jornalistas, seguindo comandos movidos pelos interesses de quem está no poder. Tanto na ABr, como na TV Brasil, o padrão de manipulação enquanto censura se repete, como visto no subcapítulo anterior, garantindo a prosperidade do tema que se deseja barrar.

Para além da censura prévia sobre protestos contra a figura de Michel Temer – indicada por meio de orientações aos editores sobre temas que não devem aparecer –, faz-se um controle a partir da edição, selecionando o que vai ser apresentado ao público (ou não), garantindo-se assim que o assunto-alvo não seja veiculado. Esse controle executado na edição se dá por meio de pelo menos dois dos padrões de manipulação apontados por Abramo (2016): o da fragmentação e o da indução. Ou seja, fragmenta-se o fato, retirando-se essenciais partes e tornando-o descontextualizado, ocasionando uma visão distorcida por parte do público. Na visão de Mattos (2005), essa é uma forma de censura no contexto após 1988.

Em ambos os veículos – TV Brasil e Agência Brasil –, a partir dos relatos, percebe-se que a informação foi selecionada de modo a omitir protestos contra o governo e com isso há uma tentativa de induzir o público, criando-se uma realidade paralela, irreal. É potencialmente notável esse caráter estilhaçado e ilusório da cobertura da ABr e da TV Brasil, típicos do padrão de fragmentação e de indução (ABRAMO, 2016), uma vez que os canais da EBC não abordaram o assunto. Quem teve contato com o noticiário desses dois veículos da EBC durante o carnaval não foi informado sobre a dimensão e o teor político das manifestações encontradas nas festividades das ruas.

Desse modo, a partir do teor dos relatos e de sua interpretação analítica feita até aqui, evidencia-se a intenção de silenciamento da oposição política,

das críticas e da denúncia ideológica, oriunda principalmente das ruas, o que, segundo Costa (2017), é uma forma de censura.

De outro lado, como já analisado no subcapítulo 4.1, a prática de vigilância identificada no jornalismo da EBC, como método de controle, é abrangente. Relato da repórter da Agência Brasil, Akemi Nitahara, reforça esse caráter: ao ser questionada se a expressão “Fora Temer” estava proibida de ser veiculada, ela fala sobre os cortes e registra mais um caso específico de censura:

[Havia] Tanto “edição cuidadosa” de fotos na Agência quanto de imagens na TV Brasil. Também tiram a menção [Fora Temer] dos textos da Agência. Recentemente tivemos uma entrevistada em São Paulo que foi com um brinco Fora Temer, ia falar sobre a nova novela angolana. Pediram pra tirar, ela se recusou e gravaram com ela com o brinco mesmo. Mas não entrou na matéria. (...) Não fui eu que presenciei esses fatos, foram relatos dos empregados envolvidos, discutimos isso em grupos de *WhatsApp*, teve uma foto da menina com o brinco num deles (NITAHARA, 2017).

A situação descrita por Nitahara sobre a fonte entrevistada na TV Brasil com o brinco “Fora Temer” também se configura como censura: a condição para ser incorporada ao conteúdo jornalístico do programa é a remoção do protesto – nesse caso, o foco do critério noticioso passa a ser o brinco e não o teor de sua fala –; ou, como se consolidou, uma vez que a fonte não aceitou retirar o adorno, como punição, a sua entrevista foi vetada da matéria. Neste exemplo, observa-se a censura como um instrumento ideológico e de intolerância, ao impossibilitar opiniões contra o governo e até demais modos de manifestar-se, a exemplo do brinco.

Complementarmente, em outro cruzamento de relatos, mais amplo, de Gonçalves (2017), Garoni (2020), Trujilo (2020), Soares (2020), Martins (2017) e Nitahara (2017; 2018), é possível notar que as orientações de vetos e proibições não chegavam necessariamente aos repórteres, mas eram passadas aos editores de forma clara. Durante um embate da ex-repórter da Rádio Nacional de Brasília, Mariana Martins (2017), com a gerência e com a sua editora na época, esse aspecto fica evidente: “Ou seja, dentro da edição, os editores não passavam pra gente a orientação, eles estavam segurando,

mas eles cortavam os textos”. A discussão narrada por Martins está dentro do contexto de supressão de qualquer menção às greves e atos públicos organizados por movimentos sociais contra a aprovação das Reformas Trabalhista e da Previdência no primeiro semestre de 2017. O tema será investigado no próximo subcapítulo.

Diante deste quadro de controle da informação e de censura, que como estudado teve início já durante o governo interino de Temer, a partir de maio de 2016, se na EBC não havia mais espaços internos, como o conselho curador, para tratar de linha editorial governista ou de censura, os trabalhadores buscaram canais externos para dar visibilidade ao assunto. De acordo com Soares:

O que fizemos, como empregados e por meio de nossas entidades representativas, foi dar publicidade à censura, questionar a direção, pedir formalização das orientações editoriais para as chefias, entre outras estratégias para conseguir caracterizar a censura e tentar combatê-la (SOARES, 2020).

Uma dessas estratégias foi produzir notas públicas com apoio de sindicatos da categoria. Assim, em fevereiro, logo após o carnaval, apesar de não noticiado pela imprensa tradicional, as denúncias de censura foram divulgadas em alguns veículos. Reportagem do *Brasil de Fato* (SINDICATO..., 2017) noticia a ausência dos protestos nos veículos da EBC na cobertura do carnaval e registra o questionamento público realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em 24 de fevereiro, sobre o direcionamento de não divulgar manifestações contrárias ao governo. Em um trecho da nota, o Sindicato solicita esclarecimentos à direção da EBC:

A posição da direção da empresa de veto e o direcionamento contra protestos questionadores e satíricos da sociedade, que fazem parte da cultura do carnaval, de qualquer matriz ideológica, é algo que fere as normas supracitadas e vai de encontro ao que a Comunicação Pública deve ser (SINDICATO..., 2017).

Além das notas públicas, internamente, os funcionários organizaram-se para registrar insatisfações, principalmente sobre o jornalismo da EBC. No

início de abril de 2017, após assembleia realizada no dia 31 de março daquele ano, os trabalhadores divulgam uma carta de denúncia dos atos de censura e comunicam a adesão à greve geral convocada para 28 de abril contra as Reformas da Previdência e Trabalhista:

A assembleia nacional dos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) vêm a público denunciar a prática de censura interna nos veículos da empresa. [...] Um exemplo simbólico aconteceu no dia 15 de março, Dia Nacional de Paralisações contra a Reforma da Previdência e Trabalhista, no qual, diferente da tradição estabelecida na EBC, os jornalistas receberam a ordem de focar sua cobertura nas consequências sobre o trânsito. É a linha adotada na cobertura de outras manifestações dos movimentos sociais, o que limita o direito à informação do cidadão brasileiro.

A nova prática de censura dentro da EBC envolve o assédio a jornalistas e radialistas, proibição aos cinegrafistas e editores de imagem de usar determinadas imagens, e chegou inclusive a envolver demissão. São vários os casos denunciados à Comissão de Empregados e aos Sindicatos nos últimos meses. Sabemos que tudo isso tem um motivo político principal, o de impedir a cobertura de manifestações da sociedade contrárias ao governo, dessa forma desrespeitando a própria razão de ser da EBC, expressa na sua criação, com o princípio de “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”. Este fato tem relação com a Medida Provisória (MP) do governo Temer que retirou dispositivos que garantiam esta autonomia (TRABALHADORES DA EBC..., 2017).

A carta denota os temas mais caros aos trabalhadores naquele momento – em que a censura ganha destaque – relacionando-os diretamente à MP 744/2016, que extinguiu dispositivos que impulsionavam o caráter público da EBC, conforme estudado no capítulo 3.2.

Finalmente, a contar do carnaval de 2017, Temer ocupava o cargo da presidência em definitivo há cinco meses, desde que tomou posse em setembro de 2016. De acordo com dados de dezembro de 2016 do Datafolha<sup>47</sup>, o ex-presidente acumulava reprovação de 51%, sendo avaliado como ótimo ou bom por apenas 10% das pessoas, porcentagem que continuou em queda nos meses seguintes, chegando a 73% de rejeição e apenas 5% de aprovação

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840370-reprovacao-a-gestao-temer-dispara-mostra-datafolha.shtml>. Acesso: 09 jan.2020.

(ótimo ou bom) em outubro de 2017, pelo mesmo instituto<sup>48</sup>. Nesse contexto, é possível que a crença da alta cúpula da EBC, com a postura de interditar faixas, cartazes e menções “Fora Temer” em geral, poderia contribuir para não realçar ainda mais a estirpe de um “líder vazio... medíocre e sem brilho” (AB’ SÁBER, 2018, p. 13), traços designados à carreira política do ex-presidente.

#### 4.5 NAS ONDAS RADIOFÔNICAS DA CENSURA: O SILENCIAMENTO DAS GREVES E MANIFESTAÇÕES CONTRA AS REFORMAS

Além da TV Brasil e da Agência Brasil, na Rádio Nacional a ação da censura também inibiu coberturas de protestos públicos; há relatos e evidências de textos mutilados, cortes e até sumiço de sonoras com entrevistas de fontes críticas ao governo. Outra vez, entende-se nessas situações, no dado contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff e de mudanças estruturais na EBC, a partir da entrada de Michel Temer no Executivo, que se trata de censura. Ademais, o foco central deste estudo neste subcapítulo predomina sobre o controle da informação no radiojornalismo da EBC, durante a cobertura de atos públicos, especialmente aqueles ligados a greves.

Passado o recesso de carnaval em 2017, o governo Temer coloca em pauta o combo das Reformas Trabalhista e da Previdência como prioridades; é nessa conjuntura, em meio a manifestações reunindo milhares de pessoas nas ruas, que se identifica a manipulação de informações pró-governo e de censura no principal canal de rádio da EBC: a Rádio Nacional.

Em março, pelo menos dois grandes protestos em oposição às reformas propostas pelo governo ocorreram de modo sincronizado, com adesão de inúmeras cidades do país, nos dias 15 e 31. Em ambos houve paralisações de transporte público e marchas pelas ruas com a participação de trabalhadores, movimentos sociais, estudantes e de sindicatos de diversas categorias. No dia 15, as manifestações se estenderam, segundo cobertura do G1<sup>49</sup>, a todas as

---

<sup>48</sup> Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>. Acesso: 26 jan.2020.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/quarta-feira-15-de-marco-de-2017.ghtml>. Acesso em: 02 fev.2020.

capitais do país, tendo a Reforma da Previdência como mote comum e, em algumas localidades, também a Reforma Trabalhista.

**Figura 10 – Concentração da greve geral em São Paulo**



**Fonte:** El País (2017). **Crédito:** Ricardo Stuckert (2017).

No mês seguinte, outra mobilização, a greve geral de 28 de abril, encabeçada pelo movimento sindical, tomou grandes proporções, com adesão de dezenas de categorias e ocorreu em pelo menos 22 capitais brasileiras e várias cidades do interior. A repercussão nas vésperas foi tamanha que a cantora Gal Costa cancelou um show em Salvador em função da paralisação<sup>50</sup>. Em São Paulo, a concentração reuniu milhares de pessoas no Largo da Batata (Figura 10) e se dirigiu até a residência do presidente Michel Temer. Segundo cobertura do El País<sup>51</sup>, o ato ocorreu em várias cidades e foi duramente reprimido com violência em algumas destas.

Neste quadro, entre março e abril, período que coincide com os principais atos contra as reformas defendidas pelo governo, repórteres de pelo menos duas rádios da EBC (Rádio Nacional e Rádio MEC) relataram

<sup>50</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188\\_266659.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188_266659.html). Acesso: 23. Mai. 2020.

<sup>51</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188\\_266659.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188_266659.html). Acesso em: 23.mai.2020.

dificuldades e entraves na cobertura de manifestações públicas. Na época, por exemplo, a repórter da Rádio Nacional de São Paulo, Eliane Gonçalves, elenca diversas situações ocorridas em 2017:

Eu particularmente, que trabalho na rádio, já passei por várias situações que me impediram de colocar uma notícia no ar: o ato das mulheres no dia 8 de março, a primeira grande manifestação contra a Reforma da Previdência no dia 15 de março, a assembleia dos aeronautas do dia 24 de abril que discutiu a adesão ou não da categoria à greve geral que aconteceria no dia 28 [de abril de 2017] e até o ato dos artistas em São Paulo no dia 27 de março, que questionava o congelamento de verbas da prefeitura de São Paulo (GONÇALVES, 2017).

Todas as pautas citadas por Gonçalves são políticas e em todas – Dia Internacional da Mulher, atos contra a Reforma da Previdência, greve geral e até em uma pauta local, a manifestação dos artistas na capital paulista –, Michel Temer é alvo de críticas e protestos.

No dia Internacional da Mulher, a repórter estava pronta para entrar ao vivo na Praça da Sé em São Paulo, direto do protesto, mas na hora prevista, a entrada foi cancelada sob a justificativa de problemas técnicos. Em outras três situações, duas delas na cobertura das manifestações e greves do dia 15 de março, contra a Reforma da Previdência, na Av. Paulista, e na assembleia dos aeronautas, as entradas ao vivo foram novamente suspensas em cima da hora.

Mas, o que será que existiu nesses protestos, quais eram as críticas, quais lideranças participaram? Essas eram algumas das informações prováveis da cobertura ao vivo. Em São Paulo, sobre o ato do dia 15, com a presença de 200 mil pessoas, segundo reportagem em tempo real da Revista Exame (AS GREVES..., 2018), pinça-se outro aspecto relevante de oposição ao governo: a oficialização da candidatura de Lula (PT) ao pleito presidencial para as eleições de 2018, realizada pelo próprio ex-presidente durante seu discurso no ato, que classifica também o *impeachment* como um golpe.

Nestes fatos listados por Gonçalves (2017), não se sabe ao certo se houve ou não algum tipo de veto que impediu a repórter de veicular as informações, consumando-se como uma censura de fato. Nesse sentido, depara-se com a dificuldade que encontramos ao longa da pesquisa de se

classificar uma situação enquanto censura, exatamente como argumenta Costa (2017) referindo-se ao contexto pós-promulgação da Constituição de 1988. No entanto, a ocorrência suscita potenciais questionamentos e dúvidas, já que a cobertura foi planejada, pautada e a repórter estava à postos no local das manifestações, o maior fato político daquela semana. Outro componente é que a situação descrita por Gonçalves ocorreu mais de uma vez e sempre em manifestações públicas em que o presidente Temer foi alvo de protestos. Apesar das evidências, há dúvidas latentes, portanto, que impedem a classificação da censura nestas situações específicas em que a jornalista foi orientada a não entrar ao vivo.

Por outro lado, no âmbito radiofônico da EBC, poder-se-ia supor serem estes atos isolados ou restritos à sucursal paulistana, mas há outras situações, em distintas cidades, de que notícias foram potencialmente manipuladas com a exclusão de dados relacionados aos atos grevistas, inclusive, neste mesmo contexto dos movimentos contrários às reformas do governo. Como, por exemplo, no testemunho de Mariana Martins (2017), que atuou como repórter cobrindo o Planalto para a Rádio Nacional, em Brasília:

[...] Tudo que eu falava da greve era vetado. Tudo que eu falava da greve eles [editores e superiores] diziam que eu estava convocando, que eu era militante, eles usavam muito isso por saberem que de fato eu sou militante fora da empresa [...]. Eles chegaram a cortar uma sonora do Paulinho da Força, que é aliado do governo, que falava sobre isso [greves]. Mais de uma vez eu reclamei, briguei, falei que isso era um absurdo e que sabia que eles tinham cortado a sonora depois. Eles perderam, teoricamente né, sonorinhas minhas que eu tinha enviado para eles do Miguel Rosseto, por exemplo, falando sobre a Reforma Trabalhista. Porque tinha uma sonora do Miguel Rosseto falando sobre a Reforma, que tinha sido ministro do trabalho do governo Dilma e uma sonora de um ex-ministro do trabalho de FHC, equilibrando a matéria. Eles simplesmente perderam, disseram que não acharam as sonorinhas que eu mandei. E quando eu já estava em casa e eles sabiam que eu não tinha mais condições de mandar a sonora [...], disseram que tinha perdido e não foi pro ar no outro dia. Isso é recorrente quando tinham coisas que falavam das greves (MARTINS, 2017).

De fato as sonorinhas podem ter sido perdidas; por outro lado, o extravio de sonorinhas funciona como potencial justificativa para explicar os vetos; na prática, contudo, impedem que as críticas, as vozes contrárias às manifestações sejam

noticiadas, ocultando a posição de trabalhadores organizados, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais, base da organização dos protestos e paralisações grevistas naquele contexto. Apesar das justificativas dadas pelos editores, o que é apresentado ao público não escapa dos cortes e o padrão de fragmentação (ABRAMO, 2016) aparece outra vez – como visto nos dois subcapítulos anteriores, 4.3 e 4.4 –, anulando aspectos do real e tornando o conteúdo descontextualizado. Omite-se, por exemplo, a causa essencial dos protestos: a posição contrária à Reforma da Previdência, bem como seus argumentos. Esse tipo de omissão, como visto no capítulo 2, na visão de Mattos (2005) e Dines (2010), trata-se de censura à informação jornalística.

Mutilada, a matéria se torna enviesada, alinhada aos interesses do poder. Com isso, tem-se outro padrão de manipulação imputado: o da inversão da versão pelo fato, no qual “O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar declarações (...) sobre esses fatos” (ABRAMO, 2016, p. 44). Tanto que no relatório mensal de abril de 2017 da Ouvidoria da EBC, a Ouvidora-geral na época, Joseti Marques (2017, p. 3), responsável pelo boletim, indica que “Nas rádios, a cobertura das manifestações durante a greve geral foi parcial, privilegiando o viés dos transtornos causados pela paralisação dos transportes públicos”.

Uma das funções originais da ouvidoria da EBC, conforme estudado no capítulo 1, é justamente o de apontar críticas ao conteúdo jornalístico dos veículos. Assim, a motivação principal dos protestos sequer é considerada na cobertura, apenas com declarações contrárias às manifestações, invertendo o sentido da notícia. O mecanismo descrito por Abramo (2016) é um dos artifícios empregados para cravar o controle da informação que, por sua vez, como já dito, é entendido por Mattos (2005) e Dines (2010) como formas de censura.

Complementarmente, não apenas a Rádio Nacional foi alvo de censura: a pauta das greves também foi controlada no jornalismo da TV Brasil, segundo entrevista de Márcio Garoni (2020). Uma reportagem veiculada na segunda edição do programa *Repórter Brasil*, carro chefe do jornalismo da TV Brasil, sobre a greve geral de 28 de abril (A GREVE..., 2017), por exemplo, só são

abordados os transtornos causados pela greve; para o jornalista, “praticamente criminalizando o ato” (GARONI, 2020).

São três minutos e dez segundos de duração da reportagem (A GREVE..., 2017), em que predominam as dificuldades geradas pelos protestos: escolas, lojas e bancos fechados, trânsito impedido em vias principais, congestionamento e número de pessoas afetadas, dificuldades em aeroportos e confrontos com a polícia, sempre com imagens de tumultos. Em nenhum momento tem-se a voz de um manifestante ou mesmo a motivação dos protestos é comunicada pelos apresentadores, mesmo em *off*.

Em outras duas matérias da TV Brasil sobre a greve geral de abril, analisadas por Silva e Veloso (2019a), novamente direciona-se o foco para tumultos e para deslegitimar os atos, silenciando as vozes contrárias ao governo. No trabalho, as pesquisadoras identificaram o mesmo viés em coberturas do noticiário do *Repórter Brasil* sobre greves ocorridas em julho de 2017; e consideram que “Em nenhum momento da abordagem foram informadas as motivações que levaram a população às ruas e o que de fato pretendiam as reformas trabalhista e da previdência” (SILVA; VELOSO, 2019a, p. 14). Em outro estudo sobre o mesmo telejornal e a cobertura das manifestações contrárias à reforma trabalhista, as pesquisadoras observaram a existência de censura e que a autonomia editorial do programa foi comprometida, deformando os princípios que deveriam nortear a comunicação pública da emissora (SILVA; VELOSO, 2019b).

Adicionalmente, Abramo (2016) trata sobre greves e manifestações ao discorrer sobre um dos padrões de controle específicos de rádio e de televisão, ponderando que pode haver variações. É o que ele chama de “padrão global”, em que a maior parte das notícias produzidas por esses meios segue um roteiro, como se fosse um espetáculo, constituído em três atos no qual os fatos são apresentados: em primeiro lugar, a partir de imagens sensacionalistas e espetaculares; no segundo momento, há a fala da sociedade, trazendo personagens envolvidos; e o terceiro ato é a autoridade que resolve. No entanto, diz o autor, acerca do terceiro ato:

Se se trata de um fato social (greve, passeata, reunião de partido, sessão do parlamento, homicídio, assalto, etc.) a autoridade reprime o Mal e enaltece o Bem, e também anuncia as soluções já tomadas ou a tomar, para as duas situações. Nos dois casos, a autoridade tranquiliza o povo, desestimula qualquer ação autônoma e independente do povo, mantém a autoridade e a ordem, submete o povo ao controle dela, autoridade (ABRAMO, 2016, p. 52).

Nessa reflexão de Abramo, o mal corresponde aos grevistas, que arruinam a vida das pessoas, instalando o caos, a baderna, os transtornos e desprovidos de motivações – inclusive, suprimidos, uma vez que não há entrevistas com manifestantes; enquanto o bem traduz-se na figura do governo, que controla os protestos à força, informa que o transporte público já está ou será normalizado, no papel de restaurador da ordem. Nesta lógica, por conseguinte, é preciso reprimir o mal, tapando sua voz, censurando-o. Nesta ótica, a cobertura realizada pelo telejornal da TV Brasil potencialmente segue a cartilha de manipulação midiática, colocando o protesto popular em oposição ao governo, em uma relação antagônica, em que a greve é taxada pejorativamente e desprovida de sentido. Ou seja, o caso da TV Brasil, sobre as greves, também pode ser enquadrado como uma forma de censura, já que, entre outros fatores, existe um motor ideológico e que o público foi privado de certos assuntos.

Feito o parêntese sobre a TV Brasil, retomando o tema rádio e partindo para outra análise, Carol Barreto, repórter das rádios Nacional e MEC na capital do Rio de Janeiro, registra dois casos em que suas matérias foram tolhidas, uma delas de tantos cortes, perdeu completamente o sentido. Na primeira das situações novamente o assunto greve é vetado; na outra, mais mutilações para encobrir críticas francas à Presidência da República e à palavra “golpe”:

Sobre censura nesse período que você menciona, passei por duas: uma era uma matéria sobre um ato em frente à Petrobras em plena greve dos caminhoneiros. A principal reivindicação do movimento dos petroleiros era o Fora Pedro Parente [então presidente da Petrobras]. Essa reivindicação estava na boca de um rapaz do Sindipetro [Sindicato dos Petroleiros] que entrevistei, mas foi retirada da matéria. Outra coisa retirada foi a fala de um professor do ANDES sobre a necessidade de construir uma Greve Geral no Brasil. O outro episódio foi quando eu fiz uma matéria especial sobre os 5 anos das

manifestações de junho de 2013. Fiz uma entrevista com o professor Pablo Ortellado, que estuda o tema, e mutilaram a fala dele de modo a deixar sem sentido. Ele disse que no final as manifestações de junho, por direitos sociais e contra a corrupção, acabaram desaguando no seu contrário: o governo Temer, um dos governos mais corruptos da história e onde se aprovou a emenda constitucional do teto de gastos. Eles deixaram a fala pela metade, tirando a menção à corrupção e ao teto de gastos do governo Temer. Também suprimiram menção do estudante Pedro Paiva ao golpe. Ele disse que as manifestações de junho deram tanto no golpe quanto nas ocupações de escolas. Suprimiram essa parte. Se você quiser ouvir como ficou a matéria, segue o link da Radioagência: [http://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria\\_id=All&page=1](http://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria_id=All&page=1) (BARRETO, 2019).

De fato, ao ouvir o áudio da matéria mencionada acima por Barreto sobre as Jornadas de Junho, percebe-se a supressão das informações, empobrecendo e distorcendo seu conteúdo. A manchete diz: “Jornadas de Junho foram marcadas por pluralidade de grupos nas ruas, avalia especialista” (BARRETO, 2018); o especialista em questão é justamente o professor da Universidade de São Paulo (USP), Pablo Ortellado, cuja opinião foi reduzida, no texto, a um único parágrafo de três linhas, sem aspas, genérica e sem nexos, de que “o sistema político não ouviu as vozes das manifestações” (BARRETO, 2018). Já no áudio, Ortellado afirma que as manifestações de 2013 tinham duas bandeiras fortes: o combate à corrupção e a luta por mais direitos sociais e que com a ascensão de Michel Temer essas reivindicações se converteram no oposto do que se buscava, isto é, as políticas aprovadas na época retiraram direitos trabalhistas e o próprio governo Temer estava repleto de denúncias de corrupção. Todavia, parte desse raciocínio do professor foi suprimido e omitido do material. Desse modo, ao tolher as informações para amenizar críticas ao governo, a notícia se tornou desconexa, perdeu qualidade, sentido e embasamento.

Observando-se os fatos narrados, tem-se tanto a perspectiva de censura enquanto manipulação da notícia, como a de Costa (2017). Vale a pena analisar melhor a circunstância censória, segundo Costa (2017), uma vez que o alvo da censura acomete uma produção simbólica veiculada em um local público (Rádio Nacional), restringe o acesso da população ao conteúdo e possui motivação ideológica com o objetivo de omitir ou aplacar temas

considerados desinteressantes; denota, por conseguinte, o exercício de poder por parte do governo. Segundo a autora, “a censura sempre explicita a interpretação de mundo que se torna inconveniente, indesejável e que se deseja silenciar” (COSTA, 2017, p. 21).

Como identificado neste subcapítulo a partir do exame das coberturas da Rádio Nacional e Rádio MEC, os vetos possuem foco específico: as posições, manifestações de greve e vozes contrárias ao governo. E, em segundo lugar, o padrão de fragmentação (ABRAMO, 2016) como um mecanismo de censura, utilizado tanto para suprimir fatos e críticas, como para tornar o conteúdo mais brando ao governo.

Em relação à outra fonte da matéria citada por Barreto em entrevista, há a exclusão de parte da fala do ex-integrante do Diretório Acadêmico da UFRJ, Pedro Paiva. Barreto (2019a) disponibilizou para esta pesquisa a reportagem original, sem cortes, antes de ser enviada para a edição, por isso foi possível acessar o trecho suprimido, o qual sinalizava que “as grandes manifestações do golpe também aconteceram por causa de 2013”. A hipótese do estudante Paiva, vetada, é a de que articulação que emplacou o *impeachment* de Dilma Rousseff teve, entre outros fatores, ligação com as manifestações de junho de 2013; o trecho em que Paiva fala de “golpe” também foi omitido.

Complementarmente, fica potencialmente evidente na presente análise a intolerância e a exclusão de qualquer tipo de opinião crítica relacionando as Jornadas de Junho ao governo de Michel Temer ou mesmo a menção ao termo “golpe”. Como no caso anterior deste capítulo, neste último é perceptível a ação da censura por meio do padrão da fragmentação, que seleciona e descontextualiza os fatos a fim de atenuar aspectos da realidade:

O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligado de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais, e artificialmente inventados (ABRAMO, 2016, p. 42).

Não se trata, portanto, de um labor editorial para padronização de estilo ou de correções ou mesmo de adequações, típico da rotina de produção jornalística, mas de uma edição consciente, cirúrgica: com o objetivo de fragmentar o texto, excluindo críticas ao então presidente da República.

Já a despeito da cobertura do ato em frente à Petrobras durante a greve dos caminhoneiros (ocorrida entre 21 e 27 de maio de 2018), mencionada por Barreto (2019), o contexto é o de críticas ao então presidente da estatal, Pedro Parente, em função da política de preços dos combustíveis. Na ocasião, manifestantes pediam a sua saída. Para contextualizar rapidamente, Parente estava no comando da Petrobras desde o dia 1 de junho de 2016, fase interina da gestão Temer; e, em sua posse, Parente discursou que a influência política na Petrobras chegaria ao fim<sup>52</sup>.

Na matéria produzida e indicada por Barreto, parte da fala do sindicalista é removida, exatamente a principal reivindicação do protesto, o afastamento de Parente, fato que indica provavelmente uma tentativa de poupar o ex-presidente da empresa, alinhado com o governo, e de amenizar a crise, amplamente noticiada pelos principais veículos do país. Alguns dias depois daquele ato, em 1 de junho de 2018, Parente pede demissão em carta a Michel Temer<sup>53</sup>.

Como sublinha a repórter, e como já observado em outros relatos sobre a censura ao jornalismo radiofônico e televisivo, nesta pesquisa, o trecho sobre o tema greve também foi excluído, sendo interceptado e manipulado antes de chegar ao público. Como estudado, Mattos (2005) e Dines classificam e entendem este tipo de ação como censura, no contexto após a Promulgação da Constituição de 1988: “omissão também faz parte da atividade censória, pois quando o jornalista omite uma notícia ele pratica a censura” (MATTOS apud DINES, 2005, p. 42).

De forma complementar e, por fim, outros assuntos sobre a estatal petrolífera foram vetados no radiojornalismo da EBC. Ainda em 2016, já com

---

<sup>52</sup> “Pedro Parente: da ‘esperança’ da Petrobras ao pedido de demissão”, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44323966>. Acesso em: 14 jan.2020.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/confira-linha-do-tempo-da-gestao-de-pedro-parente-na-petrobras.shtml>. Acesso: 08.jan.2020.

Temer no poder, encaminhou-se com regime de urgência a mudança das regras de exploração do pré-sal, abrindo-o ao capital estrangeiro. A Lei foi modificada a toque de caixa para atender aos interesses de empresas multinacionais do setor (AB'SÁBER, 2018). Quando a Câmara dos Deputados tentava avançar com a abertura da operação pré-sal, na Rádio Nacional foi aprovada uma pauta de uma série especial sobre o assunto, abordando temas diversos e amplos: como a própria descoberta do pré-sal e o que se faz atualmente com o recurso, a história de luta pelo controle do petróleo no Brasil, a discussão da situação financeira da Petrobras diante do mercado, entre outros. Devidamente finalizada, a pauta nunca foi repassada aos repórteres, nem oficialmente cancelada, sem apresentar justificativas ou um retorno a respeito (TRABALHADORES..., 2018).

A partir dos relatos destacados neste capítulo e classificados como censura em coberturas do radiojornalismo, especialmente na Rádio Nacional, em três praças diferentes – Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo – é possível identificar ao menos cinco características comuns entre os casos estudados:

1) Cem por cento das pautas citadas pelas repórteres Mariana Martins, Eliane Gonçalves e Carolina Barreto pertencem à editoria de política;

2) Os temas censurados relacionam-se à manifestações de rua, envolvendo greves, cujo enfrentamento principal, na maior parte das vezes, são as reformas propostas pelo governo, da Previdência e Trabalhista; vê-se, assim, que as vozes e causas de oposição foram constantemente omitidas, barradas; portanto, detecta-se o uso político de canais da EBC para os interesses do governo, ferindo os princípios da comunicação pública com o uso de recursos censórios;

3) No radiojornalismo o controle da informação é realizado e ocorre a partir de mecanismos diferentes, com predominância do padrão de fragmentação (ABRAMO, 2016), entendido por esta pesquisa como censura, conforme hipótese de Mattos (2005); registra-se ainda outro potencial mecanismo de censura, a exemplo do sumiço de sonoras, com o intuito de impedir ou de amenizar opiniões e críticas sobre posições contrárias ao governo;

4) No caso de matérias produzidas e publicadas, o mecanismo censório se dá na edição das matérias: essa, aliás, é a condição para serem veiculadas; a fragmentação ocorre com a imposição de vetos e cortes de dados, manipulando a informação para torná-la adequada aos interesses do poder, sendo então veiculada. Mesmo quando sonoras são perdidas ou extraviadas, retiram-se partes específicas do conteúdo produzido, aquelas com ideias contrárias ao governo; esse tipo de corte – diferente do processo de edição jornalístico, conforme Abramo (2016) e Mattos (2005) – é entendido como censura;

5) Ademais, a partir dos critérios definidos por Costa (2017), o jornalismo radiofônico contraria e abandona os valores e diretrizes do Manual de Jornalismo da EBC (BEIRÃO, 2013) que, ressalta, entre outros, a ética, a pluralidade, a inclusão, o debate público e a participação da população.

#### 4.6 “MENOS MATÉRIAS DA VEREADORA”: A COBERTURA DO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO NA AGÊNCIA BRASIL FOI CENSURADA?

Este capítulo trata de um potencial fato de censura na Agência Brasil do Rio de Janeiro e envolve a cobertura do assassinato da ex-vereadora e socióloga Marielle Franco, ocorrido em março de 2018. A situação na ABr teve repercussão na imprensa nacional<sup>54</sup> após a publicação de conversas por e-mail trocadas entre funcionários da Agência que ocupavam cargos de chefia. Para investigar o assunto, além de depoimentos da repórter Akemi Nitahara, reuniram-se reproduções publicadas por veículos de comunicação e outros materiais coletados por esta pesquisa. Inicialmente, descreve-se o contexto da ocasião, bem como o teor das conversas e, em seguida, a analisa-se o fato.

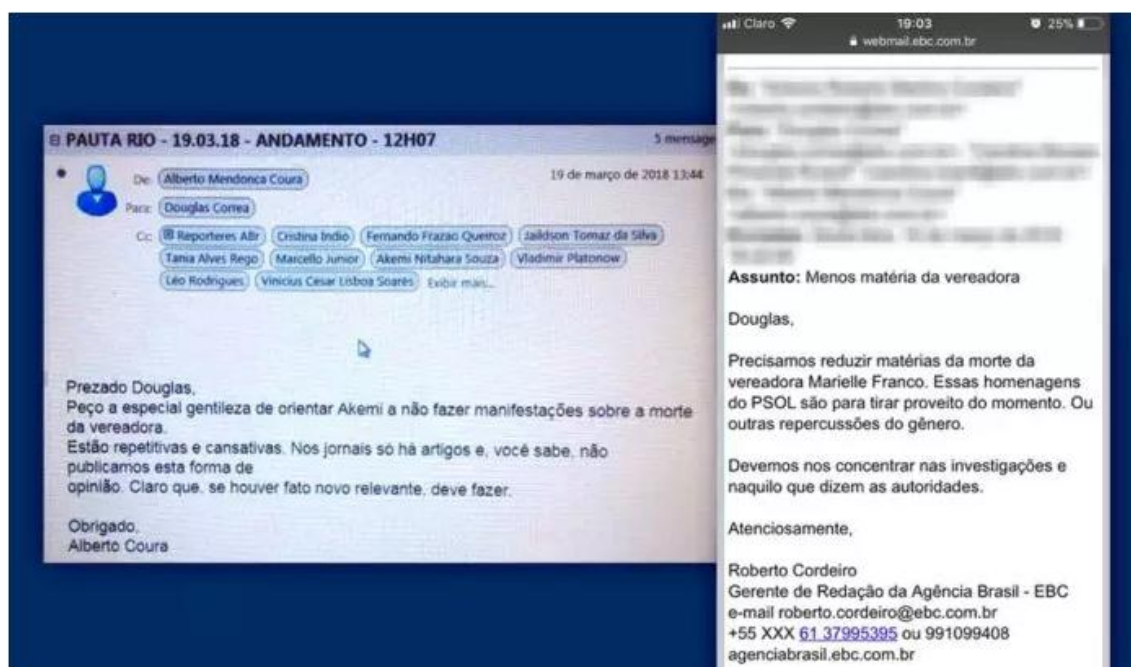
Pouco depois das 21 horas, após coordenar a roda de conversa “Jovens negras movendo as estruturas”, na Lapa carioca, na noite de 14 de março de

---

<sup>54</sup> A coluna “Painel” da *Folha* publicou a respeito: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/03/20/ebc-manda-reduzir-cobertura-sobre-marielle-para-evitar-exploracao-politica/>. Acesso em: 21.10.2020. Outros veículos como Metrôpoles e Poder 360 também repercutiram o assunto. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/caso-marielle-jornalistas-da-ebc-sao-proibidos-de-cobrir-protestos?amp>; e <https://www.poder360.com.br/governo/jornalistas-da-ebc-protestam-por-restricoes-ao-noticiar-caso-marielle/>. Acesso em: 21.10.2020.

2018, uma quinta-feira, a socióloga, ativista dos direitos humanos e ex-vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro Gomes foram alvejados por 13 balas de submetralhadora calibre nove milímetros. Marielle foi atingida por quatro projéteis que desconfiguraram seu rosto, outras três balas perfuraram as costas de Anderson Gomes. O enterro aconteceu no dia seguinte na capital carioca, engarrafado de multidão, comoções e protestos.

**Figura 11 – Troca de e-mails de chefias da Agência Brasil sobre assassinato de Marielle Franco**



FONTE: MORAIS (2018).

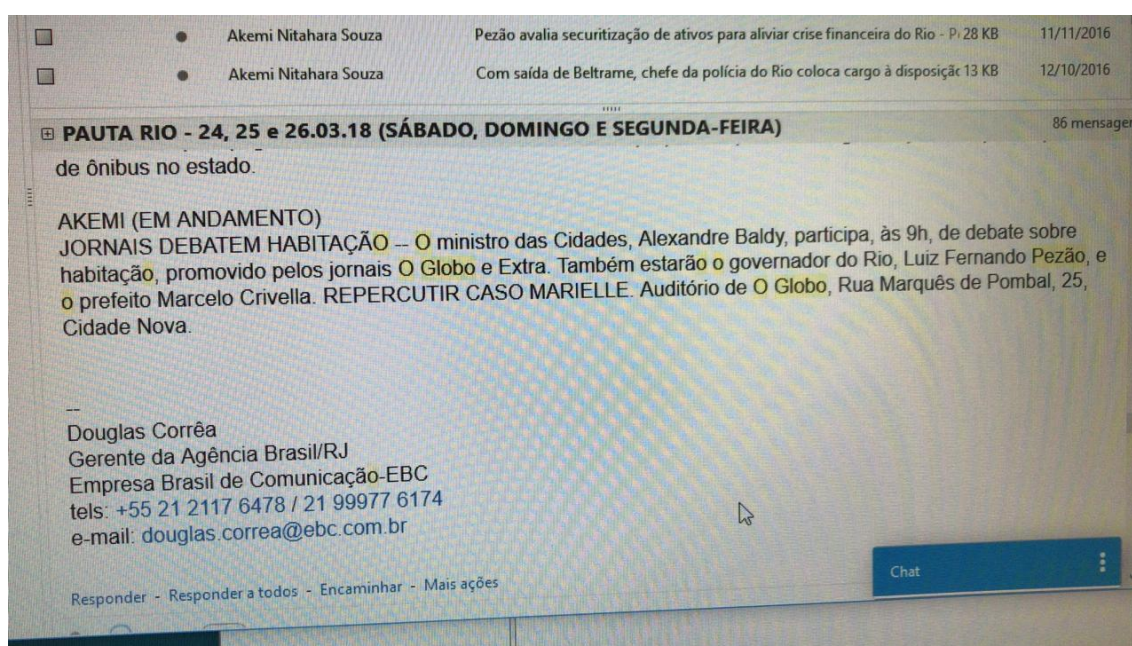
Na Agência Brasil, por sua vez, a cobertura levantou polêmica. Alguns dias depois do assassinato da ex-vereadora, no dia 20 de março, o blog *Nocaute*<sup>55</sup> do jornalista Fernando Morais publicou trocas de e-mails entre funcionários que ocupavam cargos de chefia na ABr. Nas mensagens trocadas observam-se potenciais tentativas de controle do noticiário envolvendo o assassinato de Franco e Gomes (Figura 11).

<sup>55</sup> Disponível em: <https://nocaute.blog.br/2018/03/20/ebc-censura-materias-sobre-a-execucao-de-marielle-franco/>. Acesso: 05 nov.2019.

“Menos matéria da vereadora” é o título de um desses e-mails, conforme Figura 11. Enviado por Roberto Cordeiro, então gerente de redação da Agência Brasil<sup>56</sup>, lotado na capital federal, para Douglas Corrêa, gerente e coordenador da ABr no Rio de Janeiro, o e-mail traz orientações específicas para a repórter Akemi Nitahara: “reduzir matérias da morte da vereadora Marielle Franco”, como mostra a Figura 11. Segundo apuração de Moraes (2018), essa mensagem foi enviada no dia 16 de março, um dia após o enterro, uma sexta-feira. Esse comunicado foi reforçado na segunda-feira (19/03/2018) seguinte pelo ex-gerente executivo da Agência Brasil de Brasília, Alberto Coura, e diz: “Peço a especial gentileza de orientar Akemi [Nitahara] a não fazer manifestações sobre a morte da vereadora” (Figura 11).

Nitahara, conforme seu relato para esta pesquisa, no entanto, nem chegou a ser orientada por seu gerente direto, Douglas Corrêa. A jornalista estava trabalhando na cobertura de um debate sobre habitação pública organizado pelos jornais *O Globo* e *Extra*, com a presença do ex-ministro das Cidades, Alexandre Baidy, do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão e do prefeito Marcelo Crivella, na manhã do dia 19 de março.

### Figura 12 – Orientação de pauta sobre cobertura de evento no Rio



<sup>56</sup> Na hierarquia da Agência Brasil, o cargo exercido por Cordeiro trata-se da última instância para a publicação de um conteúdo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

Na pauta que Nitahara recebeu por e-mail de Douglas Corrêa (Figura 12), havia a indicação para repercutir o assassinato de Marielle Franco, executada há cinco dias. O e-mail de Coura para Douglas Corrêa chegou às 13h44 e a repórter enviou o material pronto às 15h47, que foi publicado<sup>57</sup> sem nenhuma informação sobre a ex-vereadora. O texto, porém, não passou por cortes ou mutilações; Akemi (2019) explica que durante a cobertura do evento, não escreveu sobre a execução de Franco e Anderson Gomes: “Até porque [no debate] não falaram nada sobre isso e não teve entrevista depois para perguntar”.

No entanto, o que interessa para a análise não é a matéria produzida em si, mas o teor das mensagens trocadas pelas chefias da ABr, que revelam tentativas de controle da informação.

O comunicado do gerente de redação da ABr em Brasília, Roberto Cordeiro (Figura 11), foi enviado para a sucursal carioca no calor do homicídio, apenas um dia após o sepultamento de Marielle Franco. Dizia: “Essas homenagens do PSOL são para tirar proveito do momento. Ou outras repercussões do gênero. Devemos nos concentrar nas investigações e naquilo que dizem as autoridades”.

### **Figura 13 – Reprodução de postagem na página *Ceticismo Político***

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/projeto-piloto-vai-regularizar-imoveis-de-tres-comunidades-no-rio>. Acesso: 05 nov.2019.

# CETICISMO POLÍTICO

ANÁLISES NOTÍCIAS NOTAS

Início > Notícias > PT e PSOL desrespeitam o cadáver de Marielle ao utilizá-la para fins...

Notícias

## PT e PSOL desrespeitam o cadáver de Marielle ao utilizá-la para fins políticos e torpes

Por **Roger Roberto** - 15 de março de 2018

👁 595 💬 0



**Fonte:** *The Intercept Brasil*. **Crédito:** *The Intercept Brasil* (2018).

Estes dizeres da mensagem de Cordeiro (Figura 11) parecem insinuar uso político, posição semelhante ao teor do que foi reproduzido em sites e redes sociais por pessoas e páginas que buscavam desqualificar os protestos e comoções favoráveis à Marielle naquela ocasião<sup>58</sup>, como mostra a Figura 13.

Abrindo um pequeno parêntese a título de conhecimento, em 10 de abril daquele mesmo ano, Alberto Coura é exonerado do cargo, após denúncias de assédio moral contra uma das jornalistas e fontes desta pesquisa, Isabela Vieira<sup>59</sup>, jornalista que trabalha com comunicação pública desde 2007, quando foi funcionária da Radiobrás. Coura verbalizou publicamente ofensas e ataques à jornalista e já acumulava acusações adicionais, inclusive a de que assumiu o cargo para controlar conteúdos e atuar como um censor interno (VIEIRA, 2019).

<sup>58</sup> Matéria de Andrew Fishman no *The Intercept Brasil* reúne uma coletânea de postagens em sites e redes sociais de perfis em geral que buscaram deslegitimar os protestos e a indignação sobre o assassinato. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/15/marielle-franco-assassinato-direita-politicagem/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://fenaj.org.br/gerente-executivo-da-agencia-brasil-e-exonerado-do-cargo-apos-denuncia-de-assedio-moral/>. Acesso em: 21 jan.2020.

**Figura 14 – Protesto de empregados da Agência Brasil em Brasília**



**Fonte:** MORAIS (2018). **Crédito:** desconhecido.

Diante da situação, no mesmo dia em que os e-mails foram publicados pela imprensa, funcionários da ABr de Brasília protestaram, exibindo uma faixa com os dizeres: “Não vão nos calar! Marielle presente!” (Figura 14). Outro desdobramento foi uma nota assinada por representantes de trabalhadores da EBC, que foi publicada, entre outros, pelo site do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (NOTA..., 2018) e fala em jornalismo sequestrado na EBC: “O governo, assim, diz que auxilia a investigação do caso, mas pede que diminua a cobertura pela EBC. Um jogo duplo grave contra a democracia”. Tanto a nota, como o ato público dos jornalistas (Figura 14), deram-se enquanto uma reação ao material publicado pela imprensa.

Como em outros episódios estudados, a exemplo dos capítulos 4.2 *A exclusão integral de matérias da Agência Brasil* e 4.3 *Primeiramente Fora Temer e o jornalismo da TV Brasil*, não se sabe exatamente se se trata de uma

ordem direta da direção da empresa ou de autocensura dos próprios funcionários do alto de suas hierarquias.

Nesta ocorrência específica, desconhece-se se a orientação para reduzir as notícias sobre Marielle Franco advém de uma proibição direta, por exemplo, do diretor-presidente da companhia para os gerentes da ABr em Brasília; ou se foi uma decisão particular tomada pelo jornalista em seu cargo de gerente do veículo, naquela ocasião, função exercida por Roberto Cordeiro. Por isso, é válido investigar mais.

Ao discutir autocensura, Medina (2002) relata justamente a ambiguidade da censura e a dificuldade de rastreá-la. A pesquisadora conta que quando trabalhou como repórter no jornal *OESP*, na década de 1970, muitas vezes, seu texto era vetado ou editado, suprimindo certos temas; na dúvida, ela dirigia-se ao proprietário do jornal para questionar se o assunto estava de fato impedido. Para sua surpresa, a autora relata que, na maior parte das vezes, o dono do jornal sequer conhecia a proibição. Portanto, tratava-se de autocensura.

Medina (2002) e Kucinski (1998) justificam que a prática de autocensura, como estudado no capítulo 2.3.4, foi herdada do período da ditadura civil-militar e se instalou sutilmente nas redações dos veículos, após a promulgação da Constituição de 1988. Seguindo esse raciocínio, a censura antes era operada por agentes do Estado e, na atualidade, segundo Medina (2002), passou a ser realizada pelos próprios jornalistas, a partir da estrutura hierarquizada das redações.

De qualquer forma, em ambas as situações – ordem direta do comando da EBC ou autocensura por parte das gerências – há censura, pois são identificados direcionamentos explícitos com o objetivo de reduzir a frequência dos assuntos sobre Marielle Franco do noticiário, em um momento em que o assassinato da ex-vereadora pautava diariamente os veículos de comunicação do país e também a imprensa internacional. Nesse sentido, a situação se configura, como em outros episódios já estudados anteriormente neste capítulo 4, de maneira a fragmentar, aplacar ou banir temas considerados

desinteressantes. Ou seja, para Mattos (2005) e Dines (2010) a circunstância se caracteriza como censura jornalística.

Complementarmente, como já enfatizado nesta pesquisa, estudar censura na atualidade é uma tarefa complexa. Por isso, Costa (2017) propõe e elabora uma série de critérios para classificar e qualificar se determinada situação é censura ou não. Desse modo, para não incorrer em dúvidas a respeito desta situação, retoma-se aqui o método proposto pela autora, estudado no capítulo 2.3.5, que delimita oito critérios que servem de baliza para identificar uma situação de censura, do qual ressaltamos alguns deles para a presente análise:

1 - A censura é um ato que visa a alterar, modificar, silenciar, interditar manifestações de produção simbólica: livros, revistas, charges, encenações teatrais, músicas, danças, pinturas, desenhos, **notícias**, conteúdos digitais, *games*. 2 – Esse ato tende a fazer com que o público, a quem a obra se destina, seja privado de seu conteúdo, contrariando o desejo por seu(s) autor(es); 3 – É preciso que o ato censório se dê no espaço público ou nele repercuta (...); 4 – **a censura atua de forma a inibir certos conteúdos**, sua menção ou defesa, sua discussão, buscando apagar interpretações da realidade não oportuna a certos grupos. Tende também a promover autocensura. Isso significa que a principal motivação do ato censório e que o caracteriza é seu cunho ideológico; (...) 8 – a censura, onde quer que se manifeste, é sempre política, tem a ver com o exercício de poder, com privilégios, com dominação (...) (COSTA, 2017, p. 21, grifos meus).

A partir dos critérios acima indicados, em primeiro lugar, a notícia é classificada como uma produção simbólica, portanto, um objeto passível de ser censurado; em segundo lugar, de fato, com a explícita orientação para se reduzir a cobertura e a produção noticiosa sobre Marielle Franco, o público foi tolhido, sendo privado do conteúdo ou de partes dele; em terceiro plano, os fatos seriam reproduzidos e repercutidos em espaço público, de acesso irrestrito e gratuito: a Agência Brasil; em quarto lugar, observa-se, pelo teor das conversas publicadas (conforme Figura 11), uma orientação clara para que a pauta fosse veiculada de forma reduzida na ABr, o que para Costa (2017, p. 21), significa “apagar interpretações da realidade não oportuna a certos grupos”, caracterizando desse modo, segundo a autora, a censura como aparato ideológico; e por último, entende-se, não só pela investigação deste

fato, mas considerando-se também os demais subcapítulos deste capítulo 4, que um dos aspectos da censura é manifestar-se como uma ação de poder e de dominação a partir de interesses particulares. Observa-se, portanto, que todos os critérios elencados por Costa (2017) para identificar uma situação de censura são preenchidos.

Finalmente, este fato na ABr reforça, na prática, o teor de vários dos testemunhos selecionados no capítulo 4.1 desta pesquisa, sobre o funcionamento da censura e deliberado padrão de controle da informação jornalística nos canais da EBC durante o governo Temer. Naquela etapa da dissertação demonstra-se, a partir de trechos de várias entrevistas, que formas o controle e a censura ocorrem em prol dos ideais e interesses particulares do governo.

Adicionalmente, é possível ainda estabelecer ao menos outros quatro pontos analíticos para a reflexão:

1) Este episódio estudado reforça a percepção de Akemi Nitahara (2019) e de Décio Trujilo (2020) de que temas relativos a direitos humanos foram reduzidos a partir da entrada de Temer na presidência e eram boicotados frequentemente do noticiário da Agência Brasil; especificamente neste último fato, sobretudo, pois Marielle Franco intitulava-se ativista dos direitos humanos, feminista e lésbica, além de defender a tese de que o *impeachment* foi um golpe para tirar Dilma Rousseff da presidência (MAGALHÃES, 2019). Reduzir a cobertura sobre o assassinato significa, por conseguinte, limitar e reprimir a discussão na ABr, mesmo que indiretamente, de temas e bandeiras defendidas pela ex-vereadora, ou seja, assuntos ligados aos direitos humanos e as chamadas minorias;

2) Na hipótese de Abramo (2016), a exclusão de temas específicos ou de suas partes no momento da escolha da pauta é uma das principais formas que se tem para controlar o teor de um noticiário, estabelecendo um silêncio acerca de assuntos considerados inoportunos ou desinteressantes: ou seja, de acordo com Dines (2010) e Mattos (2005) esse tipo de omissão é uma das formas de censura na contemporaneidade. Nesse raciocínio, o noticiário, portanto, volta-se aos interesses das empresas de comunicação que, no caso

dos veículos da EBC, como visto, referem-se às particularidades de quem está no poder; complementarmente, esse comportamento por parte do governo inverte, inclusive, um dos principais valores da comunicação pública, conforme estudado no capítulo 1, que deve se curvar aos interesses da sociedade e não aos interesses particulares;

3) As diretrizes sobre o que poderia ou não para ser veiculado, no caso da Agência Brasil no Rio de Janeiro, não eram transmitidas aos repórteres abertamente; partiam em geral das chefias e se limitavam aos editores. Como observado na entrevista de Garoni (2020), esse comportamento também se evidencia na sucursal paulistana da TV Brasil. No trajeto da notícia até a sua publicação, observam-se, em alguns casos – a exemplo da censura aos movimentos e vozes opositoras às Reformas da Previdência e Trabalhista, conforme estudado no capítulo 4.5 –, cortes em uma ou mais instâncias hierárquicas de cada veículo, a fim de tornar o seu conteúdo mais ameno ao governo. É válido frisar que sobre essa temática da edição há uma diferença entre o processo que refina e adequa o conteúdo antes da publicação – tarefa em geral desenvolvida pelos editores – e o que ocorreu nos episódios estudados; a função, nesse caso da dinâmica das redações da EBC, foi outra, distinta: a de excluir fatos indesejados ou ameniza-los, tornando o conteúdo menos crítico ou acrítico ao governo, antes de ser veiculado. Segundo Mattos (2005 apud ABRAMO, 2016) e Dines (2010) esta é, pois, uma característica da censura, que incide sobre determinados temas e cujo veto se restringe até a estrutura hierárquica dos editores, de modo que repórteres permaneceram alheios;

4) De maneira semelhante às orientações dadas para vetar manifestações contrárias ao governo ou à figura de Michel Temer – conforme visto no subcapítulo 4.1 – a situação de censura prévia aplica-se aqui também: determinados assuntos já estavam taxados antes mesmo de a matéria ser desenvolvida e finalizada, privando o público e desgastando a rotina produtiva dos repórteres; exemplos dessa postura censória são encontrados nas entrevistas de Trujilo (2020) e Soares (2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da censura na contemporaneidade, como alerta Costa (2017), é complexo e entendido como uma tarefa para hermenêutas; por isso exige o aprofundamento em cada etapa da pesquisa, pois costumeiramente se confunde com ações judiciais, assédio digital, aspectos dos direitos humanos, entre outros – devendo ser, portanto, realizado a partir das circunstâncias, contextos e das contingências envolvidas.

Por essa razão, o capítulo 3 demarca que o processo de *impeachment* que culminou com a saída de Dilma Rousseff da presidência é entendido aqui, cientificamente, como um Golpe de Estado. Nesse cenário político e sob esta perspectiva do processo de *impeachment*, uma das primeiras medidas da gestão de Michel Temer foi a efetivação da MP 744/2016 – posteriormente transformada em Lei – que executou a primeira das censuras identificadas na EBC no período: a aniquilação do conselho curador, entendido como o principal elo entre a empresa e a sociedade. A extinção do conselho representa sim, na prática, mais uma forma de censura, pois silenciou a única voz de representação social presente na estrutura da empresa e, por conseguinte, extinguiu e apagou o seu papel imprescindível de reflexão sobre rumos do jornalismo da emissora e que detinha também poder deliberativo em certas ocasiões; a medida significou também o desmantelamento do caráter público da empresa.

Consequentemente, ao aniquilar o conselho curador e intervir no mandato do diretor-presidente da EBC, o governo Temer manteve a lógica de proselitismo que acomete os veículos públicos do país: intervenções com finalidades escusas e privadas e, por vezes, com o emprego de artifícios de censura. Portanto, o que vinha se estruturando como uma ruptura desse sistema na comunicação pública do país, em especial na EBC, entre 2008 e 2016 – ainda que com fragilidades e desafios –, não se efetiva nem avança, uma vez que o *impeachment* se constitui como um retrocesso à comunicação pública do país.

Pois bem, a censura à imprensa no contexto após a promulgação da Constituição de 1988 se desenha sem marcas institucionais de veto, a exemplo

de rasuras ou carimbos institucionais, típicos da fase da ditadura civil-militar, cuja identificação ocorre de modo mais explícito. Por isso, foi necessário compreender de que maneira a censura aos meios de comunicação se dá na contemporaneidade, fundamento essencial para esta pesquisa e cujo estudo contribui para o aprofundamento desta temática específica.

Outro aporte desta pesquisa, considerando-se a lógica proselitista e dado o contexto, sendo constantemente alvo de críticas, protestos em meios públicos e privados, ocorridos principalmente em 2016 e 2017, o governo de Michel Temer fez uso dos canais da EBC a partir de interesses particulares e com o expediente da censura para aplacar críticas, abafar opiniões e posições contrárias ao ex-presidente Temer e ao seu correspondente projeto de poder. E assim o fez por meio do uso da censura de temas considerados impertinentes ao governo, distorcendo-se, assim, fatos e ferindo a autonomia jornalística da empresa. Para tanto, inicialmente, o governo posicionou para o cargo de diretor-presidente da EBC, ainda durante o afastamento temporário de Dilma Rousseff, em maio de 2016, o jornalista Laerte Rímoli, que se mostrou leal e alinhado aos ideais da nova gestão instalada.

Foi sob o comando de Rímoli que as reuniões de pauta das redações tornaram-se escassas ou foram suprimidas, conforme relatos de Garoni (2020) e Richard (2017), localizados no capítulo 4.1, impedindo a discussão dos assuntos e como seriam abordados pelos repórteres. Ademais, a gestão de Rímoli foi marcada por trocas aleatórias de jornalistas setoristas para áreas as quais não tinham nenhuma experiência – o que vai totalmente à contramão da lógica operacional do jornalismo – além de ser um fator que denota uma forma de desarticular os profissionais e facilitar o controle da informação.

E por falar sobre controle de dados, conforme a pesquisa demonstrou, o mecanismo censório foi além de manipular conteúdos e informações. Assim, registra-se ainda uma série de censuras durante o período estudado: a) dos protestos Fora Temer no carnaval de 2017, especialmente na ABr, detalhadas no capítulo 4.4; b) de manifestações contrárias às Reformas Trabalhista e da Previdência, abordadas em seguida, no capítulo 4.5; c) e finalmente do apagamento total de matérias do site da Agência Brasil, conforme capítulo 4.2.

Os atos de censura em si identificados nesta pesquisa foram empregados não de modo aleatório: a ação censória tinha endereço demarcado e até orientações claras repassadas a editores, por exemplo, para vetar protestos “Fora Temer” e greves contrárias às pautas governistas. Apesar de não haver elementos para classificar o período como uma censura sistêmica, ou seja, cotidiana e rotineira, sendo, portanto, situações pontuais, foi detectado que a absoluta maioria dos vetos foram impostos à temas políticos, relacionados diretamente a vozes e protestos de oposição ao governo federal, fator que denota outro aspecto da censura presente neste estudo: o intrínseco exercício de poder com fins ideológicos.

Sugere-se então uma categorização dos mecanismos de censura estudados no capítulo 4, da seguinte maneira e em quatro etapas:

a) O apagamento por completo de conteúdos já publicados em ambiente online, no site da Agência Brasil, conforme estudado no capítulo 4.2;

b) Cortes, mutilação, sumiço e/ou supressão de trechos específicos como forma de aplacar críticas ao governo ou restringir esse aspecto do público – contrariando o desejo de seus autores e distorcendo o sentido real da informação, que adquire outro significado e contexto. Identifica-se tal mecanismo nas análises dos capítulos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5;

c) Censura prévia por meio da vigilância e do controle de assuntos antecipadamente interditados – especialmente em alusão a manifestações “Fora Temer” –, que são alterados e suprimidos, impedindo que chegassem ao público. Evidencia-se esse mecanismo em pelo menos três das situações estudadas: os protestos Fora Temer presentes nas festas de carnaval em 2017; na cobertura radiofônica de greves ocorridas entre março e abril de 2017; e no capítulo 4.6 sobre o assassinato de Marielle Franco;

d) Autocensura – talvez o mais arduo mecanismo de ser identificado, justamente por ser uma forma de censura que costuma não deixar marcas e ao mesmo tempo age de modo eficaz. O mecanismo é discutido, entre outros, no capítulo 4.6.

O sujeito censor, por sua vez, no papel de vigiar, controlar, censurar e submeter a linha editorial dos veículos da EBC aos interesses do poder situa-

se internamente, ou seja, é exercido pelo próprio jornalista trabalhador da EBC, que por vezes ocupa cargos hierárquicos mais altos, próximos ao diretor-presidente da empresa, indicados com base no alinhamento ideológico e lealdade ao governo, a exemplo dos gerentes da Agência Brasil, Roberto Cordeiro e Alberto Coura (que chegou inclusive a ser denunciado por jornalistas da EBC por cumprir essa função de censor), como indicado no capítulo 4.6. De outro lado, estes censores potencialmente atuaram em conjunto com o próprio diretor-presidente da EBC, inicialmente trocado de modo controverso e ilegal ainda no período interino de Michel Temer enquanto presidente.

Este aspecto da figura do censor apresenta-se, inclusive, em acordo com os estudos de Medina (2002), que indicam que a censura, no contexto pós-Constituição de 1988, infiltrou-se de forma autoritária e sutil no interior da estrutura hierárquica das redações, enraizando-se e agindo em conformidade com alinhamentos ideológicos. Tal hipótese também aparece nos depoimentos de algumas das fontes entrevistadas, como Nitahara (2017) e Vieira (2019).

Esse conjunto de censores, alinhados com o *impeachment* de 2016 e arrançados nos cargos da EBC, foram alocados para assegurar, vigiar e até punir trabalhadores – como no caso relatado por Garoni (2020), em que uma colega foi destituída de sua equipe, bem como a demissão de Trujillo, decorrente de uma publicação que desagradou o governador de São Paulo. Este esquema de vigilância e de censura cumpriu um importante papel: assegurar a ideologia governista como verdadeiros “cães de guarda” da produção noticiosa da EBC (KUSHNIR, 2004).

Por sua vez, a dissertação apresenta limitações. Para maior profundidade da investigação, poder-se-ia eleger apenas um dos veículos da empresa, ao invés de três, o que resultaria em uma análise mais delimitada e menos ampla. Além disso, no capítulo sobre o assassinato de Marielle Franco, a análise poderia abranger também o modo como o assunto apareceu em outros veículos e jornais, resultando em um estudo comparativo e qualitativo em relação à cobertura da ABr.

Por outro lado, esta dissertação pode servir de base para futuras pesquisas sobre a temática da censura ou do jornalismo praticado pela EBC entre 2016 a 2018, um momento decisivo da história do país. As entrevistas coletadas se estabelecem historicamente como registro de seu tempo, fornecendo subsídios para investigações a respeito das mudanças na EBC e/ou sobre o estudo da censura na atualidade, pois como sugere Costa (2017, p. 16), é necessário criarmos “nossos próprios arquivos de análise, numa época em que toda informação se torna efêmera, temporária, privada e fugaz”.

Ainda outra possibilidade de estudos que se abre no horizonte prevalece sobre a dinâmica e manutenção da censura ao jornalismo da EBC; dessa vez, sob o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

Isso porque, a partir de 2019, houve uma série de indícios e de denúncias sobre censura compiladas pelos trabalhadores da EBC e também divulgadas pela imprensa nacional, como em uma coluna de Mônica Bergamo publicada em 17 de setembro de 2020 pela *FSP*<sup>60</sup>, que trata do segundo dossiê (o primeiro foi produzido durante o governo Temer e utilizado nesta pesquisa) organizado por funcionários da empresa junto com sindicatos e assinado também pela FENAJ, que contabilizaram 138 denúncias de censura ou governismo em pautas e matérias da EBC, entre janeiro de 2019 e julho de 2020.

Há mais situações que parecem agravar o quadro do jornalismo da EBC: no contexto da pandemia do novo corona vírus, segundo coluna de Guilherme Amado no site da Revista *Época*<sup>61</sup>, houve uma ordem para censurar qualquer tipo de crítica ou opinião contrária ao presidente após uma declaração em que criticou o fechamento de escolas e atacou governadores e a imprensa; em março de 2019, jornalistas da EBC denunciaram que foram proibidos de usar as palavras “golpe” e “ditadura” para se referir aos 55 anos do Golpe de

---

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/09/dossie-mostra-censura-e-governismo-em-reportagens-da-ebc-ligada-ao-governo-federal.shtml>. Acesso em: 13.11.2020.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ebc-ordenou-censura-reacoes-pronunciamento-de-bolsonaro-24328310>. Acesso em: 13.11.2020.

Estado, que culminou com a instauração, a partir de 1964<sup>62</sup>. Ademais, temas relacionados ao assassinato de Marielle Franco potencialmente tornou a ser censurado<sup>63</sup> na EBC no contexto do governo Bolsonaro.

Sendo assim, entende-se que esse latente cenário de censura na EBC diante do primeiro ano do governo Bolsonaro possui um ponto de partida: as mudanças e acontecimentos que marcam a empresa durante o governo de Michel Temer. Daí também a importância dos registros e estudos desta dissertação.

É imprescindível demarcar – mesmo distinguindo-se historicamente cada tempo e evitando-se anacronismos – o entrecruzamento e a recorrência de temas pertinentes ao passado e ao presente do país: as (in)gerências na comunicação pública com o contumaz proselitismo; e especialmente a censura à imprensa, que se mantém, embora com novos traços, novas origens e procedimentos. Ao que parece, teremos outros capítulos mais para serem incorporados à história da censura do país e para decifrar essa censura que se apresenta de forma sutil, indireta e difusa, porém, recorrente. O nosso esforço segue então na direção destes estudos e é desta forma que essa pesquisa se coloca.

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/empregados-da-ebc-denunciam-censura-as-palavras-golpe-e-ditadura/>. Acesso em: 13.11.2020.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/10/16/acoes-questionam-censura-a-imagem-de-marielle-franco-na-ebc> e <https://veja.abril.com.br/blog/radar/em-carta-jornalistas-reclamam-de-censura-sobre-caso-marielle-na-ebc/>. Acesso em: 13.11.2020.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa** / Perseu Abramo ; com colaborações de Laura Caprigliole ... [et al.]. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

AB'SÁBER, Tales. Michel Temer e o fascismo comum. São Paulo: Hedra, 2018.

A GREVE geral paralisou o transporte público, bloqueou estradas e afetou serviços. **TV Brasil**. Brasília, 01 maio 2017. Repórter Brasil. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/a-greve-geral-paralisou-o-transporte-publico-bloqueou-estradas-e-afetou>. Acesso em: 01 fev. 2020.

AS GREVES e as manifestações pelo Brasil em 15 de março. **Revista Exame**, 16 março 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ao-vivo-a-greve-geral-e-os-protestos-pelo-brasil-nesta-quarta/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário** (1968-1978). Bauru: Edusc, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepulturas. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) **Minorias silenciadas**. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial; Fapesp, 2002.

BASSO, Clarice. Entrevista concedida ao pesquisador. Rio de Janeiro, 06.out. 2017.

BARRETO, Carol. Entrevista concedida ao pesquisador por e-mail. Londrina, Set. 2017; Set. 2018; Out. 2019.

BARRETO, Carol. Publicação on-line [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por comunica.gruiz@gmail.com.br em 01 novembro 2019a.

BARRETO, Carol. Jornadas de Junho foram marcadas por pluralidade de grupos nas ruas, avalia especialista. **Agência Brasil**. 2018. Disponível em: <[http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria\\_id=All&page=1](http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria_id=All&page=1)>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BEDINELLI, Talita; MARTÍN, Maria. **Milhares protestam contra as reformas do Governo Temer**. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/politica/1491007616\\_060512.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/politica/1491007616_060512.html). Acesso em: 26 jan. 2020.

BEIRÃO, Nereide. Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/manual\\_de\\_jornalis](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/manual_de_jornalis)

[mo\\_ebc.pdf](#). Acesso em: 23.jan.2019.

BUCCI, Eugênio. Mídia privada, mídia pública e intervenções do Estado brasileiro. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010a. p. 135-144.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? Novos estudos - **CEBRAP** n.88, São Paulo, Dez. 2010b.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas: uma avaliação contemporânea. **Série Debates CI**, Brasília, n. jul. 2012, p. 1-36, 2012. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002445084.pdf>.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**: A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2018.

BUZALAF, Márcia Neme. **A censura no Pasquim (1969-1975)**: as vozes não-silenciadas de uma geração. 2009. 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

CANTORA Doralyce se apresenta no Centro Cultural Justiça Federal. **TV Brasil**, Rio de Janeiro, 26 janeiro 2017. Repórter Rio. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterio/episodio/cantora-doralyce-se-apresenta-no-centro-cultural-justica-federal>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Carta Aberta dos trabalhadores da EBC. **Um Bom Conselho**, 05 abril 2017. Disponível em: <<https://umbomconselhoebc.wordpress.com/2017/04/05/trabalhadores-da-ebc-denunciam-censura-e-indicam-participacao-na-greve-geral/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARVALHO, Laura de. **'Fora Temer' no Carnaval escancara impopularidade do governo**. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/03/1862927-fora-temer-no-carnaval-escancara-impopularidade-do-governo.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC. **EBC afronta Justiça e mantém assédio a trabalhadores.** 2018a. Disponível em: <<https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/2018/09/05/ebc-afronta-justica-e-mantem-assedio-a-trabalhadores/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC. **Entidades de trabalhadores da EBC estruturam GT para sistematizar casos de censura e linha editorial governista nos veículos da casa.** 2018b. Disponível em: <<https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/2018/06/26/entidades-de-trabalhadores-da-ebc-estruturam-gt-para-sistematizar-casos-de-censura-e-linha-editorial-governista-nos-veiculos-da-casa/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Isto não é censura: a construção de um conceito e de um objeto de estudo. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). **Privacidade Sigilo Compartilhamento.** São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2017. p.10-25.

\_\_\_\_\_. Pós-censura – enquanto discutir for permitido. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (Org.). **Pós-tudo e crise da democracia.** São Paulo: Palavra Aberta, 2018.

COSTELLA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1970.

COSTELLA, Antônio F. A censura nos Impérios Lusitano e Brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da Mordaza:** Mídia e censura no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007. p.31-41.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva; VIEIRA, Allana Meirelles. Participação e autonomia relativa no Conselho Curador da EBC. **Comunicação e Sociedade**, vol. 30, 2016, pp. 187 – 204 doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2493](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2493).

DINES, Alberto. A mídia como campo de batalha. In: MEDINA, Cremilda (Org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010. p. 125-133.

ENTIDADES repudiam MP que destrói caráter público da EBC. **Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública**, 2 setembro 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/posts/1667541700229824:0>. Acesso em: 30 jan. 2020.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas **Líbero** – São Paulo – v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. de 2016.

FILHO, Laurindo Leal. A TV pública. In: HAMBURGUER, Esther; BUCCI, Eugênio (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.153-165 p.

FILHO, Laurindo Lalo Leal. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia. In: LOPES, Rui Sardinha (Org.). **SOCICOM debate**: a comunicação pública em questão: crise na EBC. São Paulo: SOCICOM, 2016.

FILHO, Laurindo Lalo Leal. Comunicação Pública. In: GONÇALVES, Mírian (Org.). Encyclopedia do Golpe – Vol.2: o papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018.

FIOCRUZ se manifesta contra desrespeito à eleição para presidente da instituição. 30 dezembro 2016. **ISTO É**. Disponível em: <https://istoe.com.br/fiocruz-se-manifesta-contradesrespeito-a-eleicao-para-presidente-da-instituicao/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FOLIÕES e blocos protestam contra o presidente Temer no carnaval pelo país. 28 fevereiro 2017. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/carnaval/2017/noticia/folioes-e-blocos-protestam-contrao-presidente-temer-no-carnaval-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

‘FORA Temer’ é o grande grito do Carnaval 2017. **Rede Brasil Atual**, 28 fevereiro 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2017/02/2018fora-temer2019-e-o-grande-grito-do-carnaval-2017/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

“FORA Temer” marca carnaval 2017 em todo o Brasil. **TVT**, São Paulo, 27 fevereiro 2017. Disponível em: <http://www.tvt.org.br/fora-temer-marca-carnaval-2017-em-todo-o-brasil>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

“FORA Temer” vira hit no carnaval nas principais cidades do país. **Congresso em Foco**, 01 março 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/fora-temer-vira-hit-no-carnaval-nas-principais-cidades-do-pais/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

GOIS, Ancelmo. Ministro da Saúde mostra que não é muito chegado a práticas democráticas. 30 dezembro 2016. **O Globo**. Disponível em: <https://outline.com/bLRYHC>. Acesso em: 01 fev.2020.

Goulart, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: CNPq / Editora Marco Zero. 1990.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 533-551.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. Introdução: Sobre crises e golpes ou uma explicação para Alice. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Org.). **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FREIXO, Adriano de; KALIL, Mariana. Repercussões internacionais do Golpe de 2016. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Org.). **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: SINGER, A. [et. al]; JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M (Org.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LUZ, Cristina Rego Monteiro da; NITAHARA, Akemi. As origens da EBC - Marcos Fundacionais e Legais da Empresa Brasil de Comunicação. Trabalho apresentado no GT Comunicação pública, popular ou alternativa. Brasília: **Ulepicc**, 2018.

LUZ, Cristina Rego Monteiro da; NITAHARA, Akemi. Comunicação pública no Brasil: indicativos na historiografia da EBC. Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do 12º Encontro Nacional de História da Mídia. 2019.

LUZ, Cristina Rego Monteiro da; NITAHARA, Akemi. Da expansão ao retrocesso: mudanças na Agência Brasil de 2015 a 2018. Revista **Pauta Geral- Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 6, n. 1, p. 95-111, Jan/Jun, 2019a.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1 - 5. ed.** - São Paulo : Atlas 2008.

MARQUES, Joseti. Relatório da Ouvidoria (Abril/2017). 2017. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/4\\_-\\_relatorio\\_da\\_ouvidoria\\_abril\\_2017\\_web.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/4_-_relatorio_da_ouvidoria_abril_2017_web.pdf)>. Acesso em: 16.jan.2020.

MARQUES, Joseti. Relatório da Ouvidoria (Abril/2017). 2016. Disponível em: <[https://www.ebc.com.br/sites/\\_institucional/files/atoms/files/relatorio\\_mensal\\_maio\\_2016\\_-\\_web.pdf](https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_mensal_maio_2016_-_web.pdf)>. Acesso em: 16.jan.2020.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MATTOS, Sérgio. O jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Maria Cristina Carneiro (Org.) **Seminários sobre censura**: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Balão Editorial; Fapesp, 2012, p. 101-114.

MARQUES DE MELO, José. Síndrome da mordça: a maldição da censura no Brasil. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da mordça**: mídia e censura no Brasil (1706- 2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007. p.17-27.

MEDINA, Cremilda. PARTE V - Informação Lapidada. As múltiplas faces da censura. In: **Minorias Silenciadas**: História da Censura no Brasil / Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). - São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002. p.421-434.

MENDONÇA, Heloísa; MARTÍN, Maria. **As ruas do Brasil voltam a se agitar, agora contra a reforma da Previdência**. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/15/politica/1489610399\\_470699.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/15/politica/1489610399_470699.html)>. Acesso em: 26 jan. 2020.

MILANEZ, Liana. Televisão pública: riscos e recuos. Percursos de duas televisões que renascem no novo século: Senãl Colombia e TV Brasil. In: **Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, II., 2016, São Paulo, SP. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, PROLAM/USP, 2016, p. 1-16. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Liana\\_Pereira\\_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Liana_Pereira_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf). Acesso em: 08.jul.2018.

MORAIS, Fernando. **EBC censura matérias sobre a execução de Marielle Franco**. 2018. Disponível em: <https://nocaute.blog.br/2018/03/20/ebc-censura-materias-sobre-a-execucao-de-marielle-franco/>. Acesso em: 22 out. 2019.

NITAHARA, Akemi. Entrevista concedida ao pesquisador por e-mail. Londrina, jun e jul. 2017; jul.2018; out. 2019.

Nota: o jornalismo sequestrado na EBC. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal** (SJPDF), Brasília, 20 março 2018.

Disponível em: <<http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/3610-nota-o-jornalismo-sequestrado-na-ebc>>. Acesso em: 21 jan.2020.

PRESIDENTE Michel Temer é alvo de protestos em meio à folia nos blocos. 28 fevereiro 2017. **Globo News**. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/carnaval-2017/videos/t/carnaval-pelo-brasil/v/presidente-michel-temer-e-alvo-de-protestos-em-meio-a-folia-nos-blocos/5689188/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

RICHARD, Ivan. Entrevista concedida ao pesquisador por telefone. Londrina, 01 jul. 2017. (29'36"): gravação em áudio.

RITA Freire critica extinção de conselho da EBC; Melo recorrerá de exoneração. 02 setembro 2016. **Jovem Pan**. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/rita-freire-critica-extincao-de-conselho-da-ebc-melo-recorrera-de-exoneracao.html>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

RUIZ, Gabriel Pansardi. A EBC no Governo Temer: Desmonte e a Institucionalização da Censura. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. **Anais...Curitiba**, 2017. p.1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2017/resumos/R12-0802-1.pdf>. Acesso: 08.nov.2018.

RUIZ, Gabriel Pansardi. Censura e a atividade jornalística nas eleições de 2018. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (Org.). **Liberdade de expressão: questões da atualidade**. São Paulo: ECA/USP, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/408>. Acesso: 12.nov.2019. p.184-198.

SAKAMOTO, Leonardo. **Blocos gritam "Fora, Temer!": O que acontece no Carnaval fica no Carnaval?**, 2017. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/03/01/blocos-gritam-fora-temer-o-que-acontece-no-carnaval-fica-no-carnaval/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SILVA, Acsa Roberta Macena da; VELOSO, Ana Maria da Conceição. 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2012, Belém. *A cobertura da greve geral de 2017 pelo telejornal Repórter Brasil*. São Paulo: **Intercom**, 2019a. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0063-1.pdf>. Acesso em: 01, fev 2020.

SILVA, Acsa Roberta Macena da; VELOSO, Ana Maria da Conceição. Os reflexos de controle e censura no telejornal Repórter Brasil. **Revista Iniciacom**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.1-13, set. 2019b. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/3270>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SIMÕES, Inimá. Nunca fui Santa (episódios de censura e autocensura). In: HAMBURGUER, Esther; BUCCI, Eugênio (Orgs.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 p.65-94

SINDICATO dos Jornalistas questiona EBC sobre censura no carnaval. **Brasil de Fato**, 01 março 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/01/sindicato-dos-jornalistas-questiona-ebc-sobre-censura-no-carnaval/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SOARES, Valentina. Entrevista concedida a Gabriel Pansardi Ruiz. Londrina, 17 e 18 fev.2020 e 18.mar.2020.

TRABALHADORES denunciam mais de 60 casos de censura e governismo na EBC. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF)**, Brasília, 29 agosto 2018. Disponível em: <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3722-trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casos-de-censura-e-governismo-na-ebc>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TRUJILLO, Décio. Entrevista concedida a Gabriel Pansardi Ruiz. Londrina, 8 e 22 jan.2020.

VALENTE, Jonas. SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO DO BRASIL. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: Experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009a. p. 25-46. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/sistemas-publicos-de-comunicacao-no-mundo-a-experiencia-de-doze-paises-e-o-caso-brasileiro/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VALENTE, Jonas. SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO DO BRASIL. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: Experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009b. p. 269-287. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/sistemas-publicos-de-comunicacao-no-mundo-a-experiencia-de-doze-paises-e-o-caso-brasileiro/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. SISTEMAS PÚBLICOS DE COMUNICAÇÃO: PANORAMA ANALÍTICO DAS EXPERIÊNCIAS EM DOZE PAÍSES E OS DESAFIOS PARA O CASO BRASILEIRO. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: Experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009c. p. 291-318. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/sistemas-publicos-de-comunicacao-no-mundo-a-experiencia-de-doze-paises-e-o-caso-brasileiro/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

VALENTE, Jonas. **TV Pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Dissertação de mestrado – Faculdade de Comunicação - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 210f. 2009d.

VILELA, Pedro Rafael. **Brasil tem pior cenário de pluralidade da mídia em 12 países analisados pelo RSF**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/brasil-tem-pior-cenario-de-pluralidade-da-midia-em-12-paises>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – ENTREVISTA CLARICE BASSO

Clarice Basso é jornalista e concursada na EBC; trabalha na Empresa desde 2012, atuando primeiro em São Paulo e posteriormente na redação da TV Brasil no Rio de Janeiro, como repórter e como pauteira. Atualmente (fevereiro de 2020) trabalha fazendo pauta, produção e reportagem do programa Sem Censura da TV Brasil. Foi da Comissão de Empregados em 2014 e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em 2015 e 2019. A entrevista foi realizada pessoalmente na capital carioca, em 06 de outubro de 2017.

**Clarice, pesquiso o tema da censura na EBC, conforme te adiantei, sobre o atual cenário da empresa nesse sentido, o que se pode dizer em relação ao trabalho que você desenvolve?**

Acho que é bem importante quando vai falar em censura na EBC, principalmente nesse momento de agora, esclarecer que sempre houve ingerência e alguma interferência e inclusive censura sim; eu só posso falar desde quando entrei, em 2012, quando era o governo Dilma. Acredito que não tenha sido muito diferente na criação da empresa no governo Lula. Sempre houve interferência e ingerência política e, num grau muito menor, censura também. Mas, assim, piorou bastante do ano passado pra cá.

Os momentos muito específicos que me lembro de ingerência, por exemplo, em São Paulo, na época o gerente executivo lá era o Florestan Fernandes, já nos davam as pautas, o pessoal que era nosso coordenador, entregavam as pautas e diziam, olha, fulano de tal o Florestan gosta muito, fulano de tal fala bem e é amigo do Florestan, você pode falar com ele sobre essa pauta, pode agendar com ele. Comigo, porém, nunca aconteceu de eu marcar outra pessoa por A ou por B e dizerem que não podia. Mas, sei de casos de colegas em que isso aconteceu. Tipo, você pode entrevistar esse daí também, mas entrevista o fulano, marca, agenda com ele, sabe? Tinha muito

desse ponto sim. Quando vim pro Rio isso acontecia de forma piorada eu achei.

Não sei até que ponto era uma questão de política da empresa, de política lá em cima, que ficava em Brasília e a gente não tinha contato direto; ou se eram os nossos gerentes que... assim... o súdito tentando ser maior que o rei, sabe? Querendo agradar e quer interferir, quer dizer que tem que ser fulano, que tal assunto não pode abordar. Eu me lembro muito especificamente de uma matéria que foi editada por uma amiga minha que falava sobre problemas nas casas estudantis das universidades federais. E com isso mais um monte de problemas apareceram. E lembro que a gerente ficou alucinada... porque na verdade, assim, parece que a pauta não era exatamente sobre problemas gerais, era alguma outra coisa da universidade. Mas, chegando lá, a casa dos estudantes estava caindo aos pedaços, cheia de problemas e a matéria acabou virando a situação que estava ali. A gerente ficou puta, chamou todo mundo na sala dela e disse, “não pode ser isso!” E tal. Ela não disse, mas a percepção da minha colega foi: vocês querem me fuder fazendo uma matéria assim?

Quando tiveram as passeatas de 2013, essa mesma gerente tentou em alguns momentos dizer que não podia entrar bandeiras Fora Dilma; mas era sempre uma tentativa de explicação jornalística: “o movimento não é Fora Dilma, o movimento é contra o aumento das passagens, é sobre isso e aquilo, se a gente mostrar um cartaz Fora Dilma, vai parecer que a gente está distorcendo o que é o movimento. Tentava dar uma explicação jornalística, mas que pra mim não convence; porque tu vai pra rua, tu tem que julgar qual que é a demanda da manifestação. Então assim, chegaram a falar com os editores de imagens, chegou a ser mandado esses recados de que não era para pautar cartaz assim, assado. Eu soube, eu não estava na redação no dia, mas soube que a gerente entrou para olhar como estavam as imagens de uma manifestação, porque ia ser pro jornal da noite. O jornal da noite é acompanhado por Brasília com mais cuidado, em relação ao jornal do meio dia. Então o que vai para Brasília tem um olhar redobrado da gerência, da edição...

então me lembro que disseram que ela entrou na ilha de edição para ver se não ia aparecer cartaz Fora Dilma e tal.

O que noto agora, por exemplo, nas manifestações contra o Temer, é uma tentativa de... não vamos cobrir, de dizer, “não, isso aí não é pauta... não, não sei o quê...”; ou então uma ordem muito explícita de que (um tema específico) não é para aparecer, sem nem tentar dar essa desculpa, esse diálogo né.

Houve na época do carnaval (de 2017) foi dito claramente, isso não foi registrado por e-mail, mas dito que não era para colocar nada de Fora Temer e assemelhados.

### **Essa orientação então foi passada de modo oral?**

Isso, oralmente pelas chefias. Na época do carnaval, a gente estava com uma coordenadora de pauta aqui no Rio, que era uma pessoa de fora, era uma pessoa que recém tinha entrado na empresa, totalmente de fora. Escutei assim, que ela era ligada a alguém na Band e o Laerte (Rímoli), presidente da EBC, queria agradecer ali os seus amigos e colocou ela ali. Então ela era bem de fora do jogo político e não sacava essas coisas assim de que tem pessoas mais críticas... ela não sacou que ela estava numa empresa pública e que as pessoas não iam simplesmente aceitar o que ela dissesse. Ela disse numa reunião formalmente – aqui no Rio de Janeiro no carnaval todo mundo vai fantasiado pra redação, porque a gente sai (do trabalho) e vai pro bloco – e tinha um bloco Fora Temer e eu fui fantasiada de pata, fui com uma camiseta do Brasil de futebol e uma tiara que preendi um patinho de borracha e pus um nariz de palhaço. E fui trabalhar. Tinha gente de borboleta, por que que eu não posso estar de pato né? Cada um com a sua fantasia né (risos). Mas também não é todo mundo que vai fantasiado. Eu estava das mais fantasiadas e quando a gente entrou na reunião de pauta, a coordenadora perguntou: “e aí, qual que é o bloco hoje?”. Eu disse, é o Fora Temer na Cinelândia! Dai ela... não, não, isso a gente não pode cobrir. E eu, peraí, achei que você estava me perguntando em qual bloco eu ia e não que a gente já estava falando da pauta... ela começou a rir e desconversou, perguntei onde é que você vai, mas

assim né, só pra deixar claro que esse não é o bloco que a gente vai cobrir hoje. E eu, mas por que já tem outro ou por que a gente não pode? Ela só deu uma risadinha, sabe? Aí meio que ela se tocou que não poderia dizer claramente aquilo, que não poderia censurar.

A situação assim mais direta de censura mesmo que eu passei foi o seguinte. A gente tem sempre no nosso telejornal local dois estúdios de cultura por semana. Na época eu não era a responsável por agendar os estúdios de cultura, atualmente sou. Eu fazia a agenda e uma outra colega fazia o estúdio de cultura. Mas é claro que né, a gente trocava figurinha, até pra não repetir. Mas todo mundo sabia que não era eu a responsável por isso. Eu tenho um histórico já, que fui da comissão de empregados, todo mundo sabe quais são as minhas posições ideológicas; mas nunca ninguém contestou uma matéria minha ou de dizer, ah, a Clarice usa o espaço da TV para fazer propaganda ideológica. Acredito que estou na comunicação pública para dar espaço para o que não aparece nas outras TVs, então sempre que sugiro uma pauta vou priorizar questões de direitos humanos, questões relevantes para a população mesmo. Mas eu sempre ouço os dois lados. Pelo menos eu acho que sim. Nunca tinha ouvido uma contestação nesse sentido né.

Então essa colega marcava o estúdio de cultura e eu vi que tinha uma cantora super posicionada, tanto em questões do movimento feminista, como do movimento negro, porque ela é uma cantora negra né. E vi que ela iria fazer uma sequência de três shows e sair em turnê, até porque é uma cantora de Pernambuco, a cantora Doralyce. Achei bacana, relevante, eram três shows no fim de semana, todos a preços bem acessíveis, achei que valia e indiquei pra minha colega fazer o estúdio de cultura; ela é muito boa, gosto das letras dela, da voz dela... avalia aí se tu quer pro estúdio, não tenho o contato dela, mas tem a página no Facebook que podemos tentar trazer. E ela me disse, “ah eu acho ótimo, porque estou sempre trazendo atrações dos mesmos assessores”, pois a gente acaba, né, ficando com aqueles contatos muito fixos; “ah tô querendo coisa diferente, vamos trazer sim, consegue o contato dela”.

Procurei o contato dela no Facebook, expliquei o que era e passei o contato para essa minha colega e ela marcou. Deu a calhar que tinha um

congresso sobre feminismo acontecendo e tipo a música de trabalho da Doralyce era sobre feminismo, a gente olhou e pensou, nossa, fechou todas, perfeito. Aí no dia que ela veio cantar tinha o estúdio composto por mulheres organizadoras do congresso e com a Doralyce. Elas se encontraram no estúdio. Estava marcado previamente, todos os nossos estúdios de cultura são marcados previamente. E na hora de receber, minha amiga não estava, então eu descí e recebi; e até comentei com Doralyce sobre o congresso, sobre as convidadas, que isso tinha tudo a ver com a música de trabalho dela. Pra mim estava tranquilo que ela ia cantar a música de trabalho do CD que ela estava lançando, que era o “Miss Beleza Universal”.

Começou a entrevista e ela disse, “Primeiramente Fora Temer” e seguiu a entrevista; na entrevista abordaram a questão do feminismo com o trabalho dela, fazendo um link com o que tinha acabado de acontecer no estúdio. Ela falou sobre esse tema e não cantou a música de trabalho, que era a música mais conhecida dela. Cantou uma outra, que saía um pouco da questão do feminismo e ia mais para a parte da política nacional. Tinha uma parte que dizia assim, rasgaram o meu voto, meu voto não vale nada, etc. Vida que segue, quantos artistas que vão dar uma entrevista no Jô Soares e em vários veículos e dizem Primeiramente Fora Temer? Nunca nas vezes que eu marquei estúdio de cultura ou que outras pessoas marcaram, a gente combina qual música o cantor vai cantar, a gente só combina quantas músicas. Só. Noventa por cento dos cantores elegem cantar a música de trabalho. Mas, dizemos quanto, alguns perguntam o tempo, etc. E foi assim o combinado com ela. E nunca escutei alguém lá reclamar e dizer, mas pô, tinha que ser a música tal ou tal de trabalho. Nunca passei por isso, sabe? No máximo o pessoal diz para tocar uma música mais animada ou mais calma. Mas aí a gente avisa, você vai cantar e aí já vai fechar o telejornal, então tenta já cantar logo, senão pode ser que não dê tempo se a introdução for longa. E os cantores vêm em TV e já sabem isso, isso é o máximo que tu escuta é que não gostou da música.

Aí a gente tinha uma página dos funcionários, que tem muito chefe; tem gente que não é chefe mas avisa os chefes o que tá rolando nessa página. E

um funcionário colocou, tipo, olha, ainda temos espaços para fazer bons conteúdos e colocou o link desse telejornal lá. No dia seguinte foi normal meu dia de trabalho. Depois que um funcionário colocou na página, no outro dia, eu que não era coordenadora do programa fui chamada pelo meu gerente de pauta na sala dele pra conversar. Quando ele me chamou achei que era algo relativo a uma pauta que eu estava marcando. Fui lá tipo de rotina e não peguei gravador nem nada.

Aí ele, olha, a gente teve uma situação no estúdio de cultura. Ai eu, caralho, pensei (risos), que situação? Uma cantora que falou “Primeiramente, Fora Temer” e falou umas coisas sobre política. Mas a gente não pode deixar isso acontecer. Respondi: Como? E ele: foi você que marcou esse estúdio? A pessoa (colega de Clarice) está há um ano responsável pelo estúdio e a pessoa vem me perguntar se fui eu que marquei... não sou de sujar pra colega nenhum né. Ai eu disse, olha, não marquei, mas indiquei. Por quê? Porque a gente tem que cuidar das pessoas que a gente chama. Eu disse, não tô te entendendo, era um dia que tinha uma pauta sobre feminismo, tinha uma cantora feminista que está lançando um trabalho que fala sobre feminismo, ela tinha três shows seguidos no fim de semana, acho isso bem relevante pro estúdio de cultura, quando têm várias possibilidades de ver a atração né, a preço acessível, um dos shows era inclusive de graça. Então qual é o problema? É que você não pode chamar as pessoas aqui pra fazer militância, não podemos deixar desvirtuar o espaço da cultura pra política. Ai eu disse, olha só, eu não estou entendendo exatamente qual é a orientação, se a gente não pode chamar militante, quer dizer que tipo assim no dia do meio-ambiente eu não posso chamar nenhuma ONG que fale sobre o meio-ambiente? Nem toda militância é sobre política partidária, existem mil e uma formas de tu militar em diversas causas. Tu tá me dizendo então que não posso chamar determinados militantes? Não, eu tô dizendo que você não pode chamar pessoas que vão desvirtuar o espaço da cultura para falar contra um ou outro político, qualquer um. Ai eu disse, mas a única coisa que ela disse sobre política foi o Primeiramente Fora Temer, o restante da entrevista foi sobre feminismo, acho que ficou dentro da pauta né? Ah, ficou... Como que eu vou

impedir que alguém ao vivo fale primeiro isso primeiro aquilo? A ordem então é: quando eu marcar alguém eu tenho que dizer, você não pode dizer “primeiramente, Fora Temer”? Ou eu tenho que dizer você não pode falar de político nenhum? Enfim, sempre pautei dizendo qual é o tema da entrevista, nunca pautei dizendo o que ela pode ou não pode falar. E acho que esse não é o meu trabalho como pauta.

Até então, em nenhum momento eu usei a palavra censura e naquele momento ele me disse: eu não estou te censurando! Eu vivi na ditadura militar, eu sou contra a censura. Aí eu disse: mas eu não falei de censura. Aí ele ficou todo... Eu só estou te perguntando qual é a orientação, pois não estou sabendo pautar essas pessoas. Mas por exemplo, ele disse,, pelo perfil dela [Doralcyce] a gente já podia ter visto que ela ia fazer isso, olha só, ela diz que é militante. Sim, militante feminista, era um dia que a gente ia falar [sobre o assunto], achei apropriado, tô enganada? Mas ó, ela cantou na Ocupa MinC. Eu disse, Caetano também [se apresentou na Ocupa MinC], eu não posso marcar com Caetano? (Aumentando o tom de voz) Eu não estou falando disso! Eu disse, tá, do que você está falando então? Não tô te entendendo. Aí ele, é, eu acho que a gente tem que discutir melhor os estúdios de cultura. Eu disse, cara, eu acho que a gente tem que discutir melhor todas as pautas. Nessa época foi antes da situação do carnaval na redação. Eu disse, temos que discutir melhor todas as pautas, inclusive, a gente podia voltar a ter reunião de pauta, porque não estava tendo. E ele: claro, vamos voltar a ter reunião de pauta. Voltamos a ter reunião de pauta uma vez por semana e ele dizia, ah quero contribuir mais com os estúdios de cultura também, acho isso muito importante.

Voltamos a ter reunião de pauta e jamais um estúdio de cultura voltou a ser pauta da reunião. O que a gente marcava estava bom, sabe? Que é como sempre a cultura é tratada no telejornal: ninguém presta muita atenção.

**Essa questão da reunião de pauta, de ter cancelado, é uma circunstância agora?**

Não, na verdade, já não tínhamos reunião de pauta desde antes (do governo Temer). Tem muito funcionário que acha que reunião de pauta é perda de tempo. Dizem que tem reunião demais. Têm vários colegas da pauta que falam isso. Eu acho fundamental, porque é o momento de a gente ver o olhar de todo mundo sobre uma pauta. Para mim pode ser muito óbvia uma questão e para outros não é. Mas enfim, já tinha antes essa definição de não ter reunião de pauta, eu acho que isso é bem do Rio. Em São Paulo a gente tinha reunião de pauta; em Brasília sei que tem reunião de pauta, pelo menos uma vez por semana e nunca foi contestado; e lá sim que foi uma mudança bem marcada nessa gestão [pois as reuniões se tornaram escassas; os relatos de Ivan Richard apontam esse teor]. Uma coisa que a gente tinha e deixou de ter foi a reunião do conselho editorial. É um comitê formado por pessoas indicadas pela empresa, pelo diretor de jornalismo da empresa, por membros indicados pelos funcionários. Justamente para discutir linha editorial. Por exemplo, como fazer a cobertura de uma manifestação, se aparece um cartaz que não é o principal, a gente deve ou não deve mostrar? É um espaço para se debater essas coisas de forma global. Tipo, é dia do orgulho surdo e a gente quer abordar isso em todos os telejornais, como vamos abordar? De se ter linhas [de pensamento] de forma que seja uma questão de linha editorial mesmo. De se discutir pelos representantes dos próprios funcionários e não uma linha editorial que é por ordem de alguma chefia, entendeu? Aí é pra isso esse espaço. Esse comitê não foi formalmente extinto, diferente do conselho curador, que foi formalmente extinto com a mudança da lei. Esse comitê não foi. Mas, foi dito pelo nosso diretor de jornalismo que ele estava extinto, quando ele não está. E é ele que tem a responsabilidade de convocar as reuniões do comitê editorial e ele nunca mais convocou.

### **Isso desde quando a MP 744 entrou em vigor?**

Até um pouquinho antes, na verdade. A EBC passou por períodos absurdos em que ela não tinha presidente nenhum. Teve dias que ela teve dois presidentes.

Nessa época de sai-não-sai, o antigo presidente Ricardo Melo se aproximou dos funcionários. Todas as demandas que ele nunca atendeu... ele estava querendo apoio dos funcionários. A gente já queria há muito tempo e pleiteava que os funcionários tivessem decisão na escolha da gerência, dos cargos de coordenação e tal; a gente já tentava isso há muito tempo e a direção sempre cagou pra esse nosso pleito. Nessa época do golpe ocorrendo, andando, nessa coisa do Ricardo [Melo] sai-não-sai, é ou não presidente, ele aceitou que a gente enviasse uma lista tríplice e fizesse uma votação. E o diretor de jornalismo, Lourival Macedo, ele participou da votação, o nome dele nem chegou a acontecer; ele não foi o eleito, mas ele fazia parte da lista, sabe? Aí o Laerte Rímoli quando entrou, espertamente, disse que iria aceitar um dos diretores indicados dentro da lista tríplice e escolheu o mais próximo da linha dele. Foi assim uma jogada muito esperta, porque ele conseguiu muito apoio dos funcionários, porque olha só, o cara recém entrou e já está colocando um funcionário de carreira em um cargo de direção e tal. Só que o que aconteceu é que foi só esse, nenhum outro cargo foi dado para alguém de carreira, cargo grande. E apesar de a votação não ter sido finalizada, ele (Macedo) estava dentro dos indicados, mas depois ele nunca mais escutou nenhum pleito dos funcionários.

**Teve até um episódio envolvendo o Macedo que reclamaram por causa de mudanças de praça?**

Acho que foi... nossa já teve tanta coisa que a gente reclamou...

**Tem um tema que ficou na minha cabeça que você já trouxe alguns exemplos, mas que se der para extrair mais alguma coisa. Que é de diferenciar um período do outro, em relação à gestão da EBC...**

Acho que o mais concreto é a extinção do conselho curador. E isso do conselho editorial, que era meio apagado no início e por uma pressão dos funcionários ele voltou a ser bastante ativo. E agora ele está assim completamente calado. E dito pelo diretor de jornalismo que está extinto, mas não está. Isso é complicado.

**Esse ano teve reunião desse conselho?**

Não teve. Desde que teve a MP [744/2016], o Lourival foi eleito um pouco depois, ele fez uma ou duas reuniões, foi péssimo, ele não deixou o representante dos funcionários falar, tem relato oficial dessas reuniões, a gente pode recuperar isso... E depois disso, mesmo com os pedidos de ter novas reuniões, ele falou que estava extingo. Aí alguém mandou o manual de jornalismo que ainda está valendo, sem constar nada que estava extinto, mas nunca ocorreu reunião nenhuma. Então, tipo, ops, esquecemos de extinguir essa parte (risos).

**Uma última coisa talvez. Quando você fala assim, sempre teve interferência, mas isso ficou muito pior. No início da nossa conversa você traz um pouco isso. Daí você já relatou alguns casos, mas para além disso, não sei se uma sensação do dia a dia de trabalho, sabe, uma coisa mais do cotidiano, de que baixa uma nuvem assim...**

Sim, um clima muito mais pesado e o que acontece também é que a partir disso já começar a ter uma autocensura maior. As pessoas mesmo já dizem, “ah, nem adianta mandar essa sugestão de pauta porque não vai passar”; ou então, “ah, eu vou dar essa sugestão de pauta, mas assim, eu não vou poder marcar tal pessoa”. Aí eu já sei que a matéria vai ficar uma merda. Tipo, uma amiga que cuida sempre de matéria de saúde. Brasília não quer mais a Lígia Bahia, que é uma das maiores especialistas no país em questão de saúde pública, mas ela é uma pessoa super crítica do governo e às políticas públicas; e está mais crítica do que nunca. A gente marcou uma entrevista com ela e nunca vem por e-mail, nunca chega algo oficial, mas tipo na segunda entrevista disseram, não ela de novo não. Óbvio que sempre houve essa coisa de que não temos que ficar repetindo especialistas. Mas em alguns temas é o cara que fala. Aí é aquela coisa, vou fazer uma matéria e colocar só o que eles querem? Alguém que eu sei que não vai falar a verdade? Ou não vai falar a verdade sobre todos os ângulos, vai dar só um ponto de vista e tal. Daí fazer uma matéria pela metade, prefiro nem fazer.

Tem isso de que a censura piorou sim. Mas eu acho que a autocensura piorou. Aí uma coisa meio que vai alimentando a outra, sabe? Isso cansa, é um desgaste muito profundo. É uma coisa que cansa mesmo.

**Então o jornalista acata e é isso né... mas no seu caso, acho que você tem uma postura talvez mais...**

No meu caso, as matérias digamos mais sensíveis nunca caem pra mim. Porque a coordenação vai colocar essa matéria para alguém... do IBGE, que vai falar sobre números da economia; sempre vão definir outro colega pra cobrir. Aí, por exemplo, direitos humanos, coisas que sejam mais locais, cai pra mim, porque eles sabem que vou atrás, vou dar uma postura crítica, mas não vai bater de frente... cultura, eu adoro cultura, adoro o que eu faço e tal, mas não é todo dia que tenho uma cantora que vai dizer Fora Temer ao vivo. Então assim, deixa ela marcando cultura que..., sabe? Ela fica feliz, não incomoda a gente e blá, blá, blá, entendeu?

**E como você sente o restante da galera que trabalha com você? Acha que essa certa apatia da sociedade está presente?**

Assim, tem de tudo né. Tem gente que acha que não faz diferença, tem gente que se indigna, mas abaixa a cabeça. Essa apatia eu acho que está sim meio presente na redação. E tem gente que segue aí fazendo o seu trabalho, se precisar brigar vai brigar, é uma minoria. Eu acho que a sensação maior é dessa apatia mesmo. Acho que é bem como você disse, reflete muito o que está presente da sociedade toda, a gente não está fora.

## **APÊNDICE 2 – ENTREVISTA AKEMI NITAHARA**

Akemi Nitahara, jornalista e repórter lotada na Agência Brasil RJ; integrou o conselho curador quando este foi extinto, em 2016. Está há 15 anos na EBC, chegou em 2004, portanto, quando ainda era Radiobras. Entrevista realizada por e-mail em períodos distintos: entre junho e setembro de 2017, além de conversas em julho de 2018 e entre fevereiro e dezembro de 2019.

### **Após a aprovação da MP 744/2016 que casos de censura e de restrição de conteúdo na EBC poderiam ser relatados?**

Os casos de censura começaram antes mesmo da publicação da MP 744. Mesmo após a volta de Ricardo Melo à presidência da empresa, por via judicial, ele ficou sem poder de decisão sobre os conteúdos, já que toda a diretoria e cargos de gerência haviam sido trocados pelo governo então interino. Envio aqui uma parte do dossiê que ajudamos a fazer em parceria com o Intervozes, FNDC e Artigo 19, enviado para o Relator Especial para promoção e proteção do direito à liberdade de expressão e opinião da ONU, David Kaye. O documento é do dia 8 de junho de 2016.

Dia 16 de maio – Diante de rumores veiculados na imprensa, sobre mudanças na EBC pelo novo governo federal, foi lançada a Frente Nacional em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, com o apoio de centenas de movimentos populares, comunicadores, intelectuais e organizações da sociedade civil. Desde então, inúmeros manifestos e atos de apoio se multiplicam pelo país.

Dia 17 de maio – Pelo Diário Oficial da União, o diretor-presidente da EBC, jornalista Ricardo Melo, toma ciência de sua exoneração assinada pelo presidente Michel Temer. Pela lei que criou a EBC (Lei 11.652/2008), o cargo de diretor-presidente tem mandato de quatro (4) anos e ele só poderia ser destituído após receber dois votos de desconfiança do Conselho Curador. O mandato de Ricardo Melo só se encerraria em 2020.

Dia 18 de maio – Ricardo Melo aciona o Supremo Tribunal Federal para manter-se no cargo. O Conselho Curador da EBC lança nota em defesa da Lei 11.652 e do mandato de Ricardo Melo.

Dia 20 de maio – O governo interino nomeia um novo diretor-presidente para a EBC, Laerte Rimoli, passando por cima da lei que criou a empresa. No mesmo dia, o novo-diretor presidente elabora uma lista com 50 nomes a serem os primeiros demitidos da empresa, de cargos comissionados.

Dia 23 de maio – São cancelados os contratos dos apresentadores/comentaristas como Tereza Cruvinel, Luiz Nassif e Paulo Moreira Leite, considerados contrários ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Dia 30 de maio – O Gerente de Programação da TV Brasil, Clélio Titoneli Martins, envia e-mail às equipes sobre as alterações na grade de programação da emissora, informando que os programas “Brasilianas”, “Espaço Público”, “Palavras Cruzadas Brasil”, “Observatório da Imprensa”, “Papo de Mãe” e “Abz do Zivaldo” foram cancelados.

No mesmo dia, os repórteres são informados de que, a partir daquele momento, não poderão mais se referir à Dilma Rousseff como “Presidenta”, e sim somente como “Presidente”. A flexão de gênero é uma solicitação de Dilma desde que tomou posse em 2011 e os veículos da EBC, respondendo a uma norma interna de que os citados/entrevistados tem prerrogativa para definir como preferem ser apresentados, sempre usaram essa terminologia. Textos que mantiveram a expressão “Presidenta” foram alterados após publicação.

Dia 1 de junho – A Fundação responsável pela TVT (TV dos Trabalhadores, ligada a sindicatos), recebeu um pedido de rescisão contratual da parceria entre a Rede TVT e a EBC. A TVT exhibe programas produzidos pela EBC em sua grade, e vice-versa, num contrato não-oneroso para ambas as partes.

Dia 2 de junho – Pela primeira vez, a Agência Brasil não publicou uma galeria de fotos de uma manifestação que cobriu. Desta vez, a pauta era um ato das mulheres em apoio à Dilma Rousseff, no Rio de Janeiro. Havia cerca de 20 mil pessoas presentes. A matéria foi ilustrada por uma única imagem de Dilma, sem mostrar a dimensão da manifestação de apoio à Presidenta. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/dilma-condena-cultura-do-estupro-e-segregacao-social-em-ato-de-mulheres-no>)

Dia 2 de junho – O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, considera nulo de validade o ato do presidente Michel Temer que exonerou o diretor-presidente da EBC Ricardo Melo, retornando-o ao seu cargo.

Dia 3 de junho – A reportagem sobre um ato em apoio à Dilma Rousseff em Porto Alegre foi reduzida a um parágrafo no final de outro texto, que informava sobre as restrições econômicas que o governo Temer está impondo às viagens e gastos da Presidenta afastada. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/planalto-recomenda-que-dilma-use-avioes-da-fab-apenas-para-ir-porto-alegre>)

Dia 6 de junho – O Repórter Brasil (telejornal da TV Brasil) não exibiu a reportagem (que foi editada e ficou pronta para ir ao ar) mostrando o lançamento da Campanha em Defesa das Empresas Públicas na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro, que contou com a presença do ex-Presidente Lula.

O governo federal já anunciou, por meio da imprensa, que elabora uma medida provisória (mecanismo legislativo de urgência) para alterar a lei que criou a EBC, poder destituir seu diretor-presidente, demitir funcionários, reduzir a estrutura da empresa e realizar mudanças no Conselho Curador. Acredita-se que a medida enxugará a EBC à estrutura que havia antes de 2008, com

canais voltados apenas à comunicação direta do governo federal – acabando, assim, com os veículos responsáveis pela comunicação pública.”

Também antes da MP, já começaram a deixar de lado pautas de direitos humanos; orientação para usar presidente para falar de Dilma, mesmo com o Conselho Curador, ainda existente na época, orientando usar presidenta; censura de qualquer foto em manifestação que tenha “Fora Teme” escrito; redução de pautas com Dilma e nota coberta e sem fala dela.

Alguns casos públicos de censura após a MP:

Matéria com a presidenta do Conselho Curador, Rita Freire, criticando a MP, foi tirada do ar: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/rita-freire-critica-extincao-de-conselho-da-ebc-melo-recorrera-deCad%C3%AA>

Matéria sobre audiência pública da MP no Congresso sem colocar nenhum dos três conselheiros presentes e ainda resgatando fala do Rímoli, que tinha falado na audiência anterior. Basicamente, passamos a audiência toda desmentindo o que o Rímoli tinha falado: <http://m.agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/mp-que-reformulou-ebc-volta-ser-discutida-no-congresso>

Matéria publicada e tirada do ar: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/fiocruz-se-manifesta-contra-desrespeito-eleicao-para-presidente-da-instituicao>. Outros veículos replicaram, mas na nossa página não está mais: <http://istoe.com.br/fiocruz-se-manifesta-contra-desrespeito-a-eleicao-para-presidente-da-instituicao/>  
<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/272861/N%C3%A3o-aceita%C3%A7%C3%A3o-de-elei%C3%A7%C3%A3o-pelo-governo-revolta-servidores-da-Fiocruz.htm>

Acho que fomos o único grupo de mídia que não falou dos gritos de Fora Temer em diversos blocos de carnaval em todo o país. Nossos repórteres mandaram isso no texto e também fotos, mas não entrou nada.

Matérias de manifestações, que tem sido chamadas em diversas cidades no mesmo dia, passaram a ser condensadas em uma só. Sempre dávamos várias matérias, com flashes, galerias de fotos e consolidadas por praças. No texto, trocam “fora Temer” e “contra as reformas trabalhista e previdenciária” por “contra medidas do governo”, de forma bem genérica.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/marcha-pede-no-rio-fim-da-violencia-contramulher>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/na-marcha-pela-ciencia-pesquisadores-pedem-mais-apoio-para-o-setor-no>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-05/manifestantes-protestam-em-varias-cidades-e-pedem-saida-de-temer>

### **Ainda após a aprovação da MP, houve algum tipo de orientação de conteúdo especificamente sobre Michel Temer?**

Os repórteres, pelo menos da Agência, não receberam nenhuma orientação sobre isso. Mas vemos que as coisas não estão como deveriam ser jornalisticamente falando, em termos de isenção. A direção também tem misturado as equipes da parte pública (TV Brasil) com a estatal (NBR). Desde o começo já falavam que “não é certo uma não conversar com a outra”, sendo que o Conselho Curador orientou que a separação deve ser explícita.

Na eleição de 2016, o apresentador do programa especial na TV Brasil falou escancaradamente a favor dos projetos do governo. Não encontrei o vídeo completo, tinha no Facebook da TV Brasil. No link, uma edição feita pela sociedade civil.

<https://www.youtube.com/watch?v=2VcoqMtR89U&feature=youtu.be>

No dia 21 de novembro estreou o programa Nos Corredores do Poder, com Roseann Kennedy, que tem feito sistematicamente uma defesa ampla e clara

do governo, sem contrapondo e apenas com fontes oficialistas. Já foi alvo de crítica nos relatórios da Ouvidoria diversas vezes.

**Imagens ou protestos com a frase "fora temer" estavam expressamente proibidos de serem veiculados pela emissora. Isso ocorreu?**

Sim, isso vem ocorrendo. Tanto uma “edição cuidadosa” de fotos na Agência quanto de imagens na TV Brasil. Também tiram a menção dos textos da Agência. Recentemente tivemos uma entrevistada em São Paulo que foi com um brinco Fora Temer, ia falar sobre a nova novela angolana. Pediram pra tirar, ela se recusou e gravaram com ela com o brinco mesmo. Mas não entrou na matéria. No Festival de Cinema de Brasília ficaram de olho pra não entrar imagem nem de camiseta Fora Temer passando por trás. Não fui eu que presenciei esses fatos, foram relatos dos empregados envolvidos, discutimos isso em grupos de WhatsApp, teve uma foto da menina com o brinco num deles.

**Você já presenciou ou soube de algum profissional que tenha sido demitido por conta de um possível posicionamento político?**

As demissões ocorreram em massa logo após a troca de governo, foram mais de 50 pessoas, mas todas de fora do quadro, que ocupavam cargos de confiança e tinham sido colocados na EBC nos governos anteriores. Também foram encerrados diversos contratos de programas e apresentadores contratados como Pessoa Jurídica. A justificativa nunca é o posicionamento político, mas a necessidade de corte de gastos. No decorrer do ano também foram tirando outras pessoas do cargo, como o gerente da Agência em São Paulo (<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/04/ebc-demite-coordenador-de-jornalismo-e-adota-como-norma-a-censura/>). Muitos funcionários do quadro perderam o cargo e foram remanejados à revelia. Desde o impeachment, vem ocorrendo constantes mudanças de chefias e reestruturações na empresa.

**E sobre o Conselho Consultivo da EBC em si, ele ainda existe de alguma forma? E o que estão debatendo?**

Mesmo dissolvido, os membros cassados do Conselho Curador da EBC continuam atuantes e atentos às questões envolvendo a empresa. Logo após a cassação, fizemos uma reunião no Rio de Janeiro e temos nos correspondido por e-mail, acompanhando a situação. Também participamos de debates e encontros sobre democratização e regulamentação da mídia, como o ENDC ocorrido em Brasília no fim do mês de maio. Em conjunto com outras entidades, como o FNDC, tentamos articular estratégias de ação, como uma ADIN contra a MP que desfigurou a EBC e a indicação de Rita Freire, nossa presidenta cassada, para uma vaga no Conselho de Comunicação do Congresso Nacional.

Outros links que podem ajudar:

-Nota Técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da PGR sobre a inconstitucionalidade da MP 744:

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas-de-atuacao/comunicacao-social/saiba-mais/legislacao-1/nota-tecnica-07-2016-pfdc-mpf>

-Matéria do SJPMRJ sobre a reunião que fizemos do Conselho após a cassação:

<http://jornalistas.org.br/index.php/retrocesso-na-comunicacao-publica-e-condenado-por-ex-integrantes-do-conselho-curador-da-ebc/>

-Meu blog enquanto conselheira, mantenho ativo, onde publico os resumos dos relatórios da Ouvidoria, textos e artigos meus de análise e outras notas de entidades sobre a EBC. Também publicava sempre os resumos das reuniões e outras atividades do Conselho Curador:

<https://umbomconselhoebc.wordpress.com/>

-Ouvidoria da EBC, nos relatórios mensais você encontra bastante material oficial sobre linha editorial e governismo:

<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios-qualitativos>

**Poderia me explicar ou me indicar um link sobre como é formada a comissão de funcionários da EBC?**

A comissão de empregados é uma luta também, a gente já tentou fazer com que ela fosse reconhecida oficialmente pela empresa, mas nunca conseguimos. Mas algumas vezes foi permitido que membros da comissão participassem da mesa de negociação do acordo coletivo, por exemplo. No ano passado também participou ativamente da montagem do Comitê Editorial, fazendo as consultas às redações e organizando os nomes. Mas esse comitê já foi dissolvido pelos golpistas também. Também tem função importante na organização das assembleias e receber denúncias dos colegas.

A gente faz eleição por praça. Brasília são cinco membros, Rio são 4, SP 2 e Maranhão 2, o mandato é de um ano. Então é um inferno, ter que fazer eleição todo ano. E está cada vez mais difícil achar quem encare a luta, porque estamos muito sufocados dentro da empresa. Como muda todo ano, tem alguns blogs das comissões. Esse é da eleição desses anos:

<https://eleicaocomissaodeempregadosebc2017.wordpress.com/2017/05/12/co-nheca-a-nova-comissao-de-empregados-da-ebc/>

no Facebook tem uma constância maior, acho que eles passam a senha pro mandato

seguinte: <https://www.facebook.com/comissao.ebc/posts/723739471166223>.

**Na sua opinião, a extinção do Conselho Curador pode ser uma forma de censura?**

Com certeza foi uma forma de censura a dissolução do Conselho. Os golpistas admitiram abertamente que o Conselho foi dissolvido porque "estava aparelhado pelo PT". Na audiência pública pra discutir a MP 744, o Laerte Rímoli falou tanta mentira e absurdo que tivemos que passar a outra audiência só desmentindo ele. No meu blog fiz uma anotação do que ele falou e tem o link pro vídeo dele, inclusive me chamando nominalmente de petista sem eu nunca ter tido qualquer filiação partidária, ter feito doação nem trabalhado em

campanha: <https://umbomconselhoebc.wordpress.com/2016/11/27/audiencia-comissao-especial-mp-744-241116/>

Aqui a anotação da audiência dos que foram defender a EBC: <https://umbomconselhoebc.wordpress.com/2016/12/03/audiencia-mp-744-senado-29112016/>

Nota do próprio Conselho quando foi dissolvido: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>

Nota do Intervezes contra a MP do desmonte: <http://intervezes.org.br/entidades-repudiam-mp-de-michel-temer-que-destroi-carater-publico-da-ebc/>

Matéria da Revista Radis, da Fiocruz, sobre o desmonte da EBC: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/170/reportagens/voz-no-plural>

Nota Fenaj e sindicatos contra a MP do desmonte: <http://fenaj.org.br/fenaj-e-sindicatos-de-jornalistas-repudiam-desmonte-da-ebc/>

Campanha Calar Jamais, do FNDC, contra a censura. Rita Freire, nossa presidenta do Conselho, é uma das personagens: <https://www.youtube.com/watch?v=yKCoJ8qh7do>

Nas notas, não se fala de censura abertamente, mas sim do fim da participação social, que é uma forma de dar lugar de fala a quem não tem. Ou seja, censura a quem "não interessa".

**Quando você diz que tiraram a palavra presidenta e sobre que conteúdos mais explícitos com o uso de “Fora Temer” dificilmente entram, essa orientação tem por escrito ou tem algo que a gente consiga identificar a origem de onde teria partido?**

No caso da [palavra] presidenta teve uma orientação formal depois da polêmica, uma deliberação do Comitê Editorial (formado por jornalistas dos veículos da EBC) determinou que se use a expressão que a pessoa preferir.

No caso, presidenta Dilma, presidente Carmem Lúcia, por exemplo. Isso acho que tem por escrito. Sei que tem pelo menos um vídeo do jornal da TV dos apresentadores explicando.

Fotos é complicado provas, porque os fotógrafos morrem de medo de tudo. Só a de São Paulo questiona, uma vez ela conseguiu uma resposta pra não publicação das fotos de uma manifestação, "linha editorial" é a desculpa. Aliás, foi uma das premiadas com TAC nessa gestão. Coisas do Lula e da Dilma diminuíram mesmo. O Lula ganhou a medalha Tiradentes em Minas, coisa que a gente sempre cobriu, mas dessa vez rolou um "não cobrimos agenda de ex-presidentes". Não sei se foi escrito... Direitos humanos diminuíram muito mesmo, basta ver o que sai publicado. Esse ano, temos por escrito uma negativa para uma repórter ir cobrir o Fórum Social Mundial em Salvador, a convite e com tudo pago. Foi a Eliane, de São Paulo, você falou com ela, não?

E também bem recente, não sei se você acompanhou a nossa mobilização, tivemos alguns vazamentos de e-mails de chefes pedindo pra diminuir a cobertura das repercussões da execução da Marielle. Os dois chefes caíram depois disso. E temos feito uma cobertura super *over* de tudo da intervenção no Rio de Janeiro, sempre o que for favorável, as análises contrárias não entram. Tem até alguns e-mails, mas só entre chefes, não chega pra mim.

A Fenaj esse ano deu destaque pra censura na EBC, no relatório de Violência contra jornalistas que eles lançam todo ano em janeiro. Mas lá fala beem geral. No meu blog tem uns apanhados disso tudo. Dá uma olhada no blog da Comissão de Empregados também, tem coisa lá, inclusive a ação atual de  recolher  relatos  de censura. <https://comissaoempregadosebc.wordpress.com/>

**Em relação aos conteúdos removidos do site da ABr, por exemplo, aquela matéria da Fiocruz, você tem ideia de quem possa ter removido integralmente os conteúdos do ar ou em que área? E quando a matéria da Rita foi retirada do ar, em 2/9/16, Ricardo Melo ainda estava como diretor**

**da EBC (pelos meus registros ele saiu definitivamente em 8/9). Nesse sentido, claro que não temos como saber exatamente, mas essa remoção deve ter ocorrido pela chefia de redação? Minha dúvida é justamente pelo motivo de Melo estar na EBC oficialmente.**

Não sabemos ao certo de onde vem a ordem, mas eu acho que acontece a nível de gerência de redação mesmo. Não é decisão de editor, tanto que foi pro ar, ou seja, um editor pegou o texto, editou e publicou. Depois alguém viu e mandou tirar, provavelmente gerente ou gerente executivo.

No caso da matéria da Rita, esse dia foi uma loucura, a princípio o Melo estava fora, daí voltou, foi uma bagunça o dia todo, juridicamente mesmo. Ele mesmo não tava cuidando de tudo assim, tava nessa labuta jurídica. A decisão do Tóffoli de cassar a liminar saiu depois mesmo. Tinha reunião do Conselho Curador nesse dia, a gente estava todo mundo em Brasília, pedimos pra ser recebidos pelo Melo e a princípio ele não quis nos receber. Depois aceitou, mas daí a gente que não quis ir. O Melo era o diretor presidente.

Eu tenho a impressão, e é minha impressão pessoal mesmo, que as chefias da redação tentam ser mais reais que o rei, sabe? Já censuram as coisas antes que "possam vir a causar problemas". Como foi depois com o caso Marielle e com as repercussões das GLOs e da intervenção no Rio de Janeiro. Nessa época, então, o gerente era o Roberto Cordeiro, que veio do Ministério da Defesa...

Nesse caso da matéria da Rita eu não sei dizer, pois pelo que vi das minhas pesquisas, a superintendente de Agências era a Lana Cristina, pessoa do quadro, que considero bastante. E Amanda Cieglinski estava da gerência, outra pessoa do quadro que não sei se faria isso... Acho que nesse caso, o mais provável é que tenha sido ordem do diretor de Jornalismo, o Lourival Macedo, que mesmo sendo do quadro foi uma das minhas maiores decepções dentro da EBC, era meu amigo e foi totalmente golpista e conivente com o desmonte. Mas só acho mesmo...

**Retomando alguns assuntos. No caso de vetarem o uso da palavra “presidenta” ao se referir à Dilma, veio alguma recomendação por escrito?**

Eu não recebi isso por escrito, talvez alguém da TV tenha. Teve uma matéria do Repórter Brasil Noite, se não me engano, que os apresentadores explicam porque voltaram a usar o “presidenta”. Coloquei em anexo o memorando do Conselho Curador sobre isso. Posso tentar recuperar alguma coisa com os colegas que eram do Comitê Editorial na época.

**Temos alguma informação sobre veto ou direcionamento específico em relação ao OcupaMinC? Há num relatório da Ouvidoria uma crítica dizendo que o tema ficou completamente fora de pauta durante um período considerável.**

Esses vetos nunca vêm por escrito, na Agência lembro de ter coberto algumas vezes, mas realmente só depois que ficou insustentável não dar e não foram todos os atos deles que cobrimos. Inclusive teve um ato deles em uma reunião do Conselho Curador, mas não lembro se teve matéria sobre isso na EBC. Tem matéria do conselho: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/05/conselho-pede-resposta-do-stf-sobre-exoneracao-do-presidente-da>. Eu tenho um vídeo que fiz do ato também, posso te passar pelo zap. O Conversa Afiada publicou esse vídeo no dia, sem o crédito.

**Sobre o carnaval “Fora Temer” que, como mencionou, foi simplesmente banido do noticiário e das coberturas da EBC. Tem algum tipo de justificativa dada pela direção da empresa, ou pelas chefias, nesse caso? e qual seria ela?**

Não sei na TV, se houve orientação para os cinegrafistas no carnaval. Mas na Agência não teve nenhuma orientação para os repórteres e fotógrafos não. Simplesmente a edição cortava, tanto fotos quanto texto, qualquer menção a "Fora Temer". Eu mesma mandei foto com um cartazinho de fundo e não entrou. Outros repórteres foram até mais enfáticos, teve bloco no Recife

que era bem satírico e com muito Fora Temer, cortaram tudo. E sem dar nenhuma justificativa pros repórteres, ficou algo entre chefia e edição.

Não só no carnaval, mas também em manifestações. Tem essa matéria minha do dia das mulheres, mandei no texto que gritavam Fora Temer e Fora Pezão. Só saiu "Também houve protestos contra a reforma da Previdência e os governos federal e do Rio de Janeiro."

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/marcha-pede-no-rio-fim-da-violencia-contramulher>

carnaval 2017, tiraram as menções ao fora temer de todas as matérias e das fotos no carnaval do Fora Temer:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/cultura/foto/2017-02/carnaval-2017>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/cultura/foto/2017-03/bloco-das-mulheres-rodadas-desfila-contrao-machismo?id=101980>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/bloco-feminista-desfila-contrao-machismo-e-misoginia-no-rio-de-janeiro>

nem no bloco mais político de Brasília, entrou só uma referência genérica incluindo Dilma e Lula

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/com-caminhao-pipa-pacotao-atrai-publico-de-todas-idades-em-brasilia>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/bloco-mais-antigo-de-brasilia-pacotao-critica-acionamento-de-agua-no-df>

### **APÊNDICE 3 – ENTREVISTA IVAN RICHARD**

Ivan Richard trabalha na EBC desde 2007 como jornalista e foi um dos 15 representantes da Comissão de Empregados pela praça de Brasília, em 2017; já atuou também na Radiobrás e hoje está na Agência Brasil em Brasília. A entrevista foi realizada por telefone no dia 1 de julho de 2017 e gravada.

**Gostaria que você comentasse como foi a transição Dilma-Temer na EBC, durante o período interino e após a publicação da MP 744 e também como você está sentindo o clima na redação. E também se podemos fazer algumas comparações.**

Eu tenho 10 anos de EBC, no início quando cheguei ainda era Radiobrás e um ano depois virou EBC. Desde que virou EBC, principalmente na Agência Brasil onde eu sempre atuei, o jornalismo que era feito lá tinha um viés majoritariamente público. Tinham questões políticas e direcionamentos mas era uma coisa mais pública, muito mais movimentos sociais, muito mais pautas que não são objeto da mídia comum. Com o impeachment e a mudança na direção da EBC isso praticamente se inverteu: o que você tinha de pauta social, pauta de comunicação pública, de índio, de movimento negro, que é o pessoal que não tem espaço na mídia comum e a gente sempre agiu pra dar voz pra essa parte da população que sempre ficou marginalizada nos veículos comerciais. E aí mudou, hoje em dia a pauta é praticamente governamental, 80% governamental, até porque PMDB, PSDB e quem está lá né, por exemplo, o ex-assessor do Aécio [Neves], esse pessoal não tem identificação com os movimentos, até porque nunca trabalharam com isso. Quando a pessoa, o repórter, etc propõe pautas sobre movimentos sociais, é taxada de militante, de pauta de petista, entendeu? E acaba que a gente fica de mãos atadas com relação a isso. Esse é um ponto com relação às pautas sociais.

Em relação à cobertura política de fato, Congresso, Planalto, aí a censura... o outro caso também é censura, mas é uma censura meio disfarçada de viés ideológico. Ah, mas isso é coisa de petista, isso é coisa de militância, isso é coisa de sindicalista. E na cobertura política mesmo, aí a censura é mais explícita: você não tem partido de oposição falando sozinho, o

líder da oposição faz um discurso por exemplo atacando o governo, atacando políticas do governo Temer, não sai nunca. Ou sai com algo atrás de uma resposta do governo, o que não era praxe né. Antigamente você dava um lado, depois procurava o outro e fazia duas matérias e tal. A não ser que fosse um debate conjunto, um debate especificamente de uma comissão, que aí todos os personagens estavam ali dentro, aí você já faz a matéria completa. Os dois lados, fulano disse isso, fulano disse aquilo e segue o barco. Mas, em via de regra era assim: a oposição falava, a gente redigia a matéria e ia atrás do governo e o governo rebatia e era assim, jornalismo tradicional. Isso não acontece mais. Quando o governo fala, você publica sem nem olhar, você tipo manda brasa e já quando é a oposição, você só publica se tiver já o outro lado falando.

Tem assim, caso do Temer, por exemplo... mas isso já acontecia antes também, na era do PT. Saia alguma notícia em jornal, alguma revista, notícia do governo, de algum membro do governo, a gente não dá até o governo se posicionar, dá a resposta, mas não dá o fato.

**Então por exemplo, naquele momento em que as gravações da JBS são denunciadas, no dia 17 de maio, eu observei que no Portal da Agência Brasil, é exatamente isso que você falou, não tem a notícia publicada sobre, mas tem depois o pronunciamento do governo.**

Isso, você dá a versão oficial do governo e aí dá uma pincelada no motivo que levou o cara a falar, que era na verdade a notícia principal vira acessório da matéria praticamente.

**Ou seja, mas isso também era praxe durante os governos anteriores, do Lula e da Dilma...**

Era, mas era de uma forma menos descarada. Quando era um fato muito evidente, você dava, dava e ia atrás, ah o governo não respondeu, não se manifestou ainda. Hoje em dia não sai de jeito nenhum. Vale aquilo que eu te falei, sempre houve uma interferência política, só que hoje a censura é descarada. No ambiente da redação, houve mudanças no comando, todo

mundo que era de chefia, era ligado ao governo passado, saiu e foram colocadas outras pessoas lá. São funcionários da casa, mas funcionários antigos, de 30 anos, que tem uma ligação com a EBN, que é antes da Radiobrás, tipo com a empresa estatal ainda. E eles têm a mentalidade que é contraditória ao estatuto da EBC, que a empresa mudou e parece que eles não viraram a chave ainda, no sentido de que a empresa tem que fazer papel de governo, aí é uma briga constante dentro da redação, dos repórteres principalmente com as chefias e os editores no meio para tentar fazer jornalismo equilibrado. Dentro da política de forças do mercado, quase sempre sai da forma como eles querem que saia. Isso suscitou outro debate lá dentro que era a obrigatoriedade dos repórteres assinarem a matéria. Tinham alguns chefes, que já estavam adotando uma linha bem chapa-branca no jornalismo da Agência [Brasil] e aí ele foi trocado, porque mesmo ele sendo chapa-branca, ele não era chapa-branca o suficiente, aí botaram outro cara que é muito mais preposto da diretoria do que o outro, que tem uma postura mais condescendente com a chefia... é assim, aquele encarregado, ó, é só pra fazer isso, aí ele vai lá e faz e pronto.

Então hoje você não tem mais diálogo na redação, você não tem reunião de pauta, que eram pelo menos duas na semana, que era uma da área de política e economia e uma da área social, não estão tendo essas reuniões. E os dois chefes, tanto o primeiro depois da mudança [de governo], como esse de agora, nenhum dos dois se reuniu com a equipe como um todo né. Ah, vamos fazer uma roda aqui, como é que tá a coisa, entendeu? Isso é uma praxe até comum nas redações, isso as vezes acontece diariamente, lá nunca aconteceu, esse [chefe] de agora já está no terceiro mês e chegou a convocar uma reunião geral com todo mundo e aí ele percebeu que havia um clima desfavorável a ele, ele simplesmente desmarcou e foi fazendo reuniões pontuais com os repórteres, mas não pra fazer o debate, mas sim pra passar a determinação dele. Inclusive com mudança de repórteres setoristas, pessoas que cobrem áreas há muitos anos, e aí ele simplesmente trocou a pessoa de lugar. A repórter que cobria educação foi trocada para a área de agricultura, sem o consentimento dela, sem concordância; uma repórter de infra-estrutura

que já tinha mais de nove anos no setor, as duas já tinha bastante reconhecimento nos seus setores, foram trocadas sem nenhuma explicação, ah porque eu quero que vocês troquem porque acho que é importante pra vocês, contrariando a regra do mercado, em que você tem especialistas, é como médico, se ele faz plástica, ele só faz cirurgia plástica, ele não vai fazer cirurgia do coração, porque você tem pessoas que entendem do assunto, menos chances de errar, mais chances de fazer a notícia mais rápido, mas essas pessoas talvez sejam entendidas pela chefia como de esquerda ou como militantes, então daí foram trocadas de área como uma forma de retaliação em relação ao jornalismo que elas fazem, que é um jornalismo decente.

### **Certo. Como se fosse uma geladeira?**

Não chega a ser geladeira, porque são pessoas importantes. A que estava em educação, ela participava até de um grupo de jornalistas de educação. É para fazer uma descontinuidade do trabalho que ela fazia. O que é pior ainda é que essas pessoas que foram substituídas tiveram problemas com esse atual chefe quando ele era editor da Agência. Então a gente não pode dizer que é por isso, mas a gente tem quase certeza que é uma retaliação não só pelo entendimento de que elas... eu também fui mudado de área... que elas [as jornalistas] têm um viés ideológico, que isso é uma idiotice, porque não tem, basta você pegar o conteúdo de uma matéria da repórter e ler: tem conteúdo ideológico, tem uma angulação diferente do tradicional, do que a maioria do mercado está dizendo ou não? Nunca vai ter, nunca tinha, porque os repórteres lá eram comprometidos com o jornalismo público. Só que pra eles não, de repente confunde com a postura do cara fora da redação ou das redes sociais e tal... e acaba que houve essa mudança em massa, acho que foram 8 repórteres que atuavam em áreas há muitos anos e foram trocados para áreas que eles não tem a mínima assiduidade.

### **Isso me parece que se aproxima de algumas práticas que eram usadas como forma de censura na ditadura, não?**

Sim. Têm algumas questões da comissão de empregados. A comissão de empregados é uma entidade que não está dentro da estrutura da empresa,

mas é uma entidade representativa, é como se fosse um sindicato dos trabalhadores só que dentro da empresa. Tem o sindicato da categoria dos jornalistas, radialistas, que representam os trabalhadores que está lá e a comissão de empregados que é eleita pelos funcionários representa o funcionário internamente, demandas mais individuais, demandas mais rápidas, ah um chefe que ameaçou um funcionário ou funcionário que está com problemas de transporte, entende?

Questões mais do dia a dia e a negociação salarial também que nos últimos dois anos a comissão também participou junto com o sindicato da formulação do acordo coletivo. E aí nisso, a comissão teve uma reunião com o diretor de jornalismo, para falar sobre isso, que a prática do jornalismo atual não era essa, de trocar pessoas de área sem explicação e sem motivação aparente, perguntamos se era uma motivação política e que era autoritário isso. Aí foram dar um exemplo da época dele, só que a época dele era a ditadura, há 30 anos atrás. Ah que eu cobria tal área e no mesmo dia fui delegado para ir para outra área e meu gravador nem tava lá, tava em outro lugar, tive que ir buscar. Aí usamos essa própria fala dele pra questionar: você achou bom, você achou positivo? Você não teve problema de se ambientar, de se familiarizar com o novo cenário. E outra: fazendo uma observação de que era uma época de ditadura, de que nessa época as pessoas não tinham a cultura do diálogo dentro do ambiente de trabalho, principalmente nas empresas públicas. Só que hoje não, não é que haja uma falta de hierarquia, mas só que para um bom ambiente de trabalho é muito melhor que as pessoas conversem, se sintam felizes, se sintam motivadas. É uma outra cultura, parece que essas pessoas que estão agora no comando da empresa parece que não existe isso, que essa questão de diálogo interno, que a construção de coisas dialogadas, definição de pauta conjunta, isso tudo é coisa de petista, é coisa de militante, não é coisa de ambiente de trabalho jornalístico.

**E você sente que o pessoal que continua na redação tem feito algum debate, tem se organizado de alguma forma ou isso também é coibido e não tem como fazer esse tipo de articulação, por exemplo?**

Os repórteres e demais jornalistas da empresa... a maior parte dos funcionários da empresa é de jornalistas e administrativo. Na gestão Lula-Dilma a empresa cresceu muito administrativamente, até porque precisava para fazer outras coisas. Antes era muito mais jornalistas, hoje é uma coisa mais equilibrada. Os jornalistas geralmente têm uma articulação maior, pela própria questão da atividade mesmo, de serem profissionais mais questionadores. Há uma articulação, mas fora do ambiente decisório da empresa. Por exemplo, as duas greves que ocorreram agora, os jornalistas pararam e o administrativo não parou tanto assim. Então os jornalistas paravam em massa, só não parava quem tinha cargo, quem tinha indicação e poderia perder alguma coisa economicamente, mas quem não tinha parava, por ideologia. Apesar dessa união, dessa tentativa de criar uma força política, isso dificilmente se reverte em ação, hoje em dia mais ainda, porque havia combate na época da Dilma, na época do Lula também. Quando havia interferência política dos governos do PT e tal, os repórteres, os jornalistas também questionavam, a gente nunca foi passivo. Questionava sempre. Os repórteres da Agência Brasil, por exemplo, que é onde eu estou, a gente chegou a fazer carta para o conselho curador e o conselho curador gerou uma advertência para a empresa. A gente fez uma carta dizendo: ó, a Agência está passando por uma linha editorial que não condiz com o estatuto da empresa, com as normas da empresa e tal, isso foi pro conselho curador e houve uma recomendação para que a empresa observasse isso.

Hoje sem o Conselho Curador (risos), você vai reclamar pra chefia que vai sei lá, virar as costas pra você e vai dizer no máximo que isso é coisa de petista. O próprio diretor geral ele tem um discurso de nós e eles; ele fala que as gestões da empresa no governo PT tiveram muita coisa errada. Ai a gente diz pra ele, ah então eles fizeram errado e vocês estão seguindo o mesmo caminho, só que do lado oposto? Então assim, se tá errado, tá errado, não tem essa de que lado ideológico que é, mas eles usam esse discurso do que se fazia antes e dizem, ah vocês são militantes, a empresa não pode ter militante... você não tem diálogo, a EBC se tornou um microcosmos da sociedade assim. Você não conversa, virou chão de fábrica e diretoria,

digamos assim. Quando você vai conversar qualquer coisa relacionada a linha editorial o debate fica resumido a nós e eles. Não há uma construção, dizer, ó, vamos ser pragmáticos aqui, o assunto é esse, a questão é essa, se diz, isso aí é coisa de petista, aí não se consegue avançar, porque você não tem debate, não tem diálogo, a pessoa não se dá nem ao trabalho de analisar com alguma profundidade a queixa dos repórteres ou das pessoas que ficam incomodadas com o uso político da empresa.

**Então se antes a gente tinha o conselho curador como um espaço para fazer essas críticas, hoje praticamente a gente não tem nada né, seria esse um resumo?**

Tem a Ouvidoria...

**Mas a ouvidoria serve pra isso? Porque ela não é mais focada em receber críticas dos ouvintes, do público?**

A Ouvidoria ela faz a análise de conteúdo e ela tem feita duras críticas ao conteúdo jornalístico da Agência, do rádio, da TV. E a gente tem até levado algumas coisas pra ela, mas no sentido de alertar, olha, tá foda isso, observa isso, ela fica atenta, porque ela não vai olhar tudo que sai todos os dias. A gente usa assim entre aspas a Ouvidoria como um refletor das nossas críticas que não são ouvidas, entendeu? Uma matéria do Temer, alguma coisa, ó essa matéria foi mudada; ou então já chegou repórter mandar texto de como foi enviado para a edição e o link da matéria do que foi publicado, que aí ela percebe. Ela não pode usar isso como argumento, mas aí ela já vai ficar atenta ao que tá saindo e ela faz a crítica mais assertiva do conteúdo.

**E ai nesse sentido, você acha que quem desempenha o papel da Ouvidoria não tem sido coagido de alguma forma?**

Não. A Ouvidoria virou uma ilha. Uma ilha de serenidade, de sobriedade. Porque ela não tem, na minha visão pelo menos, um viés político ali, ela faz uma análise correta, tanto que ela faz elogios também, se é uma coisa que ela considera positiva. Mas hoje em dia tem uma coisa que não dá para negar que ela tem feito muito mais críticas por conta do uso político do jornalismo da empresa em favor do governo. Uma crítica que ela fez recentemente, a Rádio Nacional veiculou uma propaganda do governo sobre a Reforma Trabalhista,

mas era uma propaganda disfarçada de conteúdo jornalístico, entendeu? Um debate entre aspas sobre Reforma da Previdência só com gente que defende a reforma previdenciária. Então assim, essas coisas ela fez duras críticas, mas porque é o óbvio, ainda mais numa empresa pública, como que você vai botar gente que só fale a favor?

Da Agência Brasil mais especificamente, você falou de ambiente, o ambiente da redação é o pior possível porque se já era ruim por conta da frustração dos repórteres em relação ao trabalho que eles fazem, porque assim não é que são jornalistas engajados, são engajados sim, mas são engajados no jornalismo público, nas demandas que a gente considera público, demandas da sociedade, independente do governo. A gente também brigou no governo petista quando houve interferência e hoje como não tem a quem recorrer e há um clima de medo também, de retaliação, de punição... Então até pra mobilizar tá mais difícil porque a galera está com medo de haver retaliação e sempre tem aquela esperança de que o governo não vai durar muito, o governo vai cair, isso acaba arrefecendo um pouco o ímpeto de brigar. Mas assim, é uma questão individual e não tem muito o que fazer né.

**Então quer dizer, tem essas trocas de pessoas de áreas, tem gente mandada embora?**

Não, mandada embora não, porque a empresa não tem essa cultura de mandar embora, principalmente porque é concursado. Quando a EBC foi criada, agora vou chutar, ela fez dois ou três concursos e tinham pessoas da Radiobrás ainda. Então apesar da empresa ser pública e ser CLTista, o processo de demissão é delicado, não há essa cultura de demissão. O que os mais antigos dizem, hoje em dia até pra defender a tese deles, é que quando entrou na Radiobrás, nessa época entrou muita gente, mas não era concursado, eles demitiram algumas pessoas lá. Mas desde que virou a EBC e teve concurso e tal não é coisa comum, mas assim, a pessoa é mudada de setor, a pessoa é mudada de área de cobertura, esse tipo de coisa hoje em dia tem acontecido com frequência.

#### **APÊNDICE 4 – ENTREVISTA ELIANE GONÇALVES**

Eliane Gonçalves é jornalista e repórter da Rádio Nacional, em São Paulo. Entrou em 2004 na Radiobras e está desde o início da criação da EBC. Integrou o Conselho Curador como representante dos trabalhadores da empresa entre 2013 e 2015. A entrevista foi realizada por *Whatsapp* em 23 de junho de 2017 e, posteriormente, por telefone, em 13 de janeiro de 2020.

#### **Após a aprovação da MP 744/2016 que casos de censura e de restrição de conteúdo na EBC poderiam ser relatados?**

Já foram inúmeros casos de censura. A piada que corre pelos corredores é de que são mais de 300. Um para cada dia de governo. Os casos de censura mais explícitos, porque fáceis de recuperar, estão na Agência Brasil. Um bom exemplo é a cobertura que foi feita do dia 17 de maio para cá, a partir da delação de Joesley Batista. Basta fazer uma busca das matérias sobre a crise política desse período para constatar que o tom das matérias, começando pelas chamadas, é bem diferente da narrativa que está sendo contada. Diferente por ser muito mais simpática ao governo federal do que os fatos podem permitir.

Acho que por isso mesmo, a Agência é o lugar que tem o primeiro caso explícito de demissão por censura. Foi justamente aqui em São Paulo, o então coordenador da Agência, André Muniz, foi demitido sob a justificativa de que a reportagem sobre o acampamento do MTST em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo foi muito parcial. A reportagem foi essa aqui: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/mtst-permanece-acampado-na-avenida-paulista-em-protesto-por-moradia-popular>

Mas a censura passa por todos os veículos. Na rádio e na televisão. Faça a mesma busca na Radioagência Nacional, para você ter uma mostra da informação que circulou nas emissoras de rádio e no site da TV Brasil que você vai encontrar uma cobertura muito mais florida do que a realidade .

Eu, particularmente, que trabalho na rádio já passei por várias situações que me impediram de colocar uma notícia no ar: o ato das mulheres no dia 8

de março , a primeira grande manifestação contra a reforma da previdência no dia 15 de março, a assembleia dos aeronautas do dia 24 de abril que discutiu a adesão ou não da categoria à greve geral que aconteceria no dia 28 e até o ato dos artistas em São Paulo no dia 27 de março, que questionava o congelamento de verbas da prefeitura de São Paulo.

E a situação é tão interessante que quando conseguimos dar qualquer informação que não seja agradável ao governo, comemoramos. Por exemplo, eu consegui colocar na matéria sobre a Parada LGBT de São Paulo que o grito “Fora Temer” esteve presente. Entrou no final da matéria, sem destaque. Mas só o fato de ter entrado já foi motivo de comemoração. O que era obrigação da comunicação pública – contar o fatos – virou favor.

### **Ainda após a aprovação da MP, houve algum tipo de orientação de conteúdo especificamente sobre Michel Temer?**

Quem dera se a censura se concretizasse assim de forma tá explícita na nossa vida. Ficaria muito mais fácil brigar contra ela. O problema é que é muito mais sutil. Nunca recebi uma única orientação de ninguém dizendo que não poderia dar informação X ou Y. A justificativa para não dar determinado conteúdo vem acompanhada de argumentos técnicos de diferentes ordens: a ligação do telefone que estava com muita interferência e não deu para o estúdio te ligar para um vivo sobre o assunto X. A matéria gravada que vai ao ar, mas justamente no trecho em que o entrevistado critica o governo um ruído incrível impede entender o que ele está falando. O tempo do jornal que está estourado e não coube a informação que, por incrível que pareça, deveria ser a mais importante do dia... Enfim... Só um processo que consiga sistematizar os cortes que são feitos e associar com as justificativas que acabam se repetindo é que possível cravar que existe uma orientação editorial.

O mais cruel é que esse cotidiano é tocado não por pessoas distantes, interventores que vieram de fora e foram colocados na empresa. Esses existem sim, mas estão lá nas altas esferas. O trabalho sujo é terceirizado para colegas nossos, pessoas que gostamos, que dividem conosco o dia-a-dia, pessoas com quem já dividimos a mesa do boteco e as trincheiras de luta... Acho que essa é

a parte mais cruel do processo de censura: que é executada pela pessoa por quem você nutre afeição ou quando é executada por nós próprios, na nossa autocensura. Porque é isso, né? Tem vezes que a gente se cansa e daí resolve que para não ter problema, não vai nem tocar no assunto que já sabe que gera controvérsia.

**Imagens ou protestos com a frase "fora temer" estavam expressamente proibidos de serem veiculados pela emissora. Isso ocorreu?**

Como disse, não sei se expressamente proibidos. Não acho que exista uma proibição expressa, mas faça uma busca no nosso acervo de imagens da Agência Brasil e procure lá imagens de protestos com a frase "Fora Temer" para você vê se encontra alguma coisa. Não acredito em ordem expressa. Mas em censura consumada.

**Você já presenciou ou soube de algum profissional que tenha sido demitido por conta de um possível posicionamento político?**

Acho que logo na virada do governo, começa um processo bastante cruel de perseguição ideológica. Pessoas boas do quadro que foram escanteadas ou preteridas ou perderam cargos aqui dentro e que só não foram demitidas justamente porque eram do quadro. Isso foi associado à demissão de pessoas que não eram do quadro e que ganhou muito mais visibilidade. Foi instalado um clima de machartismo bem duro de enfrentar.

O cruel é que se pensarmos na transição lá atrás, em 2003, quando entra o governo Lula, pessoas da época da Radiobrás também falavam desse tipo perseguição. Acho que esse é o maior problema de uma empresa de comunicação que se pretende pública ser tão subordinada ao governo como era na época da Radiobrás e como voltou a ser com a MP assinada por Temer. A cada governo, quem entra vai trocar os cargos de confiança para montar sua própria equipe. Como o cargo do presidente da EBC passou a se enquadrar nessa categoria, o caminho para o alinhamento ideológico da equipe está livre.

Agora, se vamos falar de censura, especificamente, acho que a demissão do André Muniz, da Agência Brasil em São Paulo, é importante porque foi explícita a justificativa, com direito a reunião com equipe e tudo. Eu não presenciei o momento em que ele foi demitido. Mas vi de perto como a

notícia abalou a equipe da Agência Brasil aqui em São Paulo e como a justificativa dada significou uma senha para o tipo de jornalismo que deveria ser adotado a partir de agora. Essa história foi registrada por um dos conselheiros cassados da EBC, no Brasil de Fato.

Eis: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/04/ebc-demite-coordenador-de-jornalismo-e-adota-como-norma-a-censura/>

## **APÊNDICE 5 – ENTREVISTA MARIANA MARTINS**

Mariana Martins é jornalista e pesquisadora. É concursada na EBC para o cargo de Gestora em Comunicação Pública. Faz parte atualmente da Rádio Nacional e em 2017 trabalhou por um período na cobertura do Planalto em Brasília (DF). A entrevista foi realizada por telefone em 21 de junho de 2017 e gravada.

### **Observando o turbulento contexto político de 2016, como foi o ano estando num veículo da EBC?**

Eu tive bebê no olho do furacão. Fiquei de licença por um período e voltei em fevereiro da licença deste ano (2017). Quando saí [de licença] ainda tinha o Conselho Curador e quando voltei, as pessoas do Conselho estavam sendo lotadas em outros espaços. Quando voltei, voltei sem lotação, ninguém na empresa sabia para onde eu ia, pra onde me mandar. Uma coisa que é interessante nesse processo é que a pessoa que estava como secretária executiva na época, a Juliana Nunes, foi convidada para ir para a Ouvidoria [da EBC], que era digamos um espaço que tinha restado; e Juliana trabalhou muitos anos na rádio antes de estar no Conselho Curador, enfim tinha um conhecimento muito grande sobre rádio, foi coordenadora da Rádio Agência no antigo Conselho Curador e foi convidada para ser ouvidora adjunta de rádio. Ela foi nomeada pela Ouvidora e uma semana depois ela teve o nome dela retirado, por meio de uma portaria, dizendo que o nome dela tinha sido tirado do cargo de ouvidora adjunta. Isso foi uma interferência da própria administração na Ouvidoria, que era um órgão também autônomo. Ninguém falou isso pra Juliana, simplesmente colocaram outra pessoa no lugar dela. Então ela voltou pra rádio; como falaram que estavam precisando de gente na rádio... A minha situação foi um pouco diferente porque estavam esperando eu voltar da licença.

Sabendo como estava o clima, eu fui conversando com algumas pessoas. Nisso, uma pessoa que estava na gerência do Portal na época me convidou para trabalhar com ela, eu falei que topava. Fui falar com o secretário executivo da empresa e ele me liberou para o setor de redes do Portal. Aí,

antes que tomasse posse, meu nome foi vetado de ir pra lá. Disseram que era para eu ir pra rádio, não me deram maiores explicações, apenas que era para eu ir pra lá. Eu insisti, pedi para voltar para o portal pois já tinha trabalhado lá, que estava voltando de licença maternidade e seria bom trabalhar num lugar onde eu já tivesse minimamente experiência, segurança para trabalhar. Negaram veementemente, disseram que não. Aí eu já imaginava o que tinha. Fui pra rádio. Chegando na rádio, tinha muito o que fazer. Meu cargo na EBC não é de jornalista, é de gestão em comunicação pública e a gente vive em desvio de função lá dentro. Teoricamente eu não fui para trabalhar como repórter, mas chegando lá me colocaram na reportagem. Três semanas depois que eu estava na reportagem, perguntaram se eu tinha interesse de trabalhar cobrindo o Congresso Nacional. Falei que sim né, pensei, bom, melhor eu do que outra pessoa fazendo Congresso.

### **Isso foi quando mesmo?**

Isso foi em fevereiro até a metade pro final de março [de 2017]. Aí a pessoa que cobria o Congresso ficou na chefia de reportagem, passou a ser minha chefe. Eu fui e na primeira semana que cheguei lá, foi quando a CUT anunciou a greve geral do dia 28 de abril [de 2017]. Estava sendo votada a terceirização, que tinha acabado de ser aprovada. A CUT anunciava que ia fazer a greve geral. A primeira matéria que eu coloquei contextualizando a recém aprovação da terceirização, eu coloquei contextualizando no final que em resposta a aprovação, as centrais sindicais iniciavam um chamado para a greve geral. E tiraram essa parte do texto. Eu disse: por que tão tirando isso do texto? Ah, porque é melhor não dar. Por que é melhor não dar? Ah porque acabou de anunciar isso, é uma nota da CUT. Ah, a gente não vai dar, é melhor não chamar para o ato... a gente não costuma... não quero antecipar mobilização. Eu disse, como assim antecipar mobilização? Eu não estou antecipando mobilização. Estou dando uma questão que a CUT é uma central sindical que tá convocando uma greve geral. Isso tá no pé da minha matéria, a notícia nem é essa. A notícia é o que motivou a chamada da greve, um dos

motivos... na verdade, eram várias reformas e a terceirização [que teria mobilizado a greve].

O argumento que eles me deram era que eles não iam dar greve nem mobilização da CUT, assim como eles não davam nenhuma mobilização, nem ato do MBL ou do Vem Pra Rua. Aí eu falei, olha só, não sei se vocês estão tendo a proporção da gravidade do que vocês estão me falando; vocês estão comparando uma mobilização de uma central única dos trabalhadores, que representa a classe trabalhadora brasileira há pelo menos cinco décadas e tão comparando isso com a mobilização de um movimento social surgido há dois anos, é isso mesmo? Essa é a justificativa que vocês estão me dando para não dar a notícia da greve? Eu tô escrevendo o meu primeiro texto de cobertura do Congresso. Aí a pessoa falou, por favor, eu tô começando hoje a edição, por favor, deixa isso acalmar que as coisas vão melhorar. Aí eu disse, tá bom, Priscila, a gente conversa mais sobre isso, mas assim, não sei porque vocês me mandaram vir pra cá, mas eu quero que vocês estejam certos de que vocês não vão ficar fazendo isso no meu texto, eu não estou aberta a esse tipo de censura e eu não vou aceitar isso. Vocês me conhecem suficientemente bem para saber que eu não vou aceitar esse tipo de coisa. Mais uma vez eu falo: não entendi porque vocês me mandaram pra cá. Agora, eu não vou fazer isso. Não esperem de mim autocensura, não esperem de mim de novo esse tipo de coisa. Aí eu continuei e na semana seguinte ela foi pra redação e voltei a fazer meu trabalho. E desde então, tudo que eu falava da greve era vetado.

Tudo que eu falava da greve eles diziam que eu estava convocando, que eu era militante, eles usavam muito isso por saberem que de fato eu sou militante fora da empresa. Só que eu tenho clareza e certeza e muito cuidado... inclusive por isso meus textos eram completamente limpos com relação a isso. Porque eu tava sendo muito honesta com o momento histórico que o Brasil tava vivendo e tava sendo chamada uma greve geral e as pessoas falavam sobre isso e eu colocava no texto. Eles chegaram a cortar uma sonora do Paulinho da Força, que é aliado do governo, que falava sobre isso. Mais uma vez eu reclamei, briguei, falei que isso era um absurdo e que sabia que eles tinham cortado a sonora depois. Eles perderam, teoricamente né, sonoras

minhas que eu tinha enviado para eles do Miguel Rosseto, por exemplo, falando sobre a Reforma Trabalhista. Porque tinha uma sonora do Miguel Rosseto falando sobre a Reforma, que tinha sido ministro do ministro do trabalho do governo Dilma e uma sonora de um ex-ministro do trabalho de FHC, equilibrando a matéria. Eles simplesmente perderam, disseram que não acharam as sonoras que eu mandei. E quando eu já estava em casa e eles sabiam que eu não tinha mais condições de mandar mais a sonora pra eles, eles disseram que tinha perdido e não foi pro ar no outro dia. Isso é recorrente quando tinham coisas que falavam das greves. Isso foi acontecendo.

Hoje em dia eu percebo muito mais, na época eu até acreditava em algumas coisas e depois eu fui vendo que era balela. E as coisas foram se repetindo inúmeras vezes, vários e vários momentos em que eu discutia por conta principalmente... o foco maior foi a greve. Teve a aprovação de uma outra pauta e saiu uma matéria na segunda-feira que eu colocava a informação retroativa, porque a greve tinha acontecido na sexta anterior. E eu colocava assim: foi aprovado em uma das comissões a Reforma tal e falava que na sexta anterior tinha uma greve geral, que tinha paralisado uma parte do setor produtivo por conta das reformas que estavam sendo votadas no Congresso. Foi quando comecei claramente a brigar com eles, dizer que eu não aceitava isso... aí eles me levaram para a sala da gerência e fui conversar com a gerente. Falei, eu não recebi por escrito nenhuma orientação contrária ao manual de redação, estou atuando como jornalista de acordo com o manual de redação da empresa. E falei que mesmo sendo alterado, que mesmo mudando muito o caráter da EBC, ela é uma empresa pública, eu sou jornalista concursada nesta casa e continuo trabalhando levando em consideração o nosso manual de redação. Eu quero que qualquer orientação que seja contrária ao manual de redação seja passada pra mim por escrito, se não for assim eu não aceito. Eles disseram que não, que não existia orientação e na hora a minha chefe ficou indignada: como assim não tem orientação? Como é que vocês me falam isso? Pra mim vocês falam uma coisa, pra Renata vocês falam outra. Ou seja, dentro da edição, os editores não passavam pra gente a orientação, eles estavam segurando, mas eles cortavam os textos.

Enfim, isso [cortes] aconteceu várias vezes até que no dia que saiu o balanço de um ano do governo Temer, já tínhamos tido outras discussões por conta de outras matérias... enfim, não vou falar de todos os casos porque foram muitas matérias que eu briguei.

Mas aí, quando foi no dia do balanço do governo Temer eu fiz a matéria e mandei. Eles mudaram a matéria toda, inclusive tirando o nome balanço e colocando comemoração, que foi um dos próprios termos que o próprio Temer falou que não usaria. Pra você ver como a autocensura e a forma de capacho mesmo que a empresa se torna... e principalmente algumas pessoas que detém cargos lá dentro se tornam... pra se manter no cargo. Ou seja, é muito maior do que as próprias orientações. Porque no evento mesmo, uma fala do Temer dizia, eu não vou falar comemoração e na hora que eu mandei o texto, eles alteraram o texto e botaram bem grande comemoração. Eles faziam assim com meu texto, pegavam meu texto, mudavam, por exemplo, eu usava presidente Michel Temer e no resto do texto eu falava Temer, Temer e eles mudavam para presidente e colocavam em caixa alta assim sabe o texto.

E aí eles não queriam me tirar dali, mas queriam me forçar, esticar a corda ao máximo, nesse dia eu saí da redação chorando de uma discussão que eu tinha tido com a editora.. eu cheguei direto na sala do gerente executivo e disse que eu não cobria mais política pra eles, que da forma como estava, eu não poderia fazer jornalismo público, eu não iria trabalhar, que isso não era o meu perfil, que eu não me forçava pra fazer isso, que eu sou funcionária pública e que esse salário pesa muito no bolso de cada cidadão e que eu devo a eles e não a nenhum governo que venha atuar na condição do Executivo, do Legislativo, que eu não faria aquilo e que não trabalharia como assessora de Michel Temer naquele momento, que eu não faria mais uma cobertura de política para eles. E desde então, isso faz um mês e eu não cubro mais política pra eles.

De lá pra cá muita coisa aconteceu, a gente teve que transmitir ao vivo, uma coisa que nunca aconteceu antes, o lançamento de um foguete, daquele satélite que o governo brasileiro lançou, foi feita uma contagem regressiva nos estúdios da rádio. Isso nunca tinha ocorrido antes, você parar a estrutura para

falar de uma coisa completamente governista né; só a gente [Rádio Nacional] e a NBR estavam dando isso dessa forma, ridículo. Inclusive, eu usei isso quando a gente estava argumentando, quando a gente estava falando pros chefes o quanto a assessoria do governo estava se confundindo com a NBR. E todos eles tinham clareza de que isso estava acontecendo e nem se prestaram a defender que não era isso, então eles tinham essa consciência. Inclusive, eu falei pro gerente executivo: no final da Radiobrás, quando Eugênio Bucci foi presidente desta empresa, ela era mais pública, tinha o espírito mais público do que está acontecendo agora no início da era Temer. Enfim, isso todo mundo sabe que é um dado bem verdadeiro. Vale até a pena uma pesquisa com relação a isso, mas claramente o espírito da comunicação pública esteve mais presente no fim da Radiobrás do que agora no início do governo Temer.

Na Agência Brasil, que é um veículo que eles se preocupam mais por conta do caráter de formação de opinião, eles tiraram o primeiro gerente que eles colocaram e colocaram uma pessoa que é extremamente alinhado ao governo, o Alberto Coura. Ele veio se intrometendo com setoristas que eram historicamente de determinadas áreas, ele veio tirando essas pessoas sem justificativa alguma. Um dos repórteres da Agência, que é também nosso representante na comissão de empregados, chegou a escrever um e-mail reclamando o que tinha acontecido... um dos motivos que, inclusive, eu alegava sempre que eu não assinava matéria, porque não reconhecia a edição, com base no código de ética dos jornalistas, eu fazia muito isso, eu não assino essa matéria porque eu discordo dessa edição e tenho esse direito. Eles ficavam extremamente indignados comigo, porque na rádio ninguém fazia isso, por conta de ter que gravar. E as pessoas não deixavam de gravar. E eu sempre dizia isso: na rádio a nossa assinatura é a nossa voz, ou se gravava dizia de quem era a edição. Na rádio ninguém fazia isso, ninguém nunca tinha feito isso. Na Agência [Brasil] eles faziam muito isso, porque na Agência eles podem fazer: tira e quem assina é a edição ou bota “da redação”. Como na rádio a gente que tem que falar, eles perdiam a matéria, ficavam indignados. Na Agência não quer assinar, põe da redação e acabou. Aí eles tiraram esse direito dos jornalistas da Agência. Escreveram um e-mail dizendo que nenhum

jornalista da Agência poderia deixar de assinar suas matérias e o Ivan Richard respondeu.

O Alberto Coura trocou duas setoristas históricas, eram jornalistas referência nossa de coberturas, ele retirou elas sumariamente. A retirada de Mariana foi uma represália mesmo porque ela cobria educação, fazia um trabalho muito bom, era uma jornalista muito crítica. Mas o e-mail que o Ivan troca com o Alberto Coura já é um grande elemento para ser colocado, que o Ivan coloca que diante das recomendações que feriam o código de ética dos jornalistas e o artigo quinto da Constituição Federal que eles pediam que a Empresa nunca tinha feito isso, que havia o direito do jornalista de reconhecer o seu texto e que essa orientação fosse revista. E ele vai claramente e diz que não era orientação, que é uma determinação, que onde ele escreveu orientação que mude e se entenda determinação. A partir de então é uma determinação da Empresa. Então assim, foi feito de uma forma extremamente autoritária né com o nosso representante dos empregados.

**Mariana, tem um ponto que você colocou, que você diz que sempre teve, que sempre foi uma briga do conselho curador por autonomia, por qualificação de conteúdo. Se sempre houve essa disputa, por que agora é diferente, o que mudou das outras gestões de fato, o que caracteriza essa mudança?**

Na minha situação, eu antes trabalhava no Conselho [Curador], então eu não tava na redação. Eu não tenho elemento factível comigo para dizer antes era assim, depois era assim. O que eu tenho, inclusive um dos argumentos da minha chefe quando eu comecei a brigar, ela disse, Mariana, os tempos são outros, as coisas não são como antes. A gente não tá mais falando da mesma empresa. A minha chefe falou isso pra mim na hora que ela foi mexer no meu texto. A primeira briga que tive com ela, ela me disse isso, não é a mesma coisa! Não é a mesma gestão, não é a mesma situação, as coisas mudaram. Mas eu não tenho elementos pra te falar porque eu não tava na redação. O que tenho é mais de forma geral. Acredito que com outras pessoas não tinha tanto essa lupa que tinha em cima de mim, por saber que tenho um histórico de militância na comunicação pública, que eu sempre me posicionei muito na

empresa na defesa dos princípios da comunicação pública, sempre falei muito em assembleias com relação a isso, era outro governo, as pessoas sabiam da minha condição, então a lupa dentro do meu texto era muito maior. E isso também foi admitido, entendeu? Na hora que... o chefe maior falando que os editores tinham muito medo do meu texto, tinham muito medo do que eu poderia falar, sabiam que eu não ia fazer papelão...

**Na esfera privada, esse tipo de depoimento seu a gente sabe que no jornalismo brasileiro acontece com frequência. Só que na EBC, teoricamente, isso não deveria acontecer, porque ela não é como um veículo tradicional, ou seja, não se pauta pela audiência, a lógica da EBC é outra, tem outro olhar. Esse tipo de discussão cabia, era feito, você chegou a fazer com as pessoas quando trabalhou na agenda do Congresso?**

Sim! Cheguei a fazer, inclusive porque as minhas matérias eram completamente diferentes das que rodavam nos veículos privados. E a minha chefe falava assim, faça o seguinte, olha o que seus colegas estão fazendo.. era nesse nível. Aí eu dizia, não, eu não vou olhar o que meus colegas estão fazendo, eles trabalham na comunicação comercial, eu trabalho na comunicação pública. O que me pauta não é o que pauta eles, não espere de mim o que você vai ver na mídia privada. E por diversas vezes as minhas matérias eram as únicas que iam com a oposição falando. Eu ia atrás de todas as matérias depois pra ver como tinha repercutido determinado tema e inúmeras vezes eles só repercutiam com o presidente da comissão e com o líder do governo. Quem pegava sempre oposição para falar era eu, então isso também tava incomodando, porque quando eu fui pro Congresso, eles começaram a... olha, tem que ter os dois lados, tá? Como se eu fosse fazer algo diferente...

E eu era a única repórter do Congresso que tinha que mandar o texto pra ser editado antes de entrar ao vivo, por exemplo. Nenhum outro repórter que cobria Congresso naquela época precisava fazer isso. Tanto que [depois] eles mudaram a prática toda porque eu tava reclamando, mas por que só comigo acontece isso? Agora todo mundo vai ter que mandar, mas na verdade

era só pra não ficar claro que só quem tinha que fazer isso era eu. Na prática ninguém fazia e seguiu sem fazer. Então assim, têm essas pequenas coisas que a gente vai pegando... o espírito todo da comunicação pública infelizmente não está na cabeça de todo mundo, incluindo até alguns funcionários, principalmente quando eles acendem a postos de gestão dentro da empresa e se submetem a fazer, a rezar a cartilha. Isso não é uma coisa só de agora, agora está pior porque as orientações estão maiores, a censura está maior e tem coisa que é muito mais escancarada, muito mais escrachada, muito mais comum e cotidiana, mas é algo que sempre existiu infelizmente. A gente estava num caminho de construção de uma comunicação pública mais autônoma, aos poucos a gente ia avançando nesse sentido, com o auxílio dos órgãos que a gente tinha nesse sentido, com comitês, conselho editorial, uma série de coisas que a gente tinha e que hoje não funciona. Então a gente retrocedeu, eu ia dizer a gente parou no tempo, mas a gente não parou no tempo, a gente retrocedeu, a gente deixou de ter mecanismos que a gente tinha. E ainda por cima as matérias da NBR estão sendo usadas por determinados jornais, o que antes não existia.

Então, eles estão aos poucos fundindo o governamental com o público e isso de forma sutil, em uma matéria ou outra, eles vão colocando... E isso não é algo relacionado ao meu texto, é algo que os editores tinham que se negar a fazer e eles não tão se negando. Algumas pessoas se negam a fazer, a grande maioria está ali dizendo, ah vou ficar calado esperando a chuva passar. Eu já ouvi muito isso. Ah que bacana que você fala, que bacana que você briga, mas eu vou ficar aqui na minha, vou esperar a chuva passar. Tem muito isso, sabe.

## **APÊNDICE 6 – ENTREVISTA CAROLINA BARRETO**

Carolina Barreto é jornalista e trabalha atualmente como repórter nas rádios Nacional e MEC, no Rio de Janeiro, tendo atuado inicialmente na TV Brasil, entre novembro de 2013, quando entrou na empresa, até maio de 2015. Em 2014 e em 2017, integrou a comissão de empregados da EBC. Está hoje como diretora do sindicato dos profissionais do município do Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada por e-mail em duas etapas: a primeira em 25 de setembro de 2017 e, posteriormente, entre 10 e 11 de julho de 2018 e entre 28 de outubro e 1 de novembro de 2019.

**De que modo temas como o deslocamento de repórteres, submissão da linha editorial do jornalismo ao governo, governismo e autocensura, entre outros, também perpassam na produção de conteúdo da TV, sobretudo, após a aprovação da MP 744/2016. E como isso também se reflete na linha editorial do Repórter Brasil da TV Brasil?**

A censura nas nossas redações de algum modo sempre existiu, mas se intensificou bastante após o golpe.

**Sobre a feitura do dossiê e a campanha para coletar relatos e casos de censura/autocensura, vocês notaram algum tipo de reação negativa por parte das chefias ou da direção da empresa?**

A reação da empresa foi bizarra, mandou mensagem pelo e-mail institucional dizendo que a linha editorial era equilibrada e tentando jogar os editores contra nós. Chegaram a chamar uma reunião com todos os editores da Agência Brasil para manifestar "solidariedade". Eis a pérola:

Comunicação Pública é uma comunicação isenta, equilibrada e a serviço da sociedade

Grupo de empregados da EBC iniciou campanha buscando intimidar o trabalho jornalístico dos editores, ameaçando denunciá-los de supostamente praticar censura a cada eventual alteração ou correção nos textos, algo da rotina das redações de qualquer empresa de comunicação.

Com esta atitude, constroem o trabalho dos editores que zelam pelo equilíbrio do noticiário e pelo jornalismo profissional. O único critério que define

as manchetes dos veículos EBC é o da notícia. Como estabelece o Manual de Jornalismo da EBC, "o editor é responsável pelo que publica".

Edição não é censura. O que baliza o trabalho dos editores é o Manual de Jornalismo da EBC e, a partir de 7 de julho, também os normativos expressos na legislação eleitoral.

A Direção da EBC reafirma seu compromisso com o jornalismo isento, apartidário, plural e equilibrado. É dever da empresa não se curvar a pressões que comprometam a qualidade de seu jornalismo.

Diretoria Executiva da EBC – Direx.

**Você em especial sofreu alguma situação caracterizada como censura (entre 2016 e 2018) e poderia me relatar?**

Sobre censura nesse período que você menciona, passei por duas: uma era uma matéria sobre um ato em frente à Petrobrás em plena greve dos caminhoneiros. A principal reivindicação do movimento dos petroleiros era o Fora Pedro Parente. Essa reivindicação estava na boca de um rapaz do Sindipetro que entrevistei, mas foi retirada da matéria. Outra coisa retirada foi a fala de um professor do ANDES sobre a necessidade de construir uma greve geral no Brasil. O outro episódio foi quando eu fiz uma matéria especial sobre os 5 anos das manifestações de junho de 2013. Fiz uma entrevista com o Professor Pablo Ortellado, que estuda o tema, e multilaram a fala dele de modo a deixar sem sentido. Ele disse que no final as manifestações de junho, por direitos sociais e contra a corrupção, acabaram desaguando no seu contrário: o governo Temer, um dos governos mais corruptos da história e onde se aprovou a emenda constitucional do teto de gastos. Eles deixaram a fala pela metade, tirando a menção à corrupção e ao teto de gastos do governo Temer. Também suprimiram menção do estudante Pedro Paiva ao golpe. Ele disse que as manifestações de junho deram tanto no golpe quanto nas ocupações de escolas. Suprimiram essa parte. Se você quiser ouvir como ficou a matéria, segue o link da

Radioagência: [http://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria\\_id=All&page=1](http://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2018-06/jornadas-de-junho-foram-marcadas-por-pluralidade-de-grupos-nas-ruas-avalia?editoria_id=All&page=1).

**Sobre essas matérias, será que você tem ou consegue localizar o texto original, antes de serem mutilados?**

Consegui localizar a que é sobre junho de 2013. Segue em anexo o áudio para você ouvir e comparar. A outra não consegui localizar no mecanismo de busca da Radioagência, que não é lá essas coisas...

## APÊNDICE 7 – ENTREVISTA ISABELA VIEIRA

Isabela Vieira entrou na Radiobras em março de 2007, trabalhou em Brasília e Rio de Janeiro. Já na EBC, inicialmente atuou no programa A Voz do Brasil, na Agência Brasil e está hoje como jornalista na Gerência da *Crossmedia*, responsável pela divulgação dos programas da TV Brasil no site e nas redes sociais. Foi representante dos empregados na Comissão de Empregados em 2012, suplente no Conselho de Administração da EBC. A entrevista foi realizada por *Whatsapp* em 26 de outubro de 2019 e 31 de outubro do mesmo ano.

**Isabela, tive notícias de alguns ocorridos na EBC envolvendo trabalhadores, jornalistas, como, por exemplo, deslocamento de repórteres, submissão da linha editorial do jornalismo ao governo, governismo e censura; gostaria de saber se esses assuntos também perpassam a produção de conteúdo da TV. Sobretudo, após a aprovação da MP 744/2016. E como isso também se reflete na linha editorial do Repórter Brasil, principalmente.**

Eu te sugerir falar com a Akemi Nitahara para ver o que era mais importante falar e ela já fala bastante do histórico, das mudanças que aconteceram na estrutura da empresa, das mudanças na estrutura da Agência, nos editores que vieram para fazer censuras, os cortes principalmente nas matérias; os temas não foram interditados como são agora no governo Jair Bolsonaro, mas as matérias eram reconfiguradas, recortadas, reescritas, de maneira a ficarem mais brandas possíveis para passar no crivo dessa censura que foi formada lá em Brasília e era responsável pela análise dos conteúdos. O que mais me marcou, no entanto, não foi a censura, que foi muito grave, a gente tem dossiê e tudo, mas foi a perseguição política às lideranças da empresa e principalmente os funcionários identificados com o campo da esquerda. Assim que o governo Temer assumiu e colocou o presidente Laerte Rímoli na EBC, foi uma das primeiras empresas a sofrer intervenção no contexto federal, eles procuraram limar imediatamente todas as pessoas identificadas com o campo

de esquerda ou mais progressistas dos cargos de chefia e de coordenação, de qualquer protagonismo dentro da empresa.

Nós sabemos que as pessoas identificadas dentro desse campo, principalmente dirigentes sindicais que trabalham na empresa; eu era representante no Conselho de Administração, as pessoas do campo da Comissão de Empregados que nós sempre tivemos nas principais praças, nós sempre estávamos na lista negra, vamos dizer assim, há muito tempo né? E quem vem acompanhando os percalços da TV Brasil desde a sua criação sabe que a gente sempre travou batalhas lá dentro, mas sempre em defesa da ampliação da democracia, da participação, da melhor qualidade da nossa programação, do conteúdo que era entregue, da ética pública, da boa gestão. E mesmo com os gestores da época do governo Lula, do governo Dilma, a gente já estava nessa lista negra. Mas eu me lembro que no dia do golpe a gente não dormiu. Eu não dormi particularmente, a gente sabia que alguma coisa forte estava para vir, a gente não sabia o que e nós não dormimos e nós nos organizamos para montar naquela madrugada e nos dias subsequentes, principalmente nos dois primeiros dias, uma frente em defesa da comunicação pública e organizamos uma página na internet e organizamos também uma campanha com várias entidades, organizações não governamentais e movimentos populares e isso aí eu acho que pra eles foi uma declaração de guerra. Nós estávamos dizendo claramente que não íamos aceitar que a empresa fosse entregue porque nós sabíamos do plano deles para fechar a EBC; fechar no sentido público né? De acabar com a função dela realmente, do espaço que ela tinha conquistado naquele momento, naquela sociedade, eles queriam acabar com isso, até porque não importa nada que a gente faça ali dentro, pra quem tá de fora e oposição sempre vai dizer que é a TV Lula, os jornais se recusam a se referir a EBC como uma empresa de comunicação pública, eles sempre se referem como uma empresa estatal, então o governo Temer veio com essa missão de esvaziar e nos calar ao máximo possível. E desde o começo a gente deixou claro que a gente não ia se calar. Então, percebemos que na EBC eles já tinham um plano montado, uma estratégia. Tanto que no dia que o Laerte assumiu, ele já veio com uma equipe

de funcionários da própria empresa para desmontar a empresa. Ou seja, aqueles funcionários mais antigos, que passaram dez anos nos engolindo, engolindo um governo de esquerda, essa galera estava com sangue nos olhos. Essa galera, eles se apoderaram da empresa, já no primeiro dia eles chegaram com a lista de quem ia sair e quem ia ficar, a gente tem relatos disso, nós sabemos disso, que eles chegaram com essa lista lá no administrativo, nas áreas responsáveis por fazer as nomeações, as destituições.

E assim foi, eles mapearam quais pessoas das antigas, entre aspas, quadros oriundos da antiga Radiobras que iam assumir, mas não só, eles identificaram potenciais aliados entre os novos concursados, os concursados que chegaram na época da EBC e aí foram fazendo a limpa: pessoas que conviviam há anos, que a gente achava que eram colegas de trabalho, eles foram destituídos de uma maneira muito brutal... porque você perde o salário, você é atacado no seu profissionalismo, essas pessoas tiveram seu profissionalismo, seu trabalho atacado e foram removidas. Eu te dou o exemplo da Juliana César Nunes que estava no conselho curador, o conselho curador acabou né, caiu e rapidamente se juntou para fazer a frente de defesa da EBC. O Murilo que era um colega das rádios, tinha assumido um cargo de coordenação logo depois de um processo de eleição interna e foi logo destituído do cargo, muitos colegas acabaram perdendo cargos, acabaram perdendo funções, de uma maneira muito brusca, sem sobreaviso, sem uma justificativa plausível, apenas por perseguição política mesmo, porque eram pessoas identificadas com esse campo progressista, ou que vinham fazendo um trabalho mais voltado para a democracia, para o que deveria de fato ser a TV Brasil.

A gente começou a denunciar por meio da Frente de Defesa tudo que estava acontecendo, o Conselho Curador, eles queriam desaparecer com a página do Conselho, com a página de participação social na EBC, a Ouvidoria eles tavam desmontando, as ameaças que a então ouvidora vinha sofrendo, a Joseti [Marques], que até no início entrou no jogo, nessa gestão do Laerte Rímoli, mas logo depois percebeu que era o fim da Ouvidoria, o fim dela mesma e ela poderia ser reconduzida e não foi. O processo dos

correspondentes internacionais que também foi totalmente desmontado, a empresa resolveu chamar os correspondentes de volta, tinha sido uma expansão muito importante, com correspondentes nas principais capitais do Brasil, um processo longo de escolha dos profissionais que iam pra essas cidades e essas pessoas começaram a sofrer muita perseguição política, algumas pessoas adoeceram por conta de assédio moral mesmo né, das chefias que não enviavam nem trabalho em determinado momento ou em outros determinados momentos exigiam trabalhos que eram impossível de ser cumprido, enfim, foi um processo de perseguição. É até complexo falar que foram perseguidas pessoas do campo progressista, do campo de esquerda, tendo em vista que a nossa redação ali, pelo menos na Agência Brasil, era uma redação muito coesa, com pessoas muito progressistas, de opiniões fortes né e a gente sempre se manifestou politicamente, a gente sempre se organizou, tanto para defender o nome, como para coordenar a Agência, pra ficar na edição, quando tinham críticas às reportagens ou alguma edição que a gente não concordava a gente reclamava, a gente falava, a gente sempre se organizou muito politicamente, os repórteres. Então quando tudo isso tava para acontecer, veio a acontecer, a gente também se posicionou, sempre em grupo com apoio da maioria, a gente tinha um grupo de whatsapp onde a gente trocava informações sobre tudo que acontecia, então a gente era bem unido também sobre outro aspecto.

Então do que eu me lembro é isso assim. Eu mesma cheguei a questionar algumas coisas, como algumas mudanças editoriais, questionar principalmente a indicação do chefe da Agência que passou a ser o senhor Beto Coura sem nenhuma qualificação profissional para esta função, nem acadêmica nem nada, ele foi escolhido pura e simplesmente para fazer o papel de censor, era o nome do diretor atual de jornalismo, era na época o Lorival Macedo, que era um colega antiquíssimo nosso lá, pessoas lá que tinham ele como um verdadeiro pai e ele se demonstrou um verdadeiro monstro da comunicação pública, trator truculento, não se comunicava com ninguém. Ah, além dessa perseguição, que se dava por meio de assédio moral principalmente né? Eles instauraram uma época do medo e do terror, eles

passaram a aplicar diversas penalidades administrativas, advertências, depois das advertências eles inventaram um negócio chamado de Termo de Ajustamento de Conduta [as TACs], que era tipo uma advertência que você não podia se defender; ou seja, você assinava um Termo de Ajustamento de Conduta dizendo que você tinha tido um comportamento inadequado, se você não assinasse concordando que tinha tido um comportamento inadequado por não aceitar assinar uma matéria, por não cobrir um determinado assunto que faltava uma orientação ou que não era bem aquilo, se você não aceitasse esse TAC aí sim eles abriam uma advertência. E a gente fez todo um levantamento de todos os processos de advertências, de qualquer penalidade que eles abriram naquele período e nenhum trabalhador teve direito de defesa e em nenhum deles ele foi absolvido, ele foi considerado culpado em todos, em todos ele teve uma advertência aplicada na ficha, que obviamente ia para o histórico profissional, impedindo progressão salarial e outros benefícios.

Então eu tô te falando aqui da minha experiência e lembro muito de ter questionado muitas vezes o Beto Coura na época que eu era representante no conselho de administração, eu sempre fiz isso publicamente... nos e-mails levando em consideração que eu era uma representante dos trabalhadores e não mais uma reles subordinada e ele sempre reagiu. Teve um caso clássico que ele fez um e-mail desqualificando perante todos os colegas. Eu estava fazendo uma crítica à Ouvidoria dizendo que a Ouvidoria estava só elogios para a Agência Brasil, mas dizendo que aquilo era uma vergonha, que aquele boletim era uma vergonha, que realmente não analisava os problemas, cheio de problemas que eles não apontaram no relatório... agora eu não lembro quais... mas se você precisar posso resgatar esses e-mails, eu com certeza guardei esses e-mails, porque pensei em processar a empresa, acabei não processando, mas tinha elementos pra isso. E lembro também que o sindicato fez várias notas em defesa dos trabalhadores, da perseguição que a gente sofreu, principalmente o Sindicato de Jornalistas do DF, se você for fazer uma busca na página deles, você vai ver as notas em desagravo que eles fizeram, tanto no meu nome Isabela Vieira como no nome de outro colega que sofreu perseguição, o Ivan Richard. Quem sofreu também muita perseguição foi o

Daniel Ito Izaías, todo mundo que se recusava por alguma razão a fazer exatamente a matéria como eles queriam ou assinar um texto, depois a gente teve que organizar uma revolução em razão do código de ética profissional dizendo que a pessoa tem todo o direito de não assinar uma matéria quando ela não reconhece o trabalho dela ali, né? Você faz um texto, pessoa, o editor vai lá muda, recorta tudo, você não é mais obrigado a assinar aquele material, foi basicamente isso que aconteceu nesse início né. Ah, o Ivan [Richard] foi mudado também de setor para trabalhar: um dia ele chegou e ah, você não está mais aqui, como assim não estou mais aqui? Ah, você foi mudado de setor... e foi exatamente assim que aconteceu.

E comigo então foram essas pequenas perseguições diárias. Eu fiquei muito doente também pelo que eu vi ali na EBC né, dos colegas adoecerem, as pessoas realmente com problemas mentais gravíssimos, os colegas com síndrome de pânico, por conta de atitudes como essas do Beto Coura, eu tenho até dificuldade de colocar a minha cabeça ali de volta... acho que foi até por isso que eu demorei a responder a sua mensagem, o seu pedido de entrevista, porque lembrar do que aconteceu e me colocar de novo naquele espaço que me adoeceu me faz mal, me dói ainda, eu tenho que reconhecer isso. Porque por mais que a gente tenha sofrido perseguição no governo Dilma, por greves que nós fizemos e foram algumas, eu inclusive já fui depor na Polícia Federal por causa de greves, eles nos acusaram de impedir pessoas de entrar pra trabalhar dentro da empresa, nunca foi tão forte pra mim quanto essa perseguição toda do Beto, porque era uma coisa muito cruel também.

Eu tenho muitos documentos, tenho informações, me diz o que você precisa que te mando, eu te passo. Eu tomei uma TAC, eu fui ofendida pessoalmente pelo chefe da Agência, o Beto Coura, tenho esses docs.

**Isso que você falou por último é muito importante, porque eu tenho tentado pegar documentos, outros dados que reforcem pra além dos testemunhos. Isso fortalece bastante a análise, então esse material é muito importante, do Beto Coura inclusive tem outros depoimentos**

**contra ele, mas tudo que você achar que é pertinente pode me mandar por favor.**

Aqui um dos e-mails do Beto.

1) Comentário meu sobre a Ouvidoria. O órgão não apontava mais os erros da Agência Brasil, veículo onde estava lotada, tendo substituído as críticas por elogios a nova gestão. O gerente respondeu com ataques pessoais.

<https://drive.google.com/file/d/1ZT->

[0KmCJDEJFrvvVvMd6s0dsmEAZvRGH/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1ZT-0KmCJDEJFrvvVvMd6s0dsmEAZvRGH/view?usp=sharing)

Nota dos sindicatos e comissão de empregados em minha defesa e denuncia a perseguição de Beto Coura:

<https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3623-entidades-repudiam-ofensas-de-gerente-executivo-da-agencia-brasil?highlight=WyJpc2FiZWxhII0=>

Acho que a resposta do Beto ao meu e-mail e a reação que gerou foi a cereja do bolo para o afastamento de Coura. Ele era reincidente e o Planalto queria evitar os holofotes sobre a EBC, principalmente, depois da denúncia a censura da Agência Brasil ao caso Marielle e Jean Willys.

<https://fenaj.org.br/gerente-executivo-da-agencia-brasil-e-exonerado-do-cargo-apos-denuncia-de-assedio-moral/>

Buscamos apoio internacional na campanha da EBC, importante frisar. Jornalista, quando quer, faz muito barulho. E todo nosso barulho tem sido responsável pelo adiamento do fechamento da EBC/TV Brasil, por governos autoritários. Na gestão Temer, esse barulho incomodou muito. Da mesma forma que havia um conluio entre PMDB-PSDB para atacar a empresa, na imprensa, mobilizamos as redes sociais e usamos a mesma imprensa corporativa para denunciar desmandos.

De toda forma, adoeci por conta da perseguição. Mas não só. Pela censura, pelos cortes nos reportagens, nos projetos, no orçamento, por ver pessoas sendo nomeadas sem nenhuma capacidade técnica (até fantasmas), pela desfaçatez de gestores, por ver todo projeto de comunicação pública pelo qual trabalhamos e lutamos tanto sendo desestruturado, limado e descartado. As audiências no Congresso que votaram as mudanças na lei da EBC foram particularmente enjoantes. Deputados e senadores instrumentalizados pelo

governo para falar barbaridades e vociferar contra a empresa. Tortura psicológica diária. Não sem razão o número de pessoas com doença mental na EBC era alarmante. Não tenho dados oficiais, mas sabemos por consultas internas.

Em função de meu adoecimento, que comprometia meu trabalho, pedi para mudar de setor, mas a EBC nunca deixou. Preferia que a gente agonizasse, para forçar uma demissão. Isso era parte do processo de tortura que nos submetiam.

Pedido de mudança de setor:

<https://drive.google.com/file/d/1qm-SR-RG-SeRBxMHbbNREZ2Jt3pwFQZa/view?usp=sharing>

A empresa inventou um processo para decidir o que fazer comigo. Porém, o resultado foi inconclusivo. O psicólogo da empresa declarou que não podia opinar, que não tinha elementos para emitir uma opinião. A EBC decidiu, à revelia, que o processo voltava, então, a estaca zero. E que eu deveria permanecer no cargo de repórter.

Por conta dos inúmeros casos de assédio moral e de adoecimento, o Ministério Público do Trabalho (MPT) fez recomendações à EBC. Estão nestes documentos:

[https://drive.google.com/file/d/1vk\\_2rXfuo8nNYwHvudchspGAvTYoUZLV/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1vk_2rXfuo8nNYwHvudchspGAvTYoUZLV/view?usp=sharing)

Porém, a EBC nunca quis assinar o TAC. E ficou por isso.

<https://drive.google.com/file/d/1jPjNZhaXBI4C0NecF8nJffqYgjjb3jxt/view?usp=sharing>

Outros casos de assédio:

<https://fenaj.org.br/sjpdf-e-comissao-dos-empregados-da-ebc-repudiam-casos-de-censura-retaliacoes-e-assedios-contra-jornalistas-dentro-da-empresa/>

Acabei engravidando em 2018 e consegui impor uma recolocação profissional, com a saída do Beto Coura. Também denunciei o gerente na Comissão de Ética da empresa. Nunca recebi resposta. A baixa efetividade desta comissão sempre foi um problema, apesar de esforços individuais. Hoje, por sorte, consegui uma janela de transferência e estou lotada no

departamento de *Cossmédia*, ainda na Diretoria de Jornalismo, no Rio. É uma geladeira, em relação ao jornalismo, faço apenas a divulgação dos programas da TV Brasil no site e nas redes sociais. Mas vim consciente para o setor e sou feliz.

## APÊNDICE 8 – ENTREVISTA MÁRCIO RIBEIRO GARONI

Márcio Ribeiro Garoni é jornalista e está desde 2012 da EBC, trabalhando sempre na TV Brasil em São Paulo; passou pela chefia de reportagem e desde 2012 atua como editor de texto do jornalismo. De 2017 a 2018 fez parte da Comissão de Empregados da EBC, a qual retornou em 2019. Hoje também está na direção da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A entrevista foi realizada por Whatsapp no dia 06 de janeiro de 2020.

### **Em primeiro lugar, você já sofreu censura trabalhando na EBC?**

Eu diretamente não passei por censura, mas houve alguns episódios mais explícitos de "orientações gerais". O que mais lembro mesmo é naquele carnaval de 2017, que houve uma orientação explícita do gerente de jornalismo aqui em São Paulo, de prestar atenção nos cartazes, e evitar mostrar "fora temer". Naquele ano até o Jornal Nacional fez reportagem sobre o Fora Temer nos blocos.

Outra coisa é que o jornal local aqui de SP [o telejornal Repórter Brasil] tinha participação em estúdio ao vivo com convidados, sobre temas diversos, e a partir de um momento essa participação começou a ser gravada. Também não havia mais link ao vivo no jornal, o repórter tinha que gravar um boletim e mandar com antecedência, pra evitar gente dizendo "Fora Temer".

### **Teve algum motivo apresentado para tais mudanças?**

Não teve justificativa oficial pra gente, mas ficou muito claro que era pra evitar essas intervenções, que também aconteciam em outras emissoras. Mesmo alguns chefes falavam informalmente.

### **Essa orientação foi dada de que modo?**

Aqui teve uma reunião do gerente na época com nós, editores da TV.

### **Recorda-se de alguma outra orientação geral ou específica?**

A partir de um momento a gente só divulgaria manifestação se tivesse "quebra-pau", as vezes mandava equipe mas só colocaria no ar se tivesse repressão, sem entrevista de nenhum manifestante.

### **Esse aspecto de não ter entrevista com manifestante, isso também foi orientado?**

Não diretamente, mas, por exemplo, não mandavam repórter, só o câmara e o auxiliar, ou o material chegava e resolviam dar só uma notinha de 30 segundos, aí não cabia nenhuma entrevista. Se não me engano, a matéria sobre a greve geral de 2017 em São Paulo só falou dos problemas no trânsito.

**E tiveram casos, por exemplo, de ir repórter cobrir, fazer entrevistas, inserir na matéria e isso ser vetado? Poderia me auxiliar a encontrar essa matéria?**

Aqui, o principal VT do dia, praticamente criminalizando o ato: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/a-greve-geral-paralisou-o-transporte-publico-bloqueou-estradas-e-afetou>

Não lembro de alguma entrevista vetada mesmo. Provavelmente aconteceu, mas no geral era mais sutil, já vetavam antes pra coisa não ficar explícita.

**Márcio, acredito que seja isso. Caso tenha alguma outra informação ou contribuição sobre esse tema e quiser comentar...**

Acho que não disse, mas existia uma cultura forte de participação aqui, a gente se reunia pra discutir os jornais, pensar as pautas coletivamente, e os processos eram mais democráticos, apesar de alguns problemas que a gente já apontava na época do PT. Com o governo Temer isso teve uma virada, o ambiente interno foi perdendo esse caráter mais coletivo, os espaços de reunião e discussão de pautas foi rareando, com as demandas já prontas, e sem debate do que foi feito no dia anterior. Pelo menos aqui na TV [Brasil] SP foi assim, não tenho certeza se em todo lugar aconteceu da mesma forma. E aí foram aperfeiçoando esses métodos de censura e autocensura, às vezes era um coordenador que impunha uma autocensura, sem nenhuma recomendação de cima; tanto que agora no Governo Bolsonaro o ambiente não se alterou tanto, foi praticamente uma continuidade, não vieram novos chefes, a maioria tá aí.

**Isso que você fala sobre censura e autocensura, nesse caso, de que modo exatamente ocorreu?**

Coisas bem banais, como uma sonora um pouco mais crítica, ser trocada por uma mais amena, algo do tipo. Ah, agora lembrei um caso que aconteceu comigo, o velório da ex-mulher do Lula, a Marisa.

O Repórter Brasil era exibido sábado à noite, também, ora em Brasília (onde ficam os chefes de hierarquia maior), ora no Rio. No velório da Marisa, seria fechado pelo Rio de Janeiro, e falei com o editor chefe de lá, acertamos o tempo do VT, uns 3 minutos (um VT comum tinha uns 2 minutos), ele viu o off da repórter com alguma antecedência, e fizemos a cobertura né, entrevistas com anônimos, políticos, um resumo da trajetória, e no final alguns trechos da fala do Lula, que aproveitou pra falar da Lava Jato, etc. Até evitamos entrar muito nessa questão, e concentramos o VT na figura da Marisa. Tivemos algum problema justo com o discurso do Lula, que a equipe não conseguiu pegar todo, aí tivemos que pedir pra outra emissora, e resumo da ópera, o VT chegou meio em cima da hora no Rio, mas abriu o jornal, como estava previsto. O editor chefe lá, ao que parece, não assistiu o VT antes, e aí na segunda-feira, os chefes em Brasília assistiram, e acharam que a matéria ficou exaltando demais a figura da Marisa. Aí na terça, ou quarta, minha coordenadora imediata veio falar comigo. Explicou essa história toda, e disse que diante daquilo tinham retirado o cargo do editor chefe no Rio, e não iriam passar mais VTs de política pra mim nem pra repórter que fez o VT. Essa punição foi risível, porque era um prêmio não pegar assunto político, mas nem se consolidou, porque pela dinâmica de trabalho aqui as vezes não tem jeito, uma hora eu estava disponível e o assunto que aparecia era político... Enfim, nos pintaram como petistas. Depois eu fui ver o VT do Jornal Nacional, e o nosso pareceu até mais ameno que o deles, o do JN foi até mais extenso.

### **O editor do RJ caiu em função dessa matéria?**

Teve um outro problema naquela edição, que os créditos finais do jornal saíram com os nomes da direção antiga, do PT (inclusive o nome do presidente da empresa). Aí acredito que perderam a confiança nele. Juntaram as duas coisas e estava aquela "limpa" depois daquele imbróglio judicial sobre a presidência da EBC; viam petismo em tudo.

**Entendi. Nesse momento, como você se sentiu, sendo retirado, por exemplo, de temas políticos? Você diz que é um prêmio não pegar assunto político, por quê?**

Era sempre um assunto espinhoso, pelo contexto que censura que a gente já ouvia dizer, mas também pelo jornalismo burocrático e oficialista que a gente vinha fazendo. Então pela rotina de trabalho, pra mim e pra maioria dos colegas era muito mais interessante pegar uma reportagem de comportamento ou de cultura, por exemplo, do que fazer assunto político. Tava rolando a Lava-Jato, eram assuntos muito espinhosos e difíceis mesmo de tratar com a estrutura que a gente tinha aqui, mesmo sem levar em consideração a censura. Por exemplo, soltava-se o vídeo de um depoimento, de umas duas horas, ou uma sentença de várias páginas, a gente não tinha condições mínimas de destacar 3, 4 pessoas na redação pra ficarem só em função disso.

Por outro lado, eu mesmo fiquei mal com isso, me questionando se eu realmente fiz algo de errado, se eu não era um bom profissional, se eu tomei lado. Isso é horrível. Depois eu me toquei que o problema era mesmo a censura, a gente trabalhou bem na reportagem, o texto era sóbrio, e a emoção ficava por conta das pessoas que estavam lá, não tinha como ser diferente. Fiquei incomodado com o fato de ficar marcado, eu e a repórter, mas isso não durou muito, eu não sofri represália muito além disso. Agora, tem uma colega aqui que foi transferida pra rádio depois de uma questão assim, a Joana, você chegou a falar com ela? Basicamente ela era responsável por marcar os convidados de estúdio no jornal local aqui de SP, e num intervalo de duas semanas, duas convidadas diferentes disseram "Fora Temer" ao vivo. Aí tiraram ela da TV e mandaram pra rádio, como punição mesmo, pessoa indesejada.

## APÊNDICE 9 – ENTREVISTA VALENTINA SOARES

Valentina Soares é o nome fictício de uma jornalista funcionária da EBC que integra a diretoria de jornalismo da empresa e já atuou na Agência Brasil. Soares pediu para não ser identificada. A entrevista foi realizada por *Whatsapp* nos dias 10 e 11 de janeiro de 2020.

### **Você já sofreu censura na EBC? Como foi exatamente?**

Já, de várias formas. Durante o governo Temer, havia primeiro o controle da pauta, de modo que temas delicados não fossem para frente. Segundo, a censura atuava na reportagem, com a priorização de outros assuntos e a sobrecarga do repórter, de modo que ele não consiga fechar a matéria delicada. Terceiro, na edição, com cortes, demora excessiva para editar um material (o factual acaba ficando desinteressante se sai 4, 5 horas depois, por exemplo), matéria que não sai enquanto não vir a resposta do governo (e nunca vem), etc. Há ainda a forma mais escancarada, que é quando a matéria sobe para a chefia daquela redação.

As formas são semelhantes às de qualquer redação privada. Não vou entrar nessa questão porque só essa comparação já dá pano para outra tese, em minha opinião. Mas o que quero dizer é que a censura é feita com desculpas já conhecidas, como falta de repórter, priorizar outras coisas, falta de espaço/tempo, não coube no jornal etc. Tivemos orientações, também, em como retratar manifestações, por exemplo. Esse quadro geral você pode conseguir no relatório que produzimos [o dossiê sobre censura na EBC elaborado por trabalhadores, citado nas referências bibliográficas desta pesquisa].

No carnaval em 2017, os temas censurados durante o governo Temer já estavam consolidados, digamos, assim – já estávamos com problema para dar o “Fora Temer”, por exemplo. Afinal, já havia passado quase um ano de governo do vice-presidente.

**Sabe dizer se as coberturas do carnaval em Brasília passaram por isso também?**

Não sei se houve especificamente no carnaval. Dentro de um contexto geral, de todas as praças, a reclamação era generalizada, mas é melhor ouvir o pessoal que participou da cobertura em Brasília para conseguir as informações.

Quando estas matérias que você comentou que foram alteradas, você chegou a conversar para saber do que se tratava, por quais motivos? Como disse antes, já estávamos devidamente apresentamos aos termos que estavam sendo censurados nessa época. Além disso, o ritmo de cobertura do carnaval torna impossível essa cobrança sobre o que foi cortado no *timing* necessário. Eu, por exemplo, mandava o texto da rua ou do centro de imprensa da prefeitura, já corria para a próxima pauta, cuidar do transporte por táxi, etc. Então, não dava para ficar conferindo o material assim que era publicado.

Algumas matérias, por exemplo, eu nem consegui conferir depois. Houve algum debate posterior com a chefia, mas não devo mais ter os arquivos das conversas, não lembro os termos, então prefiro não citar. Infelizmente passamos por tanta reviravolta e censura na empresa até hoje que fica difícil guardar tudo.

O que fizemos, como empregados e por meio de nossas entidades representativas, foi dar publicidade à censura, questionar a direção, pedir formalização das orientações editoriais para as chefias, entre outras estratégias para conseguir caracterizar a censura e tentar combatê-la. Eis uma nota que é um exemplo dessa estratégia: <http://radialistasp.org.br/var/www/html/radialistasp.org.br/web/index.php/servicos/noticias/3660-em-defesa-da-comunica%C3%A7%C3%A3o-p%C3%ABblica,-contra-censura-na-ebc,-contra-as-reformas-e-pelas-diretas-j%C3%A1.html>

Outra nota, dessa vez sobre o carnaval: <http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3252-sindi>

Suponho que era menos desgastante para eles cortarem do material pronto. Um colega me avisou, quando avisei da censura da reportagem do carnaval em um grupo, que a chefia tinha orientado os editores a não deixar passar nenhum Fora Temer. Como eu estava longe da redação, só sabia como a ordem tinha sido dada dessa forma.

## APÊNDICE 10 – ENTREVISTA DÉCIO TRUJILO

Décio Trujilo começou a trabalhar na EBC em julho de 2017 e atuou desde então como chefe (oficialmente gerente) da sucursal da Agência Brasil em São Paulo até fevereiro 28 de 2018, quando foi demitido por pressão política. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo entre 1990 e 1993 e participou do Conselho Editorial do Sindicato desde agosto de 2019. A entrevista foi realizada por e-mail, com respostas registradas nos dias 8 e 22 de janeiro de 2020.

**Saiu na imprensa que a sua demissão da Agência Brasil ocorreu em decorrência de uma reportagem sobre a pauta hídrica em São Paulo crítica à ANA (Agência Nacional de Águas) e ao secretário de Recursos Hídricos do Estado, na gestão Alckmin. O que de fato aconteceu, como foi essa saída e sua motivação?**

Minha demissão não foi motivada por censura. A matéria que foi o estopim até foi publicada e ficou no ar mesmo depois que eu saí. Era um problema de São Paulo e Brasília entendeu que o texto deveria ser mantido no site. Minha demissão deveu-se ao fato de uma matéria nossa ter desagradado o então secretário de Recursos Hídricos de São Paulo e presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga. Era um texto que falava sobre os riscos de o estado sofrer nova crise hídrica. Por meio de seu chefe de comunicação, Braga, membro do primeiro escalão do governo tucano de São Paulo, queixou-se à minha chefia, pessoa ligada ao tucanato paulista. Foi-me, então, exigido, que punisse a repórter autora da matéria, que não tinha erro algum. Como me recusei a puni-la, fui demitido. Como disse, foi um problema restrito a São Paulo, pois recebi solidariedade dos chefes de Brasília, que lamentaram minha saída.

**Ao longo da minha investigação, acúmulo uma série de relatos que testemunham casos de censura, em praças e veículos diferentes. Você em especial sofreu algum caso de censura? Recebeu recomendações sobre a cobertura de pautas críticas ao governo Temer?**

Sim, éramos muito pressionados para fazer pautas positivas para o governo Temer e, mais grave, desestimulados ou até proibidos de fazer reportagens negativas. Muitas vezes, matérias enviadas por nós para Brasília deixaram de ser publicadas. Era diária a prática da "orientação" do caminho que a matéria devia seguir ou mesmo ordens de abandonar pautas. No início da minha gestão, era desestimulado a cobrir manifestações de rua; com o tempo, o desestímulo virou proibição. Matérias sobre desempenho da economia (índices, desempenho de setores etc.) eram boicotadas e, quando fazíamos à revelia, não saíam se fossem ruins para o governo. Também éramos desestimulados a fazer matérias na área da cultura popular ou sobre a luta de minorias (homofobia, racismo, questão indígena). A manutenção dessa prática, já sabemos, acaba provocando o pior dos efeitos, a autocensura.

**Consegue se lembrar de algum momento específico em que essas proibições mais ocorreram?**

Estamos falando do período em que estive na Agência Brasil, de julho de 2017 a fevereiro de 2018, governo Temer. Em geral, qualquer movimento de rua incluía direta ou indiretamente críticas ao governo federal. Portanto, quando pautávamos cobertura de manifestações, recebíamos a orientação de Brasília de abortar a pauta. Houve casos de termos feito a cobertura assim mesmo e a matéria não ter sido publicada.

**Há algum conteúdo que foi produzido e em seguida publicado, com mutilações, cortes?**

Era comum os editores de Brasília ligarem para os autores de matérias em São Paulo contestando conteúdos, apontando problemas inexistentes ou mesmo exigindo modificações. Em muitos casos, Brasília simplesmente mudava o teor do texto sem qualquer aviso prévio ou explicação.

**Quando você fala em autocensura, de que modo lidava com isso?**

Com a incidência de críticas e exigências de modificações arbitrárias, os repórteres passam naturalmente a identificar temas e abordagens indesejadas e automaticamente param de fazer sugestões de pautas relativas a esses temas.

**De que modo há influência ou interferência do governo do Estado de SP se a EBC é uma empresa vinculada ao governo federal?**

Sobre a minha demissão, provocada por desagrado a um gestor do governo de São Paulo, é importante esclarecer que não teve nenhuma relação com as pressões de Brasília. Pelo contrário, na ocasião da minha saída, tive a solidariedade de editores de Brasília, mesmo daqueles alinhados com a política editorial da capital federal. Meu caso foi pontual por ter incomodado o governo paulista, que pressionou o superintendente de São Paulo, alinhado com o PSDB local. Dele partiu a pressão para punir a repórter que produziu a matéria e, diante da minha resistência, o empenho em conseguir a minha demissão.